

Esporte e Lazer

Estudos e práticas no estado do Tocantins



Organizadores:
Diego Ebling do Nascimento
Kelber Abrão Ferreira



INSTITUTO
FEDERAL
TOCANTINS



CEULP/ULBRA
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS



UNIVERSIDADE FEDERAL
do TOCANTINS

MINISTÉRIO DO
ESPORTE



editora  **ffi.org**



Esporte e Lazer

Esporte e Lazer

Estudos e práticas no Estado do Tocantins

Organizadores:

Diego Ebling do Nascimento

Ruhena Kelber Abrão



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Fábio Marques

Apoio técnico: Martin Dharlle Oliveira Santana (UFT)

Revisão: Ruhena Kelber Abrão (UFT)

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

NASCIMENTO, Diego Ebling do; ABRÃO, Ruhena Kelber (Orgs.)

Esporte e Lazer: Estudos e práticas no estado do Tocantins [recurso eletrônico] / Diego Ebling do Nascimento; Ruhena Kelber Abrão (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

171 p.

ISBN - 978-65-87340-41-8

DOI - 10.22350/9786587340401

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Esporte; 2. Lazer; 3. Estudos; 4. Práticas; 5. Tocantins; 1. Título.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociedade 177

Sumário

Apresentação..... 9

Diego Ebling do Nascimento

Ruhena Kelber Abrão

Parte 1

Estudos sobre a produção de conhecimento em Esporte e Lazer

1.....13

Lazer de norte a sul: tendências e desigualdades a respeito do lazer em periódicos da educação física

Diego Ebling do Nascimento

Alexandra Lima Tavares

Ruhena Kelber Abrão

2 30

Projetos sociais de esporte e lazer: valores e princípios

Jean Carlo Ribeiro

3 43

Diagnóstico das políticas públicas de esporte e lazer do Tocantins: análises da Rede Cedex

Khellen Cristina P. Soares

Gabriela Barbosa de Sousa

Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma

Paulo Diego Silva

Diego Ebling do Nascimento

Alexandra Lima Tavares

Thássio Brandão dos Santos

Ruhena Kelber Abrão

Parte 2
Lazer, Turismo e saúde

4 65
Atividade física como lazer na promoção da saúde
Alderise Pereira Quixabeira
Lucas dos Santos Coelho
Ruhena Kelber Abrão

5 78
Lazer e turismo em áreas de proteção ambiental e a participação da comunidade local: o caso da Ilha do Marajó/Pará – Amazônia
Mirleide Chaar Bahia
Juliana Azevedo Hamoy
Kassia Suelen da Silva Farias
Thiliane Regina Barbosa Meguis

Parte 3
Lazer, escola, vulnerabilidade e Relações Étnico- Raciais

6 101
Lazer e escola: análise comparativa entre documentos oficiais nacionais que tratam da temática lazer e a matriz curricular da primeira escola de tempo integral em Palmas/TO
Alysson Carlos Ribeiro Gomes
Jefferson Francisco Cândido

7 115
Esporte e lazer na prisão: reflexões do norte do Brasil
André Luiz Augusto da Silva
Wellington Macedo Coutinho
Andrey Viana Gomes
Diego Ebling do Nascimento
Ruhena Kelber Abrão

8 131
Lazer e idosos: a realidade da cidade de Miracema do Tocantins-TO
Saulo Martins De Oliveira
Vitor Antonio Cerignoni Coelho

9 150
Dasipê - a festa cultural do povo Akwê-Xerente: o olhar dos estudos do lazer
Khellen Cristina Pires Correia Soares

Sobre os organizadores e autores 168

Apresentação

Diego Ebling do Nascimento

Ruhena Kelber Abrão

Esta organização é fruto das ações realizadas junto ao Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer – Rede Cedes, do Estado do Tocantins (TO) e conta com a contribuição de diversos profissionais que estudam Lazer na Região Norte do Brasil, sobretudo no Tocantins. O Rede Cedes/TO busca qualificar a discussão das Políticas Públicas de Esporte e Lazer em âmbito estadual, bem como inserir o Estado do Tocantins no marco científico do país.

Essa publicação conta com produções de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Rede Municipal e Estadual de Educação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO); Faculdade de Palmas (FAPAL) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os textos trazem diferentes concepções, abordagens e pensamentos por meio das seguintes temáticas: a organização geopolítica da produção de conhecimentos em Lazer no Brasil, a dimensão educativa e social do esporte, a atividade física como lazer na promoção da saúde, o turismo e a proteção ambiental, o lazer na escola por meio da análise de documentos oficiais, o esporte e o lazer na prisão, os espaços e equipamentos de lazer para idosos no interior do Tocantins, o lazer na cultura indígena do povo Akwê-Xerente, além de apresentar um diagnóstico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no estado do Tocantins.

Assim, pretendemos contribuir com as especificidades e olhares das produções em Lazer da região Norte brasileira, visibilizando-as a nível

nacional. Além disso, é objetivo desta obra compartilhar pensamentos e conhecimentos produzidos pelas realizadades nortistas.

Desejamos uma excelente leitura a todes, todas e todos.

Apoio técnico: Martin Dharlle Oliveira Santana (UFT)

Revisão: Ruhena Kelber Abrão (UFT)

Parte 1

Estudos sobre a produção de conhecimento em Esporte e Lazer

Lazer de norte a sul: tendências e desigualdades a respeito do lazer em periódicos da educação física

Diego Ebling do Nascimento

Alexandra Lima Tavares

Ruhena Kelber Abrão

1 Introdução

A produção acadêmica a respeito dos Estudos do Lazer, bem como o surgimento de Políticas Públicas que fomentam projetos, práticas e estudos nesta área vêm crescendo nos últimos anos em nosso país. Tal fator é corroborado a partir do surgimento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Universidade Federal de Minas Gerais, que conta com o curso de mestrado desde 2007 e com o doutorado desde 2012. As publicações trimestrais da Revista Licere, especializada nos Estudos de Lazer, e, também, vinculada a este Programa são outro exemplo desse crescimento exponencial. Além disso, no sistema e-MEC (2019), atualmente, estão registrado 35 cursos de graduação (tecnólogo e bacharelado) diferentes que constam a palavra lazer em seu nome, entre eles: “Bacharelado em Lazer e Turismo” ofertado pela Universidade de São Paulo, “Bacharelado em Turismo e Lazer” oferecido pela Universidade Regional de Blumenau, “Educação Física – promoção em saúde e lazer” proposto pela Universidade Federal do Amazonas e outras 32 instituições nacionais que oferecem o curso “Tecnológico de Gestão Desportiva e de Lazer”.

Há, também, o surgimento de Políticas Públicas para fomentar as práticas, estudos e pesquisas em Esporte e Lazer em nosso país. Podemos perceber esse desenvolvimento a partir de ações referentes ao esporte e ao lazer implementadas pelos Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedex), por todo o país, e pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), ambos promovidos pelo extinto Ministério do Esporte, hoje secretaria especial de Esporte. Além desses, podemos citar, também, o Programa Segundo Tempo e Políticas Públicas desenvolvidas por diferentes estados e municípios a fim de promover e garantir o direito ao lazer à todos os cidadãos, como garantido pela Constituição Federal de 1988 nos artigos 6º, 7º, 217º e 227º (BRASIL, 1988).

No entanto, um estudo realizado por Sousa e colaboradores (2016), que teve por objetivo mapear e analisar as produções do periódico *Pensar a Prática*, referentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, demonstrou que o maior número de publicações realizadas são produzidas por instituições e pesquisadores ligados à região Sul do Brasil. Além desta pesquisa, existem outras que denotam a concentração de grupos de pesquisa em lazer localizados nas regiões Sul e Sudeste (TAVARES E COLABORADORES, 2009; MARINHO E COLABORADORES, 2014).

Diante desse cenário, este estudo busca identificar a localização das produções acadêmico-científicas na área dos Estudos do Lazer nas principais revistas brasileiras de Educação Física entre os anos de 2007 e 2017, bem como o que está sendo produzido e publicado nos principais periódicos brasileiros de Educação Física.

2 Caminhos metodológicos

A escolha da pesquisa, de caráter bibliográfico, se deu pela possibilidade de identificar e descrever as principais publicações brasileiras em Estudos do Lazer, suas temáticas e regiões promotoras de conhecimento na área. Para a realização desse estudo, identificamos os periódicos específicos da Educação Física que se encontram na área 21, estabelecidos pelos

critérios de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de acordo com a Classificação de Periódicos no Quadriênio 2013 – 2016 da Plataforma Sucupira. Logo, essas publicações apresentam um papel importante na produção de conhecimento na área supracitada.

Após consultar as revistas nacionais inseridas nesta área, foram selecionados os periódicos que publicam trabalhos referentes à Educação Física e suas interfaces com as Ciências Sociais e Humanas. Foram selecionadas as revistas que apresentaram maior classificação, A2 e B1, no Qualis – Capes (sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos). Não foram encontradas revistas com classificação A1 na área. A partir dos critérios elencados, identificamos cinco periódicos: a Revista Movimento, a Motriz: Revista de Educação Física, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte, a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e o *Journal of Physical Education* (Revista de Educação Física) como as de maior classificação.

Como estratégia de tratamentos dos dados foi realizada a análise de conteúdo levando em consideração as três fases propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na fase da pré-análise foi realizada a leitura fluente (BARDIN, 2011), na qual foram identificados os artigos referentes a temática dos Estudos do Lazer utilizando-se da ferramenta de busca no *site* de cada uma das revistas, na qual foi inserida a palavra “lazer”. A pesquisa inicial foi realizada a partir da identificação da palavra pelo sistema de busca nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave dos estudos publicados. Todos os artigos identificados nessa etapa foram considerados para a realização da análise prévia.

Após a identificação inicial dos artigos, construiu-se um relatório, para futura análise de dados, em forma de tabela, contendo: a) a revista a qual o trabalho foi publicado; b) o ano de publicação; c) o título do artigo; d) os pesquisadores responsáveis; e) a instituição de vínculo dos mesmos.

Para a escolha dos documentos que fariam parte da análise dos resultados, foram considerados apenas os trabalhos cuja a temática fosse, de fato, relacionada ao tema proposto, pois alguns trabalhos encontrados na análise prévia, embora tivessem em seus escritos (resumos, palavras-chave ou até mesmo nos títulos) a palavra “lazer” não se relacionavam especificamente com a temática. Logo, após identificar os artigos que tinham em seu teor realmente a temática, os mesmos foram armazenados em nossos dispositivos para a realização das análises.

Na fase da exploração do material, foi organizado, também, em forma de tabela, o segundo relatório para a análise de dados no qual foram sistematizados e separados os artigos em temáticas específicas do lazer, tornando-se possível a identificação destas, bem como as regionalidades dos artigos publicados a respeito do tema. Nesse segundo relatório, além das temáticas e regiões das instituições vinculadas aos pesquisadores, foram selecionados o(s) objetivo(s) do estudo, a(s) metodologia(s) utilizada(s) e os resultados encontrados em cada um deles.

Dessa forma, nas categorias encontradas para a análise final, optou-se pela divisão nas seguintes temáticas: a) história e memória do lazer; b) formação e papel profissional da área do lazer; c) estudos sobre os diferentes espaços de lazer; d) lazer e inclusão social; e) atividade física e saúde e seus interlocuções com o lazer; f) Políticas Públicas de esporte e lazer; g) estudos teóricos de lazer e; h) outros.

a) História e memória do lazer

Nessa categoria foram encontrados trabalhos referentes aos percursos históricos do lazer. Os trabalhos publicados tinham como objetos de estudo a ditadura militar, as Associações Sem Fins de Lucro, estudos e reflexões sobre a Constituição Federal e trabalhos sobre memória do lazer.

b) Formação e papel profissional da área do lazer

No que tange à formação profissional, foram encontrados artigos que discorrem a respeito do papel profissional e das possibilidades de intervenção dos profissionais de Educação Física para com o lazer, além de estudos específicos em cursos de formação superior na área. Foram, também, considerados relatos de experiências e pesquisas na área de gestão do lazer. Esse grupo de artigos englobou trabalhos que foram escritos com a preocupação de atender diversas áreas da formação humana e profissional em diferentes espaços e com públicos distintos.

c) Estudos sobre os diferentes espaços de lazer

Nesse contexto, foram encontrados trabalhos referentes aos estudos sobre a organização das cidades para as práticas de lazer que englobaram pesquisas sobre urbanização, espaços públicos de lazer, como parques e os estudos de estruturas e equipamentos para práticas de lazer. Também foram categorizados, aqui, os artigos referentes às manifestações de lazer considerando o meio ambiente, a natureza e as atividades de aventura, além dos trabalhos que realizaram discussões do lazer no ciberespaço.

d) Lazer e inclusão social

Nessa categoria foram considerados os estudos que discutem as práticas de lazer para os idosos e o envelhecimento; as questões de gênero que englobam os estudos de lazer para e sobre mulheres e homens e sobre o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); estudos sobre lazer e as relações étnico-raciais que trataram sobre a cultura afro-brasileira e quilombola; e o lazer para pessoas com deficiência.

e) Atividade física e saúde e seus interlocuções com o lazer

Foram encontrados artigos que relacionam comportamento sedentário e as práticas de lazer em escolares e trabalhadores; a respeito do consumo de bebidas alcóolicas por jogadores de futebol; sobre promoção de saúde, lazer, qualidade e estilo de vida em idosos, escolares e trabalhadores; a prática do lazer como (in)atividade física tendo como sujeitos pesquisados pacientes com HIV/Aids, adolescentes, acadêmicos, trabalhadores e as relações entre a prática de atividades físicas de lazer entre pais e filhos.

f) Políticas Públicas de esporte e lazer

Nesta categoria foram agrupados os artigos que realizaram análises de programas e projetos de esporte e lazer desde as esferas federais até as municipais, dentre eles o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), a Rede Seti (Estado do Paraná), o programa Segundo Tempo e, também, a respeito das Políticas Públicas não governamentais. Além disso, foi publicado um artigo sobre as condições potenciais para elaboração de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil bem como em Portugal.

g) Estudos teóricos de lazer

Estudos do lazer pautados em teóricos clássicos e em correntes teóricas distintas, como as contribuições de Karl Marx, Jurgen Habermas, Merleau-Ponty, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Gaston Bachelard, Gilbert Durand, Sebastian de Grazia e Michael Burawoy para os Estudos de Lazer, além de adotar estudos de revisão a respeito da temática.

h) Outros

Essa categoria abrangeu estudos particulares a respeito de práticas no tempo livre que não se encaixaram nas categorias estabelecidas anteriormente. Dentre os artigos que foram analisados encontramos estudos sobre as propagandas de cerveja e suas relações com o lazer e a juventude; o lazer e a violência, um estudo sobre a liga máster feminina de voleibol, um artigo sobre o futebol nos bares de Belo Horizonte.

3 Resultados

Entre os meses de janeiro de 2007 e setembro de 2017, foram publicados nas revistas selecionadas para esta pesquisa, entre artigos, ensaios e resenhas, 3.282 publicações. Dentre esses trabalhos, 129 publicações citaram a palavra “lazer” no seus títulos, resumos e/ou palavras-chaves. Foram excluídos da análise 26 artigos, pois, conforme explícito nos procedimentos metodológicos, embora citassem em alguma parte do texto a palavra “lazer”, não contemplavam, especificamente, as discussões a respeito da temática, sendo assim, não fizeram parte da análise.

A partir dos critérios de inclusão foram analisadas 103 publicações, as quais se apresentaram como discussões específicas sobre o campo do lazer, representando 3,14% das publicações dos cinco periódicos pesquisados, conforme está explicitado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de publicações nas revistas pesquisadas entre os meses de janeiro de 2007 e setembro de 2017.

Periódico	Total de Artigos (2007-2017)	Artigos identificados pela busca das revistas com a temática Lazer	Artigos analisados sobre a temática Lazer
Revista Movimento	711	40	37
Motriz: Revista de Educação Física	791	31	23
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	628	18	15
Revista Brasileira de Educação Física e Es- porte	530	23	18
Journal of Physical Education	622	17	10
Total	3282	129	103

Fonte: Os autores.

Na Tabela 2, além de demonstrada a quantidade total de publicações realizadas ao longo dos últimos dez anos, referentes, especificamente, às discussões a respeito do lazer, também são quantificadas as publicações de lazer nas subtemáticas identificadas.

Tabela 2 - Número de publicações na área do Lazer divididas em subtemáticas.

	Journal of Physical Education	Revista Movimento	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	Motriz: Revista de Educação Física	Total
História	2	2	-	2	1	7
Formação	1	1	1	1	8	12
Espaços	-	7	3	-	6	16
Inclusão	-	3	-	2	2	7
Atividade Física e Saúde	2	-	2	8	2	14
Continuação da tabela 2						
Políticas Públicas	3	8	7	2	1	21
Teorias	1	10	2	2	2	17
Outros	1	6	-	1	1	9
Total	10	37	15	18	23	103

Fonte: Os autores.

Tendo por base as tabelas expostas nota-se que a revista com maior número de publicações na área dos Estudos de Lazer é a “Movimento”, nesta, há um percentual de 35,9% das publicações. O periódico analisado que possui menos publicações é o “*Journal of Physical Education*”, com 9,7% das publicações na área do Lazer. Sobre as temáticas mais publicadas, encontramos a área de “Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, representando 20,4% das publicações. As temáticas menos publicadas, desconsiderando a categoria “outros” que contemplou diversas subtemáticas, foram as intituladas “História e memória do Lazer” e “Lazer e inclusão social”, ambas com 6,8% dos trabalhos.

Tabela 3 – Relação de publicações por subáreas do Lazer catalogadas por região.

	Sul	Su- deste	Centro-oeste	Nor- deste	Norte	Internacio- nal	Total
História	1	6	-	-	-	-	7
Formação	2	10	-	-	-	-	12
Espaços	9	5	-	1	-	1	16
Inclusão	1	6	-	-	-	-	7
Atividade Física e Sa- úde	7	6	-	1	-	-	14
Políticas Públicas	10	8	3	-	-	-	21
Teorias	7	10	-	-	-	-	17
Outros	3	5	-	-	-	1	9
Total	40	56	3	2		2	103

Fonte: Os autores.

Já na Tabela 3, percebe-se a relação de publicações por subáreas do Lazer relacionadas com as regiões do país que mais apareceram nas publicações. Ressaltamos que o maior número de publicações da região Sul no período estudados refere-se as categorias “Políticas Públicas de Esporte e Lazer” e “Estudos sobre os diferentes Espaços de Lazer” e na região Sudeste foi encontrado “Formação e Papel Profissional da área do Lazer” e “Estudos Teóricos de Lazer”. É importante destacar que o maior número de artigos de formação publicados pela região sudeste encontram-se na “Motriz: Revista de Educação Física”.

Tabela 4 – Número de pesquisas publicadas na área do Lazer divididas por regiões.

	Journal of Physical Education	Revista Mo- vimento	Revista Bra- sileira de Ciências do Esporte	Revista Brasi- leira de Educação Fí- sica e Esporte	Motriz: Revista de Educação Física	Total
Norte	-	-	-	-	-	0
Nordeste	-	1	-	1	-	2
Centro-oeste	-	1	2	-	-	3
Sudeste	5	19	4	10	18	56
Sul	5	15	9	7	4	40
Internacionais	-	1	-	-	1	2
Total	10	37	15	18	23	103

Fonte: Os autores.

Por meio da tabela 4, percebe-se que não foram encontrados trabalhos publicados nos periódicos estudados que estejam vinculados à região Norte do Brasil. As pesquisas desenvolvidas na área do Lazer estão concentradas inquestionavelmente nas instituições localizadas nas regiões Sul

e Sudeste, que contabilizam 93,2% das publicações, restando apenas 4,9% para as demais regiões do país e 1,94% referentes a trabalhos publicados por pesquisadores ligados a instituições internacionais. No entanto, de todas as publicações analisadas encontramos um artigo, publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que inclui uma coautora vinculada à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará, mas as quatro outras pesquisadoras desenvolvem seus estudos em instituições localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

4. Discussão

Pesquisas que versam a respeito do Estado da Arte e/ou estudos de revisão a respeito dos Estudos do Lazer já foram propostas por estudiosos da área (PEIXOTO, 2007a; PEIXOTO, 2007b; DIAS E COLABORADORES 2017). No estudo de Peixoto (2007a) é realizado o Estado da Arte nos Estudos do Lazer no Brasil. A autora evidencia a dinâmica da produção do conhecimento na área e localiza, cronologicamente, autores e temáticas privilegiadas. Em uma segunda publicação, Peixoto (2007b), reorganiza e concentra sua análise do Estado da Arte dos Estudos de Lazer, no Brasil, nos trabalhos que se apropriam especificamente das obras de Marx e Engels. No terceiro trabalho, realizado por Dias e colaboradores (2017), os autores apresentaram um panorama sobre a produção do conhecimento em lazer no país. Considerando a revista *Licere* de 2000 até 2010. Como resultado, identificaram que as referências brasileiras constituem as principais fontes na construção dos trabalhos sobre lazer e as publicações são, predominante, de autores com a área de formação em Educação Física.

Referente a estudos que realizaram revisões de literatura e delimitaram temáticas específicas a respeito do Lazer encontramos um trabalho que relata a produção acadêmica relacionada à atuação profissional (STOPPA E COLABORADORES, 2013). Ao tratar da temática das políticas de Esporte e Lazer um número maior de estudos foram encontrados

(CASTRO E COLABORADORES, 2012; ALVES E COLABORADORES, 2012; SOUSA E COLABORADORES, 2016).

O primeiro estudo, (CASTRO E COLABORADORES, 2012), realizou o mapeamento de teses, dissertações e artigos, com a temática “Políticas Sociais de Esporte e Lazer no Brasil”, no período de 2000 a 2009. Como resultado foi identificado um aumento de estudos sobre Políticas Sociais de Esporte e Lazer nesse período. No segundo trabalho (ALVES E COLABORADORES, 2012) realizou-se uma pesquisa sobre as Políticas Públicas não governamentais, em publicações feitas entre 1999 e 2009 na revista *Licere*. Os resultados demonstraram que os estudos sobre a temática ainda são poucos, embora se tenha um avanço nesse aspecto no Brasil, as publicações apresentaram destaque nas áreas de Ciências Humanas e a Ciência Política. O terceiro artigo (SOUSA E COLABORADORES, 2016) mapeou e analisou as produções do periódico *Pensar a Prática* tratando das publicações referentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, entre 1998 e 2015. Como resultado encontraram 16 artigos com o maior número de publicações realizadas pela região Sul.

Nesse sentido, retomando as desigualdades regionais da produção de conhecimento evidenciadas nos resultados deste trabalho. Sugere-se, então, três características que podem contribuir para o entendimento dessa desproporcionalidade. A primeira considera a localização das próprias revistas: a “Revista Movimento” é uma revista científica ligada à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a “Motriz: Revista de Educação Física” é responsabilidade da Universidade Estadual Paulista – Rio Claro, a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” e está vinculada ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), mas é administrada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Elsevier, a “Revista Brasileira de Educação Física e Esporte” é um periódico científico ligado à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP) e o “*Journal of Physical Education*” (Revista de Educação Física) é gerida pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Podemos

notar que as revistas que obtêm a melhor qualificação na área da Educação Física, pertencentes à área de Ciências Sociais e Humanas, também estão vinculadas a instituições situadas nas regiões sul e sudeste.

A segunda característica é o número de Programas de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) existentes no Brasil. Tani (2000) já apontava esse círculo vicioso e esses desequilíbrios há quase 20 anos. O autor expôs que “os programas de Pós-Graduação em funcionamento estão todos implementados nas regiões Sudeste e Sul. Diluir essa concentração regional é um grande desafio não apenas da Pós-Graduação, como também da Graduação” (TANI, 2000, p. 87). Atualmente, se por um lado os cursos de graduação em Educação Física na região Norte foram ampliados ao longo desse período por outro, as ofertas de PPGEF permanecem nulas. De acordo com a Plataforma Sucupira, na região Sul existem 9 (nove) PPGEF, na Região Sudeste são 17 (dezesete) Programas, a Região Centro-oeste conta com 3 (três) PPGEF, na Região Nordeste estão disponíveis 6 (seis) universidades com pós graduação em nível *stricto sensu* na área específica da Educação Física e ainda não há PPGEF na região Norte.

A terceira característica é evidenciada por Manoel e Carvalho (2011), os autores apontam que a área de concentração intitulada biodinâmica (considera as atividades de pesquisa dentro de subdisciplinas como bioquímica do exercício, biomecânica, fisiologia do exercício, controle motor, aprendizagem e desenvolvimento motor, além de alguns campos aplicados, como nutrição esportiva e treinamento físico e desportivo) inserida nos PPGEF destaca-se pelo elevado número de docentes e pela quantidade de linhas e projetos de pesquisa vinculados a ela, sendo mais numerosos do que as subáreas sociocultural e pedagógica. “Tal hegemonia expressa a valorização atribuída às pesquisas orientadas pelas ciências naturais em detrimento daquelas fundamentadas pelas ciências humanas e sociais” (MANOEL E CARVALHO, 2011, p. 389). Além disso, não podemos deixar de considerar que a Revista Licere recebe um elevado número de artigos específicos sobre lazer, entretanto, apesar de ser uma importante revista na área, não está classificada entre as melhores revistas brasileiras. Esses

fatores podem ajudar a compreender, também, o motivo de existir poucas pesquisas sobre lazer nas revistas estudadas.

Esses desequilíbrios regionais, na própria produção do conhecimento e por áreas de concentração nos PPGEF do Brasil já eram apontados por outros autores (TANI, 2000; MANOEL E CARVALHO 2011; KOKUBUN, 2003) como desafios necessários a serem superados pela área da Educação Física. No entanto, quase 20 anos após esses estudos, os PPGEF chegaram apenas à região nordeste, na região norte ainda não houve transformações dessa realidade. Esses fatos podem explicar a hegemonia de publicações das regiões sul e sudeste e a quase inexistência da produção de conhecimento sobre lazer provenientes de pesquisadores do norte do país nas revistas mais conceituadas na área de Educação Física no Brasil.

Essas constatações geram possibilidades de reflexão, visto que “todo conhecimento está marcado geo-historicamente, reforçando valores condizentes com as peculiaridades locais do contexto em que é produzido” (GOMES, 2011, p. 2). Desse modo, como observado nos resultados dessa pesquisa, a produção de conhecimento a respeito do Lazer, no Brasil, está bem demarcada e pode indicar que os Estudos de Lazer pertencem à realidade sul/sudeste do país, não levando em consideração as dimensões simbólicas pertencentes a outras regiões do Brasil, principalmente à Região Norte. O fato da produção de conhecimento estar focalizado em uma determinada região do país produz uma superioridade silenciosa vinculada a mecanismos de poder que levam à invisibilidade das práticas, vivências e conhecimentos construídos em outras regiões.

Não se trata de vitimizar as instituições, os(as) pesquisadores(as) e/ou as produções da Região Norte, mas estamos indicando que o fato de 93,2% das publicações dos últimos dez anos sobre Lazer estarem vinculadas às Regiões Sul e Sudeste brasileira favorece estas regiões e fortalece as diferenças e as desigualdades sociais, econômicas e de formação acadêmica presentes em nosso país. Isso gera uma imagem pressuposta de que o conhecimento construído no Brasil a respeito deste tema foi considerado mais significativo nas regiões supracitadas, cabendo ao restante do país

serem apenas receptores do que já foi e está sendo produzido pelos(as) pesquisadores(as) e instituições pertencentes a tais localidades.

É urgente tomar consciência de que nossas ações como profissionais e como pesquisadores do lazer não são neutras: elas são sempre sociais e políticas, deixam marcas e têm variados efeitos e repercussões. Precisamos superar a condição de atuar, exclusivamente, como receptores do conhecimento produzido em outros contextos, muitas vezes reproduzindo a lógica capitalista de produção/consumo de conhecimentos, que também representa uma mercadoria muito lucrativa para algumas pessoas e instituições (GOMES, 2011, p. 22).

Diante disso, esperamos que esse artigo estimule a produção de conhecimento na região norte e recomendamos que sejam propostas novas políticas que incentivem a produção de trabalhos científicos, eventos, cursos e outras formas de formação nesta região, de modo a diminuir as diferenças/desigualdades (LAHIRE, 2008), descolonizando-se dos saberes e dos poderes das regiões oras predominantes.

5. Considerações

Notamos que o maior número de publicações na área do Lazer está vinculada à revista “Movimento” e a subtemática que apresentou o maior número de publicações foi a de “Políticas Públicas de Esporte e Lazer”. Após a análise, identificamos que os artigos que estão sendo publicados nas revistas de Educação Física na área de Lazer com maior classificação no sistema de avaliação de periódicos são provenientes das Regiões Sul e Sudeste e identificamos a inexistência de artigos vinculados a instituições da Região Norte do país.

No intuito de contribuir com o entendimento dessa desigualdade nas publicações referentes a Região Sul e Norte do país foram elencadas três características: a) o fato da localização das principais revistas da área de Educação Física no Brasil pertencentes a discussões referentes às Ciências Sociais e Humanas estarem vinculadas apenas a instituições situadas nas

Regiões Sul e Sudeste; b) a inexistência de Programas de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) na Região Norte do país; e c) o número de professores e a quantidade de linhas e projetos de pesquisa vinculados a área da biodinâmica serem mais numerosos do que as subáreas sociocultural e pedagógica, além de terem mais possibilidades de publicação.

Acreditamos na necessidade e na urgência da construção, bem como implementação de Políticas Públicas que colaborem para expandir as possibilidades de produção de conhecimento da Região Norte e, assim, sanar essas disparidades. Sugerimos que, futuramente, outras pesquisas sejam realizadas com olhares que identifiquem e comparem as ações e as conquistas das diferentes Regiões do país.

Entendemos que as desigualdades presentes na região supracitada necessitam de um olhar sensível em diversas instâncias do desenvolvimento político, social, acadêmico, econômico, cultural e artístico. Os desafios que aplainam essas conquistas necessitam de políticas de formação profissional em todos os níveis de ensino, da educação infantil à pós-graduação. Entretanto a realidade assusta, visto que, há quase duas décadas, Go Tani já inferia essas provocações em seus estudos. O que mudou de lá pra cá? O que ainda pode ser mudado? Quantas décadas mais levaremos para superar as desigualdades regionais?

6. Referências

ALVES, C. e Colaboradores. Lazer, políticas públicas não governamentais e estudos conceituais, na revista *Licere*. **Rev Educ Fís UEM**, v. 23, n 2, 2012. doi: <http://10.4025/reveducfis.v23i2.14247>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70.ed. São Paulo; 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, S. B. E. e Colaboradores. O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil. **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, 2012. doi: <http://10.5216/rpp.v15i2.13816>

- DIAS, C. e Colaboradores. Estudos do Lazer no Brasil em Princípios do Século XXI: Panorama e Perspectivas. **Movimento**, v. 23, n. 2, 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.66121>
- GOMES, C.L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 3, 2011.
- KOKUBUN, E. Pós-graduação em educação física no Brasil: indicadores objetivos dos desafios e das perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3 2003.
- LAHIRE, B. Diferenças ou desigualdades: que condições sócio-históricas para a produção de capital cultural? **Fórum Sociológico**, v. 2 n. 18, 2008.
- MANOEL, E. J.; CARVALHO, Y.M. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 2, 2011. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011000200012>
- MARINHO, A. e Colaboradores. Programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer no contexto dos grupos de pesquisa nacionais da área. **Revista Brasileira Ciências Esporte**, v. 36, n. 3, 2014. doi: <http://doi.org/10.1590/2179-325520143630006>
- PEIXOTO, E. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI—alguns apontamentos. **Educação & Sociedade**, v. 28., n. 99, 2007a. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000200014>
- PEIXOTO, E. Os estudos do lazer e a apropriação da obra de Marx e Engels—Maria Isabel Leme Faleiros—. **Movimento**, v. 13, n. 2, 2007b. doi: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.3556>
- SOUSA, D. P. e Colaboradores. As produções do periódico “Pensar a Prática” que relacionaram os seus objetos às Políticas Públicas de Esporte e Lazer (1998-2015). **Pensar a Prática**, v.19, n.3, 2016. doi: <http://10.5216/rpp.v19i3.33201>
- STOPPA, E. A. e Colaboradores. A produção do conhecimento na área do lazer: uma análise sobre a revista Licere-Atuação profissional. **Pensar a Prática**, v. 16, n 3, 2013. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v16i3.17756>

TANI, G. Os desafios da pós-graduação em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esportes** v. 22, n. 1, 2000.

TAVARES, G. H. e Colaboradores. Gestão do lazer: os grupos de pesquisa em foco. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 15, n. 3, 2009.

Projetos sociais de esporte e lazer: valores e princípios

Jean Carlo Ribeiro

1. Introdução

A garantia da prática esportiva de lazer como um direito social não depende somente de políticas nas diferentes esferas públicas. Desde a promulgação da constituição de 1988, portanto, há mais de três décadas, o lazer e o esporte configuram como direito social constitucional, sendo dever do Estado garantir tais possibilidades a todo cidadão em todo o território nacional e sem qualquer tipo de distinção.

Apesar do avanço político expresso nos termos constitucionais, a efetivação desses direitos não tem sido uma tarefa fácil. Em se tratando de ações e projetos sociais de esporte e lazer, a dificuldade de se eleger métodos e procedimentos de acesso e adesão às diversas práticas esportivas ainda assombra profissionais que se debruçam na elaboração e aplicação de propostas com essa intenção.

A Educação Física enquanto área do conhecimento que se dedica ao estudo e reflexão das diferentes formas de expressão do esporte tem somado esforços há algum tempo na expectativa de viabilizar propostas que vão ao encontro das necessidades, possibilidades e intenções individuais e coletivas daqueles que constituem o complexo universo da prática esportiva. Nesse sentido, sugerimos um ponto de partida. Quem pratica este esporte? Uma reflexão sobre o fenômeno esportivo enriquecida de um

olhar sobre quem o pratica nos remete a um repensar sobre análises que desconsideram essa estreita relação entre ser humano e esporte e, como consequência remetem o praticante a uma condição de simples objeto manipulável, máquina descartável, instrumento útil a serviço do rendimento e do resultado. Esta condição geralmente elimina a dimensão sensível e humana deste, situação esta que, a nosso ver, dificulta o saborear da expressividade corporal no esporte e sua vivência enquanto elemento de lazer.

Essa problemática não impede que o esporte seja apresentado como um veículo de propagação de valores de serem ressaltados na prática de diferentes modalidades, desde que estes sejam ressignificados, superando a extrema racionalização com que o esporte geralmente ainda é tratado nos dias atuais. Desse modo, poderemos provocar um ambiente que não se circunscreva somente nos limites do fazer técnico, oferecendo subsídios a uma escalada rumo a um processo de autonomia e emancipação na prática e no entendimento sobre o esporte, promovendo o indivíduo praticante à condição de sujeito nesse processo.

Entendemos que boa parte da atração do esporte está presente nas competições, na execução de seus conteúdos técnicos e táticos, assim como no desenvolvimento das habilidades e aptidões inerentes a cada modalidade esportiva. Esses elementos são indispensáveis na caracterização do esporte como elemento atrativo. A preocupação surge ao pensarmos a forma de abordagem destes elementos em projetos sociais de esporte e lazer. Quais princípios e valores humanos implícitos no ensino destas práticas poderiam servir de balizadores para práticas esportivas de lazer? Partindo destas reflexões, o objetivo deste estudo é refletir sobre valores e princípios presentes em propostas de vivência do esporte, considerando este como expressão de lazer.

2. Esporte, ser humano e suas relações imprescindíveis

Ao apresentar o esporte, Bento (2010) o trata como um fenômeno de manifestação na ordem da cultura que auxilia na construção humana de

acordo com sua condição social, cultural e moral, em determinado local e data, sendo passível, a todo o momento de reflexão e redimensionamento. No desporto (denominação utilizada pelo autor), o corpo biológico e motor é promovido a corpo cultural e simbólico e este corpo qualificado, portador de sentidos, participa na construção do que temos por dentro, preenchendo nossos vazios, construindo nossa alma. O conceito apresentado pelo autor retrata ampliação e aprofundamento do entendimento sobre o esporte, ao mesmo tempo em que associa fortemente esta prática à ideia de unicidade corporal, existencialidade e dinamicidade, humanizando a prática esportiva.

O mesmo autor, em obras anteriores, já defendia um entendimento de esporte a partir de uma ótica plural, alicerçado em um conceito representativo, agregador, sintetizador e unificador de diferentes dimensões tais como: biológica, física, motora, lúdica, corporal, técnica, cultural, mental, espiritual, psicológica, social e afetiva (BENTO, 2006). Tal percepção busca superar a problemática de um paradigma reducionista que desumaniza o esporte, colocando-o na condição de mais consumido do que praticado, mais imitado do que vivenciado, mais repetido do que recriado, configurando-se em uma prática mais restritiva do que libertária.

No plano da intervenção, Bento (2010) ainda propõe o fomento a múltiplas formas do desporto e de outras criações culturais em que está presente o movimento humano, buscando esse sentido mais profundo e abrangente do esporte, para além da mera atividade física configurada nos campos da saúde e do rendimento. Ele afirma que o esporte não está restrito por parâmetros motores, fisiológicos e biomecânicos, porque para além de seres biologicamente determinados, somos seres socio-culturalmente configurados.

Junto a isso, incita uma reflexão filosófica de cunho educativo em que estão presentes a vontade, o brio e a convicção moral, afirmando que isso é o que precisamos neste momento, não somente no esporte, mas na própria vida “O que está em causa e corresponde a uma genuína necessidade é um aprofundamento e alargamento do desporto como área educativa,

acadêmica, científica e profissional e como atividade relevante para o enriquecimento do sentido da vida” (BENTO, 2010, p. 29).

É notória a preocupação atual em utilizar o ambiente esportivo para o cultivo do corpo e para a exaltação de princípios e valores ética e moralmente positivos. Estando associado à conduta humana individual e social, numa perspectiva democratizada e acessível, não duvidamos da potencialidade formativa do esporte. Nele podemos ser corpo na plenitude da existencialidade. Nele e por meio dele, nos sentimos renovamos na esperança da liberdade, da solidariedade e da superação.

Para entendermos o esporte a partir do sujeito que o pratica, além de considerar a importância e a grandeza deste fenômeno, já nos é imposto estabelecer que esta relação seja complexa, o que impede uma análise reduzida que objetive facilitar esse entendimento. Outra imposição seria a de colocar os dois fenômenos (ser humano e esporte) numa ordem apropriada, jamais evidenciando o esporte como se este fosse uma entidade autônoma, independente de quem o pratica (MOREIRA; PELLEGRINOTTI e BORIN, 2006).

Já estabelecendo essas balizas para nossa análise, afirmamos que a imagem mais conhecida do esporte é proveniente da divulgação nos meios de comunicação, ou seja, a imagem do esporte de alto rendimento. Tani (2002, p. 108), ressalta que “quando se fala em esporte, a primeira imagem que emerge é a do esporte de rendimento - muitas vezes a única. Não há como negar a maior visibilidade social do esporte de rendimento e, conseqüentemente, a sua influência na formação do imaginário social”.

A influência do esporte de alto rendimento na propagação do esporte enquanto fenômeno tem gerado conseqüências que dificultam uma análise que considere seu caráter multifacetado. Não é o caso de julgar esta influência de forma simplista, pois apenas apontando seus aspectos negativos nos agarraríamos a uma visão maniqueísta, que, de certa forma, reduziria nossa percepção a críticas já bastante discutidas, pelo menos no meio acadêmico. A necessidade mais urgente, a nosso ver, está presente

na ação de repensar a percepção de corpo que vem sendo difundida em decorrência desta maior visibilidade do esporte de alto rendimento.

O uso estritamente racional do corpo na prática esportiva deve ser questionado. Como conceber o gesto, o movimento sem a sensibilidade e a consciência? O sentir e o pensar desaparecem durante o agir? Por que a sensibilidade é colocada em segundo plano, se o grande prazer do esporte reside no conhecimento vivencial da corporeidade durante o gesto, assim como no ato de superação presente na execução do movimento?

A exacerbação da técnica e a aceitação não crítica dos princípios do rendimento fomentam a cultura do corpo-objeto e menospreza aspectos lúdicos associados ao esporte, dificultando ao praticante o saborear da expressividade corporal. Superar o oponente, o que muitas vezes significa também “eliminá-lo”, passa a ser o objetivo final da prática esportiva, suprimindo dimensões humanas sensíveis, estabelecendo uma prática calcada numa racionalidade competivista. Influenciados amiúde por esta forte imagem do esporte, professores de Educação Física acabam sendo coniventes com a manipulação dos corpos, estimulando de forma implícita nas práticas corporais esportivas uma formação individualista e ao mesmo tempo submissa.

O universo esportivo, como constituinte da macro estrutura social, recebeu influências desta forma de "valorizar" a técnica e o controle dos corpos, efetivando submissões. Vemos ao longo do trabalho com o esporte, uma política de manipulação de gestos, de comportamentos, de corpos exercitados e dóceis, ou às vezes de corpos em situação de relações violentas, exacerbando o sentido de competição, lembrando que isso não é privilégio do fenômeno em questão (MOREIRA; PELLEGRINOTTI e BORIN, 2006, p. 187).

Esta afirmação nos leva a refletir sobre dois aspectos fundamentais que corroboram com o tipo de percepção que defendemos ao abordar o fenômeno esportivo. O primeiro deles se refere à forma como os corpos são colocados a serviço de interesses econômicos e políticos que atropelam as características humanas do esporte e anulam a intenção do praticante desvalorizando-o enquanto ser humano. Estas características são

facilmente visíveis no esporte de alto nível que, ao mesmo tempo em que apresenta o discurso da beleza do movimento, da saúde e da confraternização, subordina o atleta a esquemas de treinamento e de competições em que os valores presentes contradizem esse discurso. Valores que retratam uma sociedade em que a prioridade é o capital, em detrimento de qualquer outra coisa que contrarie o lucro. Nas palavras de Gonçalves (2005, p. 138-139).

O esporte de alto nível, ao mesmo tempo que valoriza o corpo em seu aspecto estético e procura um desenvolvimento de suas capacidades naturais, ampliando suas possibilidades, revela um profundo desrespeito pelo homem como ser corpóreo, quando busca, a qualquer preço, extrapolar seus limites naturais, com o risco de prejuízos futuros à saúde do atleta, sem falar no problema do *dopping* e outras agressões ao corpo.

Sem estar dissociado do primeiro, o segundo aspecto refletido vem confirmar o discurso de jamais analisarmos o esporte como um fenômeno autônomo e independente. Como conceber o esporte sem o praticante, o atleta, a pessoa? Os valores citados anteriormente que expõe atletas a condições que desconsideram sua humanidade são valores da sociedade em que construímos e vivemos não do esporte enquanto fenômeno.

Moreira, Pellegrinotti e Borin (2006, p. 188), mais uma vez nos auxiliam nessa análise ao afirmarem que: “a prática de um esporte só é violenta quando vivenciada por uma sociedade onde as relações humanas estão violentadas. Uma sociedade violenta gera a prática de um esporte violento”. Exemplificando a afirmação, um dos autores relata uma experiência durante um debate em uma conferência sobre violência no esporte. Ao dizer que desconhecia violência do esporte, projetou um filme em que índios do alto Xingu e monges tibetanos jogavam futebol. Comprovou sua afirmação ao demonstrar que nenhuma manifestação de violência aconteceu durante a prática esportiva, retratando assim, os valores que constituem as relações sociais desses dois grupos. Podemos entender então, a partir deste exemplo, que a violência não “é” do esporte, mas sim “está” no esporte.

Sob a mesma análise, outra situação surge em nossa reflexão: a exclusão. O mesmo processo que anula as oportunidades e restringe o acesso de grupos menos favorecidos seja intelectual, social ou economicamente a inúmeros ambientes, também exclui do esporte os sujeitos que não se encaixam em determinados perfis corporais, entendidos como essenciais para a prática esportiva. O agravante deste quadro surge por meio de várias modalidades que se tornaram altamente elitizadas pelo alto custo dos materiais, e/ou dos locais para sua prática. Esse duplo processo de exclusão se concretiza então, tanto nas restrições impostas aos menos habilitados, abaixo ou acima do peso, abaixo ou acima da altura, pessoas com deficiência, entre outras, quanto na impossibilidade de acesso de grupos menos favorecidos economicamente que por motivos óbvios, estariam impedidos de vivenciar tais modalidades.

Fica evidente que a partir destas reflexões, nossas ações necessariamente se ampliam para além de interesses (principalmente econômicos) de grupos que se favorecem com essa situação. A mudança partiria de ideais, que acima desses interesses, nos conduziriam a uma mudança de postura e atitude. “É preciso redimensionar o esporte voltado, dentro da política atual, apenas à formação de atletas e de campeões” (SANTIN, 2003, p. 87).

Urgente se faz uma substituição desse pensamento determinista, simplista, unidirecional e pragmático, por um modelo que facilite o acesso ao esporte e que, além de valorizar o praticante enquanto pessoa humana oportunize uma prática prazerosa, buscando um equilíbrio entre racional e sensível, respeitando a diversidade dos corpos. Esse modelo de pensamento sugere um reconhecimento das diferentes dimensões que o esporte oferece, e suas implicações concretas e simbólicas na vida de quem vivencia esse fenômeno.

3. Projetos sociais de esporte e lazer

Propor ações de vivência esportiva em uma dimensão mais humana e menos maquinal, favorece um novo olhar sobre os objetivos e os

métodos que geralmente são enfatizados durante as primeiras vivências orientadas nos esportes. O grande desafio pode residir na necessidade de reorganizar valores sem descaracterizar o esporte naquilo que foi histórica e culturalmente construído, visto que aí reside a sua grandeza e atratividade.

Iniciar a prática esportiva em qualquer modalidade muitas vezes se torna uma penosa tarefa para o praticante. Inúmeras barreiras podem surgir quando o indivíduo fica à mercê de intervenções que seu desenvolvimento, suas possibilidades, capacidades e intenções. A compreensão do contexto que direciona os rumos dessa “iniciação esportiva” deve necessariamente ser discutida, sob pena de que o resultado final desse processo seja o afastamento voluntário do indivíduo motivado por uma prática distante de suas expectativas.

Dois questionamentos podem servir de ponto de partida na estruturação de um projeto de intervenção social em esporte e lazer, principalmente em se falando de crianças e jovens. Que princípios devem nortear tal intervenção? Quais objetivos devem ser definidos?

Neste sentido nos reportamos a Moreira (2002, p. 131):

Um projeto desportivo para crianças, para ser alvo dos pressupostos de uma ação educativa, deve propiciar situações aos seus alunos de uma educação por meio do esporte. Não deve ser este projeto apenas para “peneirar” possíveis atletas. Nem deve ser o seu objetivo principal o ensino mecânico de movimentos técnicos e táticos. Se os objetivos forem esses, o projeto será pobre, especialmente se lembrarmos que muitas das experiências dos jogos e dos esportes não servem à ação educativa.

O próprio autor supracitado nos alerta em relação a um erro muito comum em projetos deste tipo: a ideia de massificar o esporte visando a detecção e a seleção dos talentos esportivos. Ao discordar deste modelo o autor justifica seu posicionamento fazendo uma comparação com a escola, questionando se esta tivesse como propósito abrir unidades escolares objetivando encontrar um “novo Einstein”. O processo de escolarização existe para proporcionar a todos o acesso ao conhecimento, assim como

os projetos sociais esportivos existem (ou deveriam existir), para que as pessoas usufruam do esporte enquanto um bem construído historicamente, constituído como patrimônio corporal/cultural da humanidade.

A proposta é superar um modelo exacerbadamente racional de pensamento, que entende a iniciação e a vivência esportiva apenas como um processo de formação de atletas. Este tipo de abordagem está fadado ao fracasso, já que seu caráter promovedor de qualidade de vida, bem-estar, cooperação, solidariedade, alegria, prazer e educação para a vida, têm se mostrado bastante precário.

Este modelo, fortemente atrelado ao rendimento e ao resultado, tem alimentado intervenções que impõe o cumprimento cego de ordens e metas propostas por professores por meio de seus programas de treinamento. Moreira (2002), mais uma vez nos auxilia neste sentido entendendo que um projeto de esportes não pode se destinar a “fabricar corpos” e “controlar pessoas”, sustentado por uma tecnologia de domínio do corpo.

O que deve ficar claro é o tipo de vivência esportiva que estamos promovendo. Devemos tomar cuidado com modelos nos quais “os corpos dos esportistas, mesmo em tenra idade, são vistos como máquinas produtoras de movimentos que devem ser ‘educadas’ para não sucumbir às exigências de rendimento delas esperadas” (DE MARCO e MELO, 2002, p. 350).

Santana (2005), afirma que essa maneira reducionista de pensar o ingresso ao esporte, alimenta uma falsa crença de que este obedece a um modelo determinista, por meio de um desenvolvimento linear com começo, meio e fim. Para se tornar um atleta, bastaria à criança que ingressa na prática esportiva, cumprir todas as etapas e exigências para atingir tal objetivo. Esse tipo de Pedagogia até resulta em alguns talentos, mas paga-se um alto preço excluindo uma grande parte dos indivíduos que não conseguem acompanhar o processo.

Esse tipo de exclusão é decorrente de atitudes pedagógicas que desconsideram a história de aprendizagem prévia, incorporada pelo aluno anteriormente à intervenção do professor. A generalização de padrões

motores, como referência a todos os indivíduos, de acordo com o estabelecido às diferentes faixas etárias, exclui a criatividade no gesto, muitas vezes adquirida em vivências anteriores. Essa sistematização do processo ensino-aprendizagem adotada pela iniciação esportiva, “não considera a compatibilidade entre aprendiz e conteúdos de ensino, pois oferece tudo e a todos do mesmo modo (DE MARCO e MELO, 2002, p. 342)”. A chance de o aluno estar aquém ou além do que está sendo ensinado, acaba se tornando muito grande.

Repensando propostas que desprezam a figura do humano na vivência esportiva, nos referimos a Scaglia (1999, p. 60) “Esse estereótipo de gestos técnicos, aliado à automação de movimentos, é que ocupa o lugar de uma pedagogia do esporte que possa humanizar todo o processo, que não se preocupa em produzir um atleta, mas em primeiro lugar, produza o homem, que poderá vir a ser o atleta do futuro, mais completo e seguro de suas possibilidades”.

Na tentativa de superar esta forma de ensino reducionista relativa ao esporte na sua iniciação, Santana (2005) sugere um reconhecimento da complexidade do mundo em que vivemos na intenção de definir uma nova tarefa para a pedagogia do esporte. Apoiado nas ideias de Edgar Morin e sua forma complexa de pensar a realidade, ele argumenta:

Portanto, a pedagogia do esporte deve cultivar um modo de pensar e agir comprometido com a condição humana das pessoas. Isso não exclui desenvolver capacidades e ensinar as habilidades. Vai além: a tarefa da pedagogia é de favorecer o bem-estar das pessoas e a sua vida social. (...) Logo aprender esporte, seja qual for, é bom quando os conteúdos propostos em uma aula (treino), independentemente do cenário (se escola ou clube), se generalizem para a vida (SANTANA, 2005, p. 10).

Com este intuito, o próprio Santana (2005, p. 10) nos apresenta alguns princípios que considera importantes para uma vivência esportiva comprometida com uma formação humana complexa. Ele alerta que nenhum deles tem maior ou menor grau de importância, não acontecem de forma isolada e muito menos somados configuram o todo.

- Tratar pedagogicamente a competição, de modo que ela apoie o desenvolvimento infantil;
- Buscar o equilíbrio entre o racional e o sensível;
- Dialogar e negociar saberes com o sistema humano que orienta a iniciação esportiva;
- Investir em aulas que reconheçam as diferenças entre os iguais;
- Investir em métodos de ensino comprometidos com a participação e a construção da autonomia;
- Investir numa pedagogia sedutora (lúdica);
- Capacitar (educação de habilidades e desenvolvimento de capacidades) e formar (educação da atitude).

O grande desafio então é buscar exercitar um pensamento complexo evitando reducionismos. Considerando a própria complexidade humana, seria, no mínimo, uma negligência propor intervenções que assumem métodos pré-fabricados em manuais que jamais seriam capazes de impulsionar o praticante, rumo à descoberta das intencionalidades que o corpo apresenta. Ao elencar tais princípios, o autor aponta para um tipo de abordagem de iniciação e vivência esportiva apoiadas em um novo paradigma. Um paradigma que amplia horizontes e possibilidades de intervenção e de contemplação do ser humano no universo esportivo.

Precisamos enfrentar novos e antigos desafios na vivência dos esportes. A mudança não depende unicamente de propor novos objetivos a projetos sociais de esporte e lazer. É preciso abandonar pensamentos simplistas e reducionismos que fragmentam a análise das situações e dos fenômenos. Necessitamos de um pensar complexo, já que a dimensão esportiva do lazer está repleta de imprevistos e incertezas e estes desvios precisam ser considerados, sob pena de tratarmos o corpo esportista como objeto, e não como corporeidade viva e existencial, repleto de necessidades, desejos e grandes possibilidades de aprendizado.

4. Considerações

Diante do exposto, percebemos que para promover práticas esportivas de lazer são necessárias intervenções que levem ao obstáculo, ao

desafio, à superação, valorizando, a técnica, o rendimento, o trabalho, a vontade, a insistência, a disciplina, a construção, sem desconsiderar a criatividade e a inovação, balizados imprescindivelmente por valores éticos e morais que apontem para a uma sociedade mais justa e aberta a oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo.

Assim, esperamos que todos aqueles imbuídos na responsabilidade do estudo, reflexão e concretização do esporte em suas manifestações de lazer, sintamo-nos desconfortáveis com a falta de comprometimento das intervenções, cuja dinâmica despreza contextos culturais e fragilidades presentes nos problemas e necessidades individuais e coletivas tão comuns em nossas diversas realidades sociais.

A sensibilidade, as necessidades, os desejos, as emoções e intenções devem ser consideradas como fundamentais para o despertar da autonomia, da liberdade e da criatividade de quem vivencia a prática esportiva. São sujeitos, criando e recriando sua história e sua cultura também por meio do esporte.

A participação sob esse conjunto de valores oportuniza um conhecimento mais profundo do esporte enquanto fenômeno sociocultural, transpondo os limites do entendimento restrito e da prática alienada e mecânica. Fomentando a autonomia, esclarecemos os inúmeros caminhos que o esporte oferece, seus benefícios, riscos e possibilidades. Assim, com esse texto, apontamos para uma compreensão de esporte em que as pessoas possam se apropriar deste como parte integrante de suas vidas, entendendo os valores presentes nesta prática, assumindo-os ou transformando-os.

É necessária uma constante renovação dos olhares lançados sobre as possibilidades do fenômeno esportivo e principalmente sobre quem o pratica. Este indivíduo produtor de cultura e história, que se encontra no centro de nossa análise, impondo sua vontade, encontrando suas próprias possibilidades e limites e vivenciando a multiplicidade de sentidos que o esporte apresenta. Proporcionar uma vivência que considere as dimensões globais do ser humano, poderá preencher o vazio existente entre a crítica

e a criatividade. Para isso, precisamos buscar mais do que nos é oferecido, ver além do que nos é mostrado, fazer mais do que nos é imposto, e assim, resgatar a unicidade e a sensibilidade humana.

5. Referências

- BENTO, J. O. Conjuntura corporal, inatividade e obesidade: papel do desporto e da escola. In MOREIRA W. W. et al. (org.). *Educação Física, esporte, saúde e educação*. Uberaba: Editora e gráfica Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010.
- BENTO, J. O. Pedagogia do desporto: Definições, Conceitos e Orientações. In TANI, G.; BENTO, J. O. e PETERSEN, R. D. S. *Pedagogia do desporto*. Rio de Janeiro: Koogan, 2006.
- DE MARCO, A. e MELO, J. P. de. Desenvolvimento humano, educação e esporte. In MOREIRA, W. W. e SIMÕES, R. (org.). *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2002.
- GONÇALVES, M. A. S. *Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação*. 8 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- MOREIRA, W. W. Projeto desporto de base: o corpo da criança na educação através do esporte. In MOREIRA, W. W. e SIMÕES, R. (org.). *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2002.
- MOREIRA, W.; PELLEGRINOTTI, Í. L. e BORIN, J. P. Formação profissional em esporte: a complexidade e a performance humana”. In TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. (org.). *Pedagogia do Desporto*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- SANTANA, W. C. de. Pedagogia do esporte na infância e complexidade. In PAES, R. R. e BALBINO, H. F. *Pedagogia do esporte: contexto e perspectivas*. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2005.
- SANTIN, S. *Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- SCAGLIA, A. J. Escola de futebol: uma prática pedagógic/a. In NISTA-PICCOLO, V. L. (org.). *Pedagogia dos esportes*. Campinas: Papirus, 1999.
- TANI, G. Esporte, Educação e Qualidade de Vida. In MOREIRA, W. W. e SIMÕES, R. (org.). *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2002.

**Diagnóstico das políticas públicas
de esporte e lazer do Tocantins:
análises da Rede Cedes**

Khellen Cristina P. Soares

Gabriela Barbosa de Sousa

Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma

Paulo Diego Silva

Diego Ebling do Nascimento

Alexandra Lima Tavares

Thássio Brandão dos Santos

Ruhena Kelber Abrão

1. Introdução

Este trabalho objetiva apresentar o resultado da pesquisa proposta pelo Centro de Pesquisa da Rede CEDES do Tocantins, apresentando o diagnóstico das Políticas Públicas de esporte e lazer do Estado do Tocantins. Importante observar nesta trajetória a análise de diferentes perspectivas de entendimento do Estado e das Políticas Públicas de forma a identificar os recursos teóricos disponíveis para pensar o estado e para analisar os caminhos e trajetórias do estado contemporâneo, bem como para a compreensão das Políticas Públicas entendidas na relação entre estado e sociedade e cuja produção interage em um conjunto de fatores, particularmente as instituições, as ideias e os diferentes interesses.

Realizar uma reflexão acerca do campo de Análise de Política abordando conceitos, ferramentas e teorias que podem contribuir para entender o processo de consolidação da ciência do Estado em ação é relevante para a compreensão da organização das Políticas Públicas e toda a complexidade e as interfaces que estão envolvidas no processo de desenvolvimento destas, procurando reconhecer a formulação de agenda e os atores sociais envolvidos.

Em termos de conceituação mínima, pode-se afirmar que estudar política pública é investigar o “estado em ação” (JOBERT; MULLER, 1987 *apud* MARQUES, 2013), isto é, quais ações são implementadas e quais atores são envolvidos para a efetivação das ações. Neste processo é relevante reconhecer política pública como um conjunto de decisões e não uma decisão isolada. Rua (2009, p. 20) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”.

Investigar o Estado do Tocantins em ação, especialmente nas Políticas Públicas de esporte e lazer, é o desafio deste trabalho. O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural, com uma rica diversidade de povos e comunidades tradicionais e ainda sete etnias indígenas. A partir do desafio de implantação e desenvolvimento do Centro de Pesquisa da Rede CEDES no Estado do Tocantins, buscamos investigar as questões relativas às perspectivas de Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos municípios que compõe este Estado.

2. Caminhos Metodológicos

O caminho metodológico se fez através de pesquisa bibliográfica e de campo, com aplicação de questionário *online* para os 139 órgãos, secretarias específicas ou compartilhadas e os responsáveis pelas Políticas Públicas de esporte e lazer de todos os municípios do Estado do Tocantins. Foram investigadas: idade, vínculo empregatício, tempo de serviço na

instituição, formação e conhecimento sobre programas, espaços e equipamentos de esporte e lazer, projetos e ações de gestão pública.

Os questionários foram elaborados com questões referentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer, considerando o esporte e o lazer como manifestações que fazem parte da vida das cidades e das comunidades e que o modo de vida destes sujeitos, nesses contextos, produz sentidos e significados que estabelecem identidades próprias e manifestações culturais específicas que necessitam ser investigadas.

A construção do instrumento de pesquisa contemplou diferentes etapas de desenvolvimento, que incluíram:

- 1) Grupo focal: elaborado pelos pesquisadores para identificar quais itens deveriam compor o formulário de pesquisa. Com base nessas informações foi construído um modelo de formulário a ser enviado para análise de especialistas;
- 2) Painel de especialistas da área: utilizada a técnica de análise por um painel de especialistas que trabalham com a temática de esporte e lazer no Brasil e que sugeriram alterações no instrumento e minimizaram o viés da pesquisa;
- 3) Construção do sistema de coleta de dados (*online*): utilização do sistema *Google Drive* para hospedagem do instrumento e dos dados coletados. Essa ferramenta permitiu acesso aos 139 municípios de forma eletrônica;
- 4) Pré-teste e análise de dados: Como técnica de validação do instrumento foram convidados três municípios para participar do pré-teste, preenchendo as informações do formulário via eletrônica. A análise dos dados foi por meio da técnica de análise multivariada de dados, com intuito de validar a escala e os constructos do instrumento para aplicação final. Com base nessa avaliação foi possível propor alterações e identificar se o instrumento consegue medir o que se propôs.

Após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa vinculado a Plataforma Brasil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), foram realizadas as próximas etapas, a saber:

- 1) Contato via *e-mail* com os municípios e IES - Os pesquisadores responsáveis entraram em contato telefônico ou por *e-mail* com os participantes (gestores municipais/estaduais; líderes comunitários e agentes sociais de esporte lazer para apresentação dos objetivos da pesquisa, esclarecimentos de dúvidas e solicitação de e-mails para envio dos questionários *online*;

- 2) Coleta de dados: Após primeiro contato com os participantes foi realizado o esclarecimento aos convidados a participar da pesquisa com informações com linguagem clara e acessível (via *e-mail*);
- 3) Acompanhamento da pesquisa: No decorrer da coleta de dados, mensalmente foram agendadas reuniões com os pesquisadores e bolsistas/acadêmicos responsáveis da pesquisa para conferência dos instrumentos preenchidos *online*, avaliação do trabalho e solução de possíveis situações-problemas.

3. Políticas Públicas: estudos e reflexões

Refletir acerca do universo das Políticas Públicas sociais no Estado do Tocantins é um movimento necessário em busca de compreender os cenários que se constroem e se consolidam no Estado mais novo do Brasil. De acordo com Menicucci (2006), a política pública pode ser entendida como estratégia de intervenção e regulação do Estado que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade.

Logo, em seus estudos Secchi (2013, p. 2), contribui com as discussões quando destaca que:

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

As Políticas Públicas de acordo com as pesquisas de Menicucci (2006), são escolhas e ações que se constituem em uma teia de conflitos e interesses. Estão diretamente relacionadas ao poder e são mediadas por instituições políticas que procuram relacionar, por meio de processos institucionalizados e pacíficos, a necessidade de convivência entre interesses diversos, muitas vezes, contraditórios.

Como define o autor supracitado, uma política pública se refere à ação das autoridades públicas na sociedade e envolve um conjunto de decisões e ações por parte do poder público. São os atos, mas também os “não atos” de uma autoridade pública frente a um problema ou um setor

da sociedade. São públicas, afetam a todos, sendo uma política sobre coisas públicas. Esta dimensão pública torna-se central uma vez que, como salienta Rúa (1997, p. ??), “é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo”, ou seja, “são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”.

Desta maneira observamos como os estados afetam os processos sociais e políticos por meio de suas Políticas Públicas e dos seus modelos de relacionamento com os atores sociais. Assim, observamos diversas formas de entender o papel do estado em instituir reformas políticas amplas, ajudando a formatar o desenvolvimento econômico nacional, ou ainda o envolvimento dos estados para desenvolver programas sociais e gerenciar problemas econômicos domésticos e internacionais (GRASSO, 2015).

Neste processo de formulação de estratégias e Políticas Públicas governamentais podemos verificar que há mudanças na capacidade estrutural do Estado para provocar iniciativas autônomas. Nesta perspectiva, há necessidade de investir em estudos históricos que possam fazer a leitura destas metamorfoses, revelando desde as variações estruturais como as mudanças conjunturais dentro de políticas específicas (GRASSO, 2015).

Pierson e Skocpol (2008) ao aprofundarem seus estudos sobre Políticas Públicas destacam que alguns dos institucionalistas históricos analisam as configurações organizacionais, enquanto outros observam os cenários particulares isolados, detêm atenção em processo de longo prazo, e outros ainda somente consideram quantidade de tempo ou manobras em curto prazo. É importante perceber que o foco do institucionalismo histórico não está em estudar o comportamento humano sem referência ao contexto que o determina ou a processos muito generalizados aplicáveis a todos os momentos ou lugares e sim, os estudos buscam investigar e explicar as variações de padrões, eventos ou estruturas importantes ou surpreendentes, que decifram enigmas do mundo real.

Entender os desenvolvimentos, históricos institucionais, provoca o olhar crítico para os processos meso e macro institucionais, podendo

verificar como as políticas são constituídas em processo, por vezes dependentes das trajetórias anteriores, ou complementários. Apreciar com cautela as relações de poder que são construídas e reconstruídas ao longo da história e, muitas vezes, a inércia de alguns aspectos do desenvolvimento político nos fazem crer, como destaca Pierson e Skocpol (2008) que processos que retroalimentam prevalecem na vida política, isso porque se estabelecem padrões de mobilização política; as “regras do jogo” institucional e as formas de se pensar acerca do mundo político. Entender como se caracteriza a *path dependence* nos auxilia a analisar o poder nas relações sociais, nos mostrando como as desigualdades são reforçadas e podem determinar as organizações institucionais e os modelos dominantes da compreensão política.

Ao questionar, dentro deste pressuposto teórico, como as Políticas Públicas influenciam os processos políticos e as políticas subsequentes Menecucci (2007), destaca que os desdobramentos analíticos da noção de dependência de trajetória fornecem os elementos para responder a essa questão, realizado pela análise dos processos históricos de constituição e reforma das políticas.

As políticas públicas estabelecem “regras do jogo”, e essas influenciam a alocação de recursos econômicos e políticos e proveem recursos e incentivos para atores políticos, o que, além de facilitar a formação ou expansão de grupos particulares, encoraja determinadas ações e bloqueia outras, definindo assim um determinado caminho ou padrões de comportamento. (MENECCUCCI, 2007, p.30).

Compreender como se desenvolvem as mudanças em cada situação, ou seja, quais são as “regras do jogo” nas diversas instituições que determinam a estabilidade ou as transformações, são desafios para os estudiosos. Immergut (1996) destaca que explicar a mudança é um problema essencial para a análise institucional e que a força explicativa da análise institucional está em mostrar por que *inputs* (as demandas formuladas pelos grupos sociais, ou heranças de políticas anteriores) e *outputs*

(os dispositivos específicos da legislação) podem se articular de modo distinto em diferentes sistemas políticos.

As articulações elaboradas ao longo do caminho é que determinam a maneira como se desenvolverão as políticas e estas também determinam as diversas capacidades dos atores sociais ou grupos de interesse conseguirem resultados políticos favoráveis. Para Fuks (1998) a perspectiva de aprofundamento destas questões de articulação e conflitos dos envolvidos no contexto das Políticas Públicas, quando destacam a importância de se conceber a vida social e política como arena argumentativa, em que os partidos políticos, os grupos organizadores e o governo participam de um permanente processo de debate.

As arenas públicas são reconhecidas como espaços de ações e debates, dinâmicos e, por vezes, permeadas de conflitos sociais, mas esses acima de tudo, é que viabilizam a garantia do debate, não permitindo que as demandas e os projetos sejam sempre determinados pelos representantes dominantes. Em estudos, Fuks (1998, p. 90) ressalta que a ideia de “*sistema de arenas públicas*” sugere a saliência dos assuntos que nele circulam. Supõe-se, antes de mais nada, a visibilidade das ações e dos debates a ele associados.

Para a efetivação de uma arena é necessário que os atores sociais envolvidos nas Políticas Públicas estejam participando dos processos pré-decisórios e decisórios, e principalmente, sejam reconhecidos como parte do processo. Desta forma, os atores sociais devem estar envolvidos na formulação de Políticas Públicas e na elaboração da agenda. A agenda é, justamente, o instrumento que reflete a priorização de temas e problemas a serem trabalhados por um governo. Portanto, a um espaço de conflitos, disputado entre os diversos atores que fazem parte do jogo político. Nesse jogo a forma como se planeja e articula o poder nas diversas situações é que determina os temas que farão parte da agenda e ainda, os temas que não serão priorizados (ROTH DEUBEL, 2006).

Ao estudar sobre o estabelecimento da agenda, Kingdon (2006) propõe três explicações: problemas, política e “participantes visíveis”. O

reconhecimento do problema é um passo crítico para o estabelecimento de agendas e alguns problemas recebem mais atenção do que outros, devido à forma pelas quais os atores tomam conhecimento das situações, quanto nas formas pelas quais essas situações foram definidas como problema. O fluxo da política explica, também, a alta ou baixa importância de um tema na agenda, sendo influenciada pelos desdobramentos na esfera política e ainda pelos consensos realizados pela negociação e, por último, a agenda é influenciada pelo grupo de “atores visíveis”, que são aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público.

A perspectiva colocada por Kingdon (2006) é interessante, pois estabelece os envolvidos na definição da agenda ao defender a participação dos “atores visíveis” e “atores invisíveis”, esclarecendo como a arena é constituída e como são definidas as prioridades do estado. Logo,

o grupo de atores visíveis, aqueles que recebem considerável atenção da imprensa e do público, inclui o presidente e seus assessores de alto escalão, importantes membros do Congresso, a mídia, e atores relacionados ao processo eleitoral, como partidos políticos e comitês de campanha. O grupo relativamente invisível de atores inclui acadêmicos, burocratas de carreira, e funcionários do Congresso. Descobrimos que o grupo de atores visíveis define a agenda enquanto o grupo de atores invisíveis tem maior poder de influência na escolha das alternativas (KINGDON, 2006, p. 230).

Para tentar entender como alguns problemas são importantes para determinado governo, chamando atenção deste a ponto de compor sua agenda, Capella (2007) propõe o estudo de dois modelos que são desenvolvidos na área de Políticas Públicas e se destacam por sua capacidade de explicar como as agendas governamentais são formuladas e alteradas: o Modelo de Múltiplos Fluxos e o Modelo de Equilíbrio Pontuado. Para analisar o processo de formulação de Políticas Públicas e de mudança na agenda governamental, vale considerar a dinâmica das ideias no processo político, interrogando como algumas ideias ou problemas são estabelecidos como prioridade de um governo.

Mesmo que indicadores, eventos, símbolos ou feedbacks sinalizam questões específicas, esses elementos não transformam as questões automaticamente em problemas. Essencial para o entendimento do modelo é compreender que problemas são construções sociais, envolvendo a interpretação [...]. Em determinadas circunstâncias, os três fluxos – problema, soluções e dinâmica política – são reunidos, gerando uma oportunidade de mudança na agenda. (CAPELLA, 2007, p. 90,95).

Com relação à formulação de agenda e a organização institucional o Modelo de Equilíbrio Pontuado, esta autora também nos evidencia indicativos que possibilitam reflexões para o *locus* de estudos das Políticas Públicas. Este modelo permite observar como se processam as mudanças políticas inesperadas, que interrompem períodos longos de estabilidade.

Ao aprofundar nos estudos sobre o esporte e lazer na agenda das cidades, encontramos apontamentos nos estudos de Castellani Filho (2007), Silva (2011), Grasso (2015) e Capi (2016) que nos remetem a ideia de que é fundamental a implementação de uma ação que tenha sentido e significado para a sociedade e que democratize o acesso ao esporte e lazer por meio de ações do Estado.

Reconhecendo que as relações no campo das Políticas Públicas são permeadas por um jogo de poder, e a construção de agenda é resultante do placar final deste jogo, destacamos as seguintes reflexões:

O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos pode ser considerado um avanço quando se pensa na inserção desses temas na agenda política. Atualmente, porém, é preciso superar a visão utilitarista associada ao lazer e ao esporte, buscando-se um patamar que possibilite ao sujeito se posicionar no mundo, criticando, vivenciando e criando sua cultura. (UNGHERI, GOMES, SILVA ISAYAMA, 2018).

Portanto, realizar um diagnóstico no Tocantins se faz relevante, este Estado formado por 139 municípios, soma 1.383.445 habitantes, sendo que desse total, 78,81% da população, o que corresponde a 1.090.241 pessoas, vivem na zona urbana e 21,19%, representando 293.212 pessoas, vivem na zona rural (BRASIL, 2010). Os estudos realizados permitem apontamentos

para verificar a construção de agendas no campo das Políticas Públicas de esporte e lazer nos municípios tocantinenses, possibilitando analisar o processo de democratização, ou seja o direito ao esporte e lazer no Estado do Tocantins.

4. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: leitura da realidade do Tocantins

Este estudo busca trazer um diagnóstico da realidade das Políticas Públicas de esporte e lazer que vem compondo a agenda dos municípios do Tocantins. Corroboramos com Isayama e Stoppa (2017) que o reconhecimento do lazer como *status* de direito foi importante porque abriu possibilidades para reivindicar do poder público, e de outras esferas da sociedade, formas para sua materialização no cotidiano de vida do cidadão brasileiro.

Como no estudo de Linhales *et al.* (2008) compreendemos que o esporte e o lazer constituem dimensões da vida social que, especialmente durante o século XX, foram gradativamente incorporadas como formas modernas de expressão cultural, capazes de agregar valores e produzir sentidos e significados para aqueles que delas participam, diretamente ou indiretamente. Cabe o reconhecimento de que o esporte e o lazer como direito do cidadão brasileiro é uma das dimensões da vida social, bem como reivindicar o entendimento da necessidade de se elaborar Políticas Públicas de esporte e lazer para os cidadãos do Tocantins.

Os estudos realizados pela Rede Cedex nos permitem afirmar que a maioria dos atores sociais que participaram da pesquisa exercem o cargo máximo da gestão das Políticas Públicas de esporte e lazer dos municípios e os demais exercem cargos de confiança dentro da gestão destas políticas. Por meio destes dados inferimos quais ideias permeiam os atores sociais desta pesquisa para tomarem as decisões, o que será feito pela gestão municipal, direta ou indiretamente e com quais objetivos estas decisões são tomadas.

Os dados extraídos nos permitem mencionar que estes gestores têm em sua maioria a idade entre 25 e 40 anos, sendo que 60% apresentam Ensino Superior, 37% Ensino Superior incompleto e apenas um dos gestores apenas o Ensino Médio. Vale destacar que o Estado do Tocantins está na região Norte e que historicamente e culturalmente o acesso à educação, em especial a educação superior, é desafiador. Os estudos desenvolvidos por Rodrigues (2014, p.13) na região amazônica nos auxiliam a entender este processo:

Qualquer nação e/ou região que não possui pessoas capazes de trabalhar com as problemáticas locais está fadada à estagnação, pois o desenvolvimento é, em uma explicação mais desprendida, resultado da aplicação do conhecimento, configurando-se, na Amazônia, “uma questão de Estado, a ser debatida pelo governo e por toda a sociedade do País” (ABC, 2008, p. 10). Não há conhecimento sem investimentos, sem preparação, sem qualificação de pessoas para que elas, além de produzi-lo e transformá-lo, possam gerenciá-lo.

Em relação a escolaridades a área de formação, doze cursos foram observados, dentre eles: Técnico em Contabilidade, Pedagogia, Artes Visuais, Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Informática, Serviço Social, Engenharia Ambiental e História.

Neste íterim, temos como dado ainda que a maioria dos entrevistados não possui pós-graduação. Melo e Húngaro (2010) destacam que a partir da reorganização da estrutura esportiva no país surgem novos atores e novas demandas sociais relativas aos fenômenos esportivos e de lazer, exemplo disso é a figura do Gestor Público de Esporte e Lazer. Este seria o responsável por “gerenciar projetos”, implementar políticas e buscar processos de monitoramento e avaliação destas ações, de maneira a implementar políticas que assegurem o acesso ao esporte e ao lazer de qualidade.

No Tocantins os dados coletados nos remetem ao entendimento de que apenas um pequeno percentual (17%) de gestores possui formação na área de administração e gestão pública. Ainda que a maioria destes gestores são contratados e não concursados, isto é, não tem uma carreira estável

e também sem acesso a um processo de plano de carreira e qualificação que lhes permitiriam aprofundar nos estudos e questões pertinentes as Políticas Públicas de esporte e lazer do municípios estudados.

Sobre esse ponto, destaco as ideias de Isayama (2010), Werneck (2000) e Alves Júnior (2003), quando problematizam a demanda da formação do profissional no campo do esporte e lazer. Segundo os autores, é necessário buscar uma formação profissional no campo do esporte e lazer que aponte para questões tais como: competência técnica, científica, política, filosófica e pedagógica, assim como também no conhecimento da realidade, ainda que algumas características possam se fortalecer durante o processo. Faz-se necessário, também, internalizar a discussão sobre as diversas linguagens culturais, e aliar teoria-prática, no intuito de abranger e permitir as diferentes configurações, para que o profissional possa atuar e intervir. Sugiro, também, que a formação trabalhe temas relacionados à política, à construção de políticas públicas e a sua gestão, ao Estado, como forma de ampliar o leque de conhecimento desse profissional, porque, no percurso da gestão, terá de lidar diariamente com esses assuntos (GRASSO, 2015, p.109).

O processo de formação profissional é determinante para que gestores de esporte e lazer possam implementar decisões e executar ações que atinjam as necessidades das comunidades. Estes profissionais devem articular as demandas da sociedade, buscando alocação de recursos para então fazer valer a ideia do Estado em ação, que dizer, o Estado implementando ações de esporte e lazer, contribuindo para o bem viver dos cidadãos.

Sobre os desafios a serem superados na gestão pública, os estudos de Silva (2011) destacam que o gestor desempenha um papel significativo e que na gestão de Políticas Públicas de esporte e lazer existe um elemento complicador que é o de desconsiderar o especialista como pessoa com competência para gestão. A autora destaca que é facilmente visto a gestão centrada em ex-atletas que não possuem experiência no campo da gestão pública, ocupando cargos políticos relacionados ao esporte e lazer.

Acreditamos que todos os atores sociais que compõem o universo da política pública possuem saberes relevantes para o processo de construção participativa das ações e da agenda a ser criado nos municípios. Porém

entendemos como determinante para a qualificação das ações de Políticas Públicas nos municípios do Tocantins que os gestores tenham conhecimentos das teorias ligadas à política, às Políticas Públicas e aos processos de gestão, bem como os conhecimentos específicos do campo dos estudos do lazer e esporte.

Estes conhecimentos determinam as ações propostas pelo município no campo das Políticas Públicas de esporte e lazer, desde a alocação de recursos no orçamento do município, como da divisão deste orçamento nas demandas elencadas pela gestão e comunidade (SILVA, 2011). Seguindo esta linha de raciocínio, buscamos dados na pesquisa que nos possibilitassem conhecer a realidade dos espaços e equipamentos utilizados para as atividades de esporte e lazer nos municípios do Tocantins.

Faz parte deste processo de gestão das Políticas Públicas de esporte e lazer, compreender, implementar e fomentar a utilização dos espaços e equipamentos de lazer dos municípios. As Políticas Públicas municipais devem alcançar o universo urbano e rural de seus territórios, garantindo o direito a cidades sustentáveis, dentre esses direitos está o esporte e o lazer. De acordo com os estudos de Rechia *et al.* (2018, p.81),

o conceito de cidade vai além daquele entendido como espaço físico de estruturas construídas, de casas, prédios e vias de tráfego, povoado por milhares de pessoas. A compreensão sobre tal conceito está cada vez mais ligada à evolução e ao desenvolvimento dos seres humanos. No entanto, em alguns momentos, vivemos esse espalho sem nos darmos conta da sua relevância em nosso cotidiano.

A realidade do Tocantins representa a maioria dos Estados da região norte. O Tocantins revela-se com 49% da população do Estado se concentrando em apenas dez cidades, mais de 80% dos municípios do Estado têm menos de 10 mil habitantes e 55% têm menos de 5 mil habitantes (BRASIL, 2010). Neste universo de municípios com número de habitantes reduzido encontramos os dados abaixo destacados na tabela.

Tabela 1 – Espaços e equipamentos de esportes e lazer no Estado do Tocantins, 2018.

VARIÁVEIS	Nenhum	1 a 5	6 a 10	Mais de 10
	n / %	n / %	n / %	n / %
Praças de esporte ou centros esportivos	6 (15)	27 (68)	4 (10)	3 (7)
Ginásio de esportes	7 (18)	30 (76)	1 (3)	1 (3)
Clubes sociais para atividades esportivas	36 (90)	4 (10)	-	-
Escolinhas de iniciação esportiva	14 (35)	24 (60)	-	2 (5)
Parques públicos	25 (63)	14 (35)	1 (2)	-

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as com os dados da pesquisa

Os dados destacados na tabela nos permitem compreender que 15% dos municípios investigados não possuem praças de esporte ou centros esportivos, 18% não possuem ginásios de esporte, 90% não possuem clubes sociais para atividades esportivas e de lazer, 35% não possuem escolinhas de iniciação esportiva e 63% não possuem parques públicos.

Os resultados apresentados nos permitem aferir que no planejamento destes municípios não houve preocupação com ações que pudessem contribuir com a ideia de qualidade de vida e de lazer para seus cidadãos. Os planos diretores não garantiram espaços e equipamentos para atividades de lazer de crianças, adultos e idosos destes municípios.

Observamos ainda que dos municípios estudados 68% tem entre uma e cinco praças de esporte ou centros esportivos, 76% possuem entre 1 e 5 ginásios de esportes, 10% têm entre 1 e 5 clubes sociais para atividades esportivas, 60% têm entre 1 e 5 escolinhas de iniciação esportiva e 35% têm entre 1 e 5 parques públicos. Acreditamos que estes resultados fazem parte dos municípios que têm acima de dez mil habitantes, com uma possibilidade de recursos humanos e financeiros que possibilitam desenvolver uma agenda política de construção de espaços e equipamentos de esporte e lazer.

O estudo mais detalhado sobre “as forças que movem os processos de formulação de Políticas Públicas em uma direção determinada” (KINGDON, 2006), é instigante e o estabelecimento de uma agenda de governo é um tema importante para o aprofundamento dos estudos, visto que ali estão os problemas ou soluções que determinam a ação do Estado na sociedade.

Ao garantir espaços e equipamentos para os seus cidadãos o município abre possibilidades de apropriação de vivências e experiências no campo do esporte, lazer e cultura. A apropriação destes espaços e equipamentos faz parte das percepções culturais de cada território e se efetiva por meio de símbolos e simbologias criadas no cotidiano das ocupações. Desta maneira, é importante considerar na agenda de governo dos municípios o olhar para os espaços e equipamentos de lazer para além da construção de espaços e equipamentos de esporte e lazer para os cidadãos, há que planejar e implementar uma política de animação sócio cultural com investimentos que garantam uma formação profissional e participação popular, que qualifique as ações propostas pela gestão.

Em relação a Tabela 1, foi destacado pelos atores sociais a existência de quadras de esportes, campo gramado, ginásios de esportes, praças, centro cultural, quadras poliesportivas, centro esportivo e academia da saúde, como espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Os estudos de Pina, Goulart e Seixas (2017, p.197) nos auxiliam a refletir acerca desta temática, abaixo seguem alguns pontos:

Os espaços de lazer incorporam alguns princípios orientadores – importantes para sua qualidade construtiva e, sobretudo, operacional – que resultam das observações realizadas em seu planejamento e funcionamento, em muitos casos no Brasil e exterior, como: os equipamentos de lazer devem ser atrativos e estimulantes para quem os vê de fora; devem criar a atitude e a vontade de permanência para quem está dentro; as atividades propostas e oferecidas deve estar diretamente relacionadas à cultura local: país, região, cidade, bairro. A diversidade cultural é critério fundamental; incorporar conceitos e metodologias de sustentabilidade ambiental, bem como as normas técnicas orientadoras; cuidados especiais na constituição do quadro de pessoal (recursos humanos). Devem ser multi ou pluridisciplinares e evidenciar as diversidades da população local.

Os estudos acerca dos espaços e equipamentos de lazer no Tocantins nos permitem entender que a política e as instituições influenciam a definição dos problemas e das soluções e os atores envolvidos exercem um papel importante na definição das questões. Os municípios tocantinenses

têm muitos desafios na implementação de ações no campo das Políticas Públicas de esporte e lazer. Logo, para que haja desenvolvimento neste processo é importante entender que a área das Políticas Públicas resulta da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem na esfera das relações de poder e que são constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade (GRASSO, 2015).

5. Considerações

A compreensão da Ciência Política enquanto um campo multidisciplinar que estabelece uma via de mão dupla e que recebe e compartilha conhecimentos com diversas áreas em prol do desenvolvimento dos estudos é relevante. Esta possibilidade de estabelecer um olhar crítico acerca do entendimento de Estado que está sendo construído historicamente e a concepção e estabelecimento das políticas públicas de governo promove um reordenamento de ideias e contribui para com o desenvolvimento das Políticas Públicas.

O estudo do diagnóstico das Políticas Públicas de esporte e lazer do Tocantins nos possibilita estabelecer um olhar frente à realidade, permitindo situar os atores sociais envolvidos, abrindo possibilidades de compreensão de que a participação política é entendida como estratégia para intervir nas instâncias de decisões, minimizando as diferenças, buscando um compartilhar de poder e a garantir a democratização e direito ao esporte e lazer.

Neste momento histórico de retrocesso da política nacional de esporte e lazer, em que há extinção do Ministério do Esporte e, por conseguinte, como efeito cascata, estados e municípios também entram nesta onda de desorganização e dismantelamento das ações e iniciativas no âmbito das Políticas Públicas de esporte e lazer. Acreditamos ser necessário o fortalecimento da participação nas instâncias de decisões, fomentando uma política participativa e de gestão compartilhada.

Este trabalho nos permite compreender que o Tocantins necessita criar uma rede de convergência dos vários atores sociais envolvidos com as ações e políticas de esporte e lazer com o objetivo comum de democratizar o acesso ao esporte e lazer nos 139 municípios que compõem este Estado. O Tocantins tem como desafio criar uma agenda para as Políticas Públicas de esporte e lazer em que, Estado, municípios, Organizações não Governamentais e Instituições de Ensino Superior se envolvam na criação de espaços de diálogos e compartilhamento de decisões, buscando minimizar questões como a formação profissional dos atores sociais envolvidos no processo de construção das políticas públicas de esporte e lazer dos municípios do Tocantins, a criação e ocupação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, bem como a criação de uma agenda política a nível Estadual para o fomento das discussões desta temática nos municípios.

6. Referências:

- CAPELLA, A. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G., ARRETICHE, M. e MARQUES, E. (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- CAPI, A. **Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)**. 2016. Tese. (Doutorado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- GRASSO, R. **Políticas Públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão do município de Santarém-Pa (2005-2012)**, UFMG, 2015. Dissertação. (Mestrado em Estudos do Lazer) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- FUKS, M. **Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro**. Dados, 41 (1): 230-245, 1998.
- IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. N° 30, ano 11, fev. de 1996.

ISAYAMA, H. **Formação e atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer:** estudos e pesquisas. Belo Horizonte, UFMG, 2018.

ISAYAMA, H. e STOPPA, E. (orgs). **Lazer no Brasil:** representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas- SP, Editores Associados, 2017.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies.** Segunda edição. Nova York, Harper Collins College Publishers (1995).

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas.** Brasília: ENAP, 2006.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES; FARIA (org.). **A política pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MELO, L. e HÚNGARO, V. **Gestão Pública de Esporte e Lazer:** uma análise crítica. <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/271.pdf>

MENICUCCI, T. **Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil:** atores, processos e trajetória. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MENICUCCI, T. Gestão de Políticas Públicas: Estratégias para Construção de uma Agenda. **IX Congreso Nacional de Recreación Coldeportes/FUNLIBRES**, 14 a 17 de setembro de 2006, Bogotá, DC, Colômbia. Disponível em <http://www.redcracion.org/documentos/congresos/TMenicucci.html>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

PIERSON, P. y SKOCPOL, T. El institucionalismo histórico en la ciencia política contemporánea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política** - Vol. 17 N°1 - ICP - Montevideo.

PINA, L; GOULART, L, SEIXAS, S.. Espaços e equipamentos de lazer. In AZAVEDO, Paulo Henrique, BRAMANTE, Antônio Carlos. **Gestão Estratégica das experiências de lazer.** Curitiba, Appris, 2017.

ROTH DEUBEL, A. N. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.** Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.

- RODRIGUES, R. Pós-graduação na Amazônia: o desafio de formar (em) redes. **RBPG**, Brasília, v. 11, n. 23, p. 19 - 45, março de 2014.
- RECHIA *et al.* Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantins **CBCE**. 2018.
- RUA, M. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. Washington, Indes/BID, 2009, Mimeo.
- SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SILVA, D.[et al.]. **Gestão de políticas públicas de esporte e lazer**: princípios e pressupostos teóricos. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- UNGERI, B., GOMES, C., SILVA, L. e ISAYAMA, H. in **Monitorando e Avaliando Políticas de Esporte e Lazer no Brasil**: a experiência dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável(VS). Campinas, SP, Autores Associados, 2018.

Parte 2

Lazer, Turismo e saúde

Atividade física como lazer na promoção da saúde

Alderise Pereira Quixabeira

Lucas dos Santos Coelho

Ruhena Kelber Abrão

1. Introdução

A atividade física tem sido associada como fator de proteção para a saúde desde a década de 1950. Desde então, estudos têm associado seus benefícios à redução de doenças crônicas, à diminuição do peso em adultos praticantes de atividades físicas ao longo da vida ou ainda à diminuição do risco de morte prematura por doenças cardiovasculares (POLISSENI e RIBEIRO, 2014).

Desse modo, neste trabalho apresentamos uma abordagem acerca da atividade física como lazer e suas contribuições na promoção da saúde. Levando em consideração os estudos acerca do assunto, podemos entender que nos últimos anos o reconhecimento das vantagens da prática da atividade física regular na melhoria da qualidade de vida vem despertando enorme atenção quanto a complexa relação entre os níveis de prática de atividade física, os índices da chamada aptidão física e o estado de saúde das pessoas (OLIVEIRA, 2011).

Tais vantagens acima apresentadas contribuam para o melhoramento da qualidade de vida do indivíduo, pois são pautadas em ações que promovam sua saúde e assim aumenta-se a presença de indivíduos satisfeitos com seu padrão de vida e com a qualidade a que se caracteriza. Além

disso, entende-se que atividade física é a grande aliada da promoção e manutenção da saúde psicológica do ser humano. Temos por consciência que a prática de atividade física é uma das maneiras mais eficazes de promover saúde e a qualidade de vida em vários aspectos quando conscientemente realizado e com acompanhamento de um profissional da área para orientar.

Sendo assim, somos levados a entender que a prática de atividades físicas faz parte do ser humano, de sua história e de seus instintos, dando características de sobrevivência e conseqüentemente de qualidade de vida dentro de suas faces. Entendemos ainda que a atividades físicas deve ser encarado como um dos pilares da vida, pois sem ela, o condicionamento físico e a saúde física acabam desequilibrando.

Diante do entendimento da necessidade de realizar este estudo, optamos por desenvolver o trabalho por meio da revisão bibliográfica, em uma abordagem qualitativa de pesquisa, e tivemos como aporte teórico: Fraga (2012); Isayama, (2007); Dumazedier (1976); Bacheladenski e Júnior (2010); Bertuol (2016); Da Silva (2018); Goldner (2013), Santos *et. al.* (2015), dentre outros teóricos que dialogam acerca atividade física como lazer na promoção da saúde.

2. Atividade física como lazer na promoção da saúde

Para iniciarmos este tópico trazemos primeiramente o conceito de atividade física, que é definida, segundo Fraga (2012), com base no Glossário Temático de Promoção da Saúde do Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2012), como toda movimentação corporal que implica em qualquer gasto de energia acima dos valores considerados como “estado de repouso”. Por outro lado, Isayama, (2007), destaca que quando o termo atividade física está associado ao lazer compreende as atividades realizadas no tempo disponível das obrigações sociais ou, ainda, como sinônimo dos conteúdos físicos e esportivos do lazer, relacionado a atividades como esportes, ginásticas, passeios, pesca, entre outros.

Para conceituarmos lazer partimos do bojo teórico do sociólogo francês Dumazedier (1976, p. 94), que caracteriza lazer como:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Em seus estudos Bacheladenski e Júnior (2010), o lazer tem sido reconhecido como um fenômeno de grande relevância para a emancipação humana e cidadania, figurando fortemente como estratégia da promoção da saúde.

Segundo Santos *et al.* (2015) *apud* Ferrari (2002), percebe-se a necessidade do enfoque sobre a educação pelo e para o lazer. No primeiro caso ele se presta à ampliação da consciência individual e social, e no segundo ele é como a possibilidade de desenvolvimento de um processo educacional de crescimento humano, assim aproximando gerações e facilitando oportunidades de surgimento de talentos. O lazer também é considerado como desenvolvimento da personalidade, portanto, é de grande importância na vida social, econômica, política e cultural de toda sociedade.

Já a atividade física aqui, é compreendida por Bertuol (2016, p. 25), *apud* Gabriel *et al.* (2012) como um “comportamento complexo e multidimensional, o qual envolve movimento humano, resultando em atributos fisiológicos que inclui gasto de energia aumentado e aptidão física melhorada”.

Ao que concerne saúde por meio da promoção da atividade física como lazer e na contribuição da promoção da saúde autêntica Da Silva (2018), menciona que ela deve propiciar benefícios como, por exemplo, a melhora no condicionamento físico, a diminuição da perda de massa óssea e muscular, aumento da força, coordenação e equilíbrio; redução da incapacidade funcional, da intensidade dos pensamentos negativos e das doenças físicas; e promoção da melhoria do bem estar e do humor. Dessa

forma, somos levados a refletir que os benefícios da atividade física estão diretamente relacionados com o nível de aptidão física e também à saúde das pessoas. Para tanto, vale destacar que atividade física também pode ser utilizada de forma terapêutica para o tratamento e manutenção da saúde de pessoas portadoras de alguma patologia ou doença crônica.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca que a atividade física de intensidade moderada – como caminhar, pedalar ou praticar esportes – traz benefícios significativos para a saúde. Em todas as idades, os benefícios de ser fisicamente ativo superam os eventuais danos, decorrentes de lesões, por exemplo. Além disso, a OMS, destaca ainda, que se as pessoas se tornarem mais ativas ao longo do dia, de maneira relativamente simples, elas conseguirão facilmente atingir os níveis recomendados. Níveis regulares e adequados de atividade física que melhoram o condicionamento muscular e cardiorrespiratório, bem como “aumentam a saúde óssea e funcional; reduzem o risco de hipertensão, doença cardíaca coronária, AVC, diabetes, câncer de cólon e de mamas e depressão; reduzem o risco de quedas, bem como de fraturas de quadril ou vertebrais; e são fundamentais para o balanço energético e controle de peso” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014, p. 02).

Partindo destas considerações, pode-se dizer que, a atividade física como lazer é um instrumento que atua diretamente na melhoria de qualidade de vida, uma vez que não está relacionado somente ao ócio, mas, também, ao desenvolvimento pessoal, social e físico do indivíduo, na promoção da saúde, a atividade física como lazer não é apenas uma circunstância desejável, mas uma condição indispensável, pois por meio desse tipo de atividade o sujeito melhora sua condição de saúde, não só física, como mental.

3. A relevância da atividade física na promoção da saúde na contemporaneidade

Santos et al. (2015) *apud* Guimarães (2001), afirma que o desenvolvimento tecnológico impulsiona o homem a viver sob o regime de menor

esforço reduzindo a atividade muscular e os estímulos orgânicos apenas ao indispensável, conseqüentemente, proporcionando sérios prejuízos para a saúde física, mental e espiritual.

Para Goldner (2013), atualmente a sociedade mundial ainda permanece estagnada em um momento histórico de incontrolável morbidade fruto de um sedentarismo jamais visto em séculos anteriores. O autor acrescenta ainda que, alguns fatores contribuem para esse quadro doente em que se encontra a sociedade,

talvez o principal fator seja a globalização tecnológica, o próprio capitalismo que confere a todos a necessidade de trabalho intenso e quase sem intervalos, em alguns momentos este trabalho incessante me parece um período de escravidão moderna, a população ficou refém do trabalho, o cansaço, em sua maioria mental, torna o corpo cansado e assim desencadeia adultos sedentários (GOLDNER 2013, p. 1).

Desse modo para o autor supracitado, fica evidenciado que a prática da atividade física é primordial, talvez não seja a protagonista, mas sem dúvida alguma não é mera figurante na ostentação de uma qualidade de vida esperada, além disso, a atividade física traz regulações endócrinas importantes na manutenção emocional e na perspectiva de saúde clínica. Emocionalmente a atividade física nos leva a regular o metabolismo a fim de conferir sensações de prazeres, alegrias, sorrisos, reduz o estresse e por consequência prazeres com a vida.

Ainda sobre o assunto, Goldner (2013), ressalta que a prática de atividade física, evidenciada por um planeta cada vez mais doente e com vícios oriundos do sedentarismo, é indubitavelmente essencial aos que almejam tornar os corpos resistentes às doenças. Nesse sentido, complementa Silva; *et al*, (2012), destacando que para ter uma boa qualidade de vida, saúde e maior longevidade um dos fatores fundamentais é a prática de atividade física regular que além de atuar na prevenção/manutenção em doenças da ordem metabólica também melhora o bem-estar e a auto estima, e acrescenta que o sedentarismo tem cada vez mais atingindo a sociedade moderna, principalmente a população jovem. No entanto, a

prática de atividades físicas é fundamental para que se tenha um estilo de vida saudável e ativo além de hábitos assim tenderem a permanecer na vida adulta.

A noção de saúde, nesse caso, seria algo próximo a afirmação de Carvalho (2001, p.14):

A saúde resulta de possibilidades, que abrangem as condições de vida, de modo geral, e, em particular, ter acesso a trabalho, serviços de saúde, moradia, alimentação, lazer conquistados – por direito ou por interesse – ao longo da vida. Tem saúde quem tem condições de optar na vida. A saúde está diretamente relacionada com as escolhas que não se restringem tão-somente a poder escolher este ou aquele trabalho, realizar-se pessoal e profissionalmente com ele, morar dignamente, comer, relaxar e poder proporcionar condições de vida para os mais próximos, mas também conseguir viver dignamente com base em valores que não predominam em uma sociedade como a brasileira – excludente, individualista, competitiva, consumista. Todos esses são elementos que determinam a nossa saúde que não é só física, mental ou emocional. É tudo junto, ao mesmo tempo! Pensar na saúde do Homem é considerá-lo como ser político – cidadão – e ético – profissional.

Carvalho (2001), destaca que o entendimento de saúde por ele definido acima, é considerada idealista e difere da definição clássica de saúde da Organização Mundial da Saúde, que relaciona saúde ao completo estado de bem-estar físico, mental e social e pode ser também uma referência para os estudos que têm como foco as atividades físicas como meios para se obter efeitos fisiológicos. Estes podem contribuir para que os sujeitos atinjam bem-estar físico, mental e social.

Com base em estudos bibliográficos, podemos pensar que a prática de atividade física como lazer, em qualquer faixa etária, promove diversos benefícios para a saúde, tanto a curto quanto a longo prazo, pois, ao realizar atividades física como lazer, o sujeito se distraí, fato este que é positivo não apenas para saúde física como também mental. Além dos efeitos benéficos para a saúde, sabe que com hábitos saudáveis adquiridos ainda na infância/adolescência tem maior probabilidade de permanecer na vida adulta.

Em seus estudos Hallal *et al.* (2010), destacam que, apesar do acúmulo de conhecimento sobre a temática, bem como da relevância da mesma para a sociedade contemporânea, diversos estudos apontam para baixos níveis de sujeitos considerados ativos. Isto se torna mais preocupante quando estudos evidenciam, embora especialmente em países desenvolvidos, que a prática de atividade física regular em todas as faixas etárias vem diminuindo nas últimas décadas.

Desse modo, podemos entender que para se obter uma vida saudável na contemporaneidade requer atitudes comprometedoras com a escolha de hábitos saudáveis, incluindo atividades físicas regulares e como forma de lazer, que sem dúvida proporcionará melhor qualidade de vida e maior longevidade aos sujeitos. Por outro lado, entendemos que os hábitos de vida adquiridos pela sociedade moderna, foram sem dúvida a praticidade advinda dos avanços tecnológicos que proporcionaram comodidade com a utilização de recursos até então inexistentes (SANTOS *et al.* 2015). Sendo assim, para Oliveira (2011), a atividade física é vista como de suma importância para prevenção/manutenção e restabelecimento dos equilíbrios biológico, psicológico e social, ameaçado constantemente pelas mudanças bruscas da sociedade moderna.

4. Atividade física de lazer e saúde

Para abordarmos essa temática tivemos como aporte teórico, Da Silva *et al.* (2017), que destaca a saúde como um categoria associada a atividade física de lazer, a qual pode indicar a questão do direito dos sujeitos a vivência de atividades de livre escolha, com interesse único e exclusivo na atividade em si. A noção de saúde, nesse caso, seria segunda a autora:

A saúde resulta de possibilidades, que abrangem as condições de vida, de modo geral, e, em particular, ter acesso a trabalho, serviços de saúde, moradia, alimentação, lazer conquistados – por direito ou por interesse – ao longo da vida. Tem saúde quem tem condições de optar na vida. A saúde está diretamente relacionada com as escolhas que não se restringem tão-somente a poder

escolher este ou aquele trabalho, realizar-se pessoal e profissionalmente com ele, morar dignamente, comer, relaxar e poder proporcionar condições de vida para os mais próximos, mas também conseguir viver dignamente com base em valores que não predominam em uma sociedade como a brasileira – excludente, individualista, competitiva, consumista. Todos esses são elementos que determinam a nossa saúde que não é só física, mental ou emocional. É tudo junto, ao mesmo tempo! Pensar na saúde do Homem é considerá-lo como ser político – cidadão – e ético – profissional. (DA SILVA, 2017, p. 58, *apud* CARVALHO, 2001, p. 14):

Corroborando para essa exposição, Polisseni e Ribeiro (2014), em uma sociedade cada vez mais urbanizada e industrializada, exercícios físicos praticados regularmente são importantes recursos para manter o nível de atividade física recomendado, contudo, é preciso identificar as práticas mais adequadas às necessidades preconizadas como efeito protetor do exercício físico para a saúde. Ainda sob a ótica dos autores supracitados, nas últimas décadas:

modelos e teorias comportamentais têm sido utilizados na orientação de programas de promoção de atividade física. Os efeitos desse tipo de intervenção têm sido constatados como pequenos e temporários em níveis comunitários, visto que apoiam suas estratégias em mudanças comportamentais individuais como meio de redução do risco epidemiológico, independentemente dos condicionantes sociais, econômicos e culturais (POLISSENI; RIBEIRO, 2014, p 341).

Logo, Polisseni e Ribeiro (2014), destacam ainda, que, a posição da sociedade de medicina do esporte é de que a atividade física deve ser incentivada e estimulada para a preservação da saúde, por meio de iniciativas tanto do poder público quanto do privado. Portanto, compreender escolhas individuais no contexto social em que a pessoa vive como forma de conhecimento, além do nível de atividade física e fatores associados, dos motivos para o comportamento motor dos indivíduos pode contribuir para traçar estratégias mais adequadas de promoção da saúde.

4.1 Atividade física aeróbica como lazer: Saúde para os músculos e para o cérebro

Com base no bojo teórico de Santos *et al.* (2015), a atividade física, o lazer e o estilo de vida vão sempre caminhar juntos. Por meio das mudanças provocadas no final do século XX, o lazer passou a ser direito social na melhoria da qualidade de vida e igualdade para todos os cidadãos.

Nesse sentido, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), coloca o lazer lado a lado com os direitos do cidadão. Segundo esse documento, o lazer atende às necessidades do ser humano: necessidade de libertação das angústias e pesos que acompanham as atividades não escolhidas livremente; necessidade de compensação das consequências da vida diária do trabalho; necessidade de afirmação; necessidade de recreação como meio de restauração biopsíquica; necessidade de dedicação social e necessidade de desenvolvimento pessoal integral e equilibrado. Atrelado ao conceito de lazer na Constituição Federal, Oliveira (2005, p.15) relata:

o esporte, o lazer e a recreação estão diretamente relacionados à qualidade de vida e à redução da violência e que tão importante como gastar menos tempo com transporte, sentir-se seguro nas ruas, ter acesso à educação e saúde públicas ou viver em locais não poluídos, é também o usufruto do tempo livre de forma saudável, lúdica, prazerosa e construtiva.

Cardoso (2008) destaca que a cada dia, aumentam as listas de benefícios da atividade física aeróbica. Mas o certo é que não podemos deixar de dar a devida importância à atividade física para nossa saúde. Os músculos de todo o corpo devem participar deste esforço para a sobrevivência, não deixando uma sobrecarga para a musculatura dos pulmões e do miocárdio. Ainda para o autor:

A forma mais comum de calorias estocada em nosso corpo é a gordura. Todo o excedente calórico desprovido de uma função aparente em nosso organismo, independente de ser proteína ou carboidrato, vai ser armazenado como gordura. Desta forma, só existe uma maneira de nos livrarmos do excesso de peso e calorias sob a forma de gordura, ou seja, fornecendo energia para

executarmos uma atividade essencialmente aeróbica. Para que haja queima de gordura, precisa haver uma boa oferta de oxigênio, pois de maneira contrária, dois outros elementos calóricos: proteínas e carboidratos têm a preferência na liberação de energia quando executamos uma atividade física (CARDOSO, 2008, p. 08).

O autor destaca ainda que o nosso corpo leva um certo tempo para se ajustar às necessidades da atividade física na fase de aquecimento. Como existe uma escassez momentânea de oxigênio, nosso organismo precisa supri-la queimando proteínas ou carboidratos para produzir calorias. Os músculos bem alimentados possuem uma pequena reserva de carboidratos, responsáveis por mais da metade de todo consumo energético de uma atividade física.

Desse modo, Santos *et al.* (2015), reforça que a atividade física tem se tornado de extrema importância e necessária a todo ser humano, pois visa melhorar todo o fisiológico assim como o cognitivo, pois, a atividade física como lazer feita de maneira regular aumenta a longevidade, melhora o nível de energia, a disposição, afeta de maneira positiva o desempenho intelectual, o raciocínio, a velocidade de reação e o convívio social, e a saúde de um modo geral.

5. Considerações

A prática de atividades físicas é de fundamental importância para a qualidade de vida da população em geral e inúmeros são os benefícios que a atividade física proporciona principalmente no controle de doenças crônicas, como a hipertensão e diabetes. Por essa razão, o reconhecimento da importância das práticas de lazer, a possibilidade de escolha de tais práticas e o entendimento dos fatores que podem não favorecer o mesmo pode ser um mecanismo considerável para a idealização de iniciativas direcionadas à saúde pública e educação, com o intuito de fomentar a participação em atividades ativas no lazer, por adolescentes e demais grupos populacionais.

Pelo que foi exposto anteriormente, torna-se evidente a necessidade de melhor caracterização dos componentes voltados a aptidão física relacionada à saúde, na tentativa de fornecer informações que venham a subsidiar a elaboração de programas de exercícios físicos que possam efetivamente garantir os benefícios desejados na promoção da Saúde

Nesse sentido, espera-se com este trabalho contribuir para que outros estudos que enfoquem as atividades físicas de lazer e saúde possam se apoiar nas produções do campo do lazer para potencializarem suas propostas e atender aos problemas investigados, de modo que as pessoas possam, de fato, incluir no seu cotidiano as atividades físicas de lazer, beneficiando-se, não somente do ponto de vista biológico, mas também, social, psicológico, cultural e político.

6. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BACHELADENSKI, Miguel Sidenei. JÚNIOR, Edgard Matiello. **Contribuições do campo crítico do lazer para a promoção da saúde**. Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.org/pdf/csc/2010.v15n5/2569-2579/pt>>. Acesso em: 27, Mai.2019.

BERTUOL, Cecília. **Aspectos psicossociais para atividade física e prática de atividade física no tempo de lazer**: correlatos sociodemográficos em adolescentes catarinenses. Florianópolis 2016. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Material Impresso.

CARDOSO, Ilmar Sátiro. Atividade física e qualidade de vida. Curitiba 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2055-6.pdf>>. Acesso em: 27, Maio, 2019.

CARVALHO, Y. M.. Atividade física e saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, 22 (2), 9-21-2001. 385 - Fevereiro de 2014. Disponível em: < http://actbr.org.br/uploads/arquivo/957_FactSheetAtividadeFisicaOMS_2014_port_REV1.pdf>. Acesso em:28, Mai. 2019.

DA SILVA, Cinthia Lopes et. al. **Atividade física de lazer e saúde: uma revisão sistemática.** Mudanças – Psicologia da Saúde, 25 (1), Jan.-Jun. 2017. Copyright 2017 pelo Instituto Metodista de Ensino Superior CGC 44.351.146/0001-57. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/7185/5791>>. Acesso em: 27, Mai. 2019.

DA SILVA, Luiz Augusto. **Conceitos de atividade física e saúde.** Unicentro, Paraná 2018.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular- Debates.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

GOLDNER, Leonardo Junior. **Educação física e saúde: benefício da atividade física para a qualidade de vida.** Vitória, 2013. Disponível em: <<http://www.cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/Monografia%20-%20Leonardo%20Goldner.pdf>>. Acesso em: 27, Maio. 2019.

HALLAL, P. C; KNUTH, A. G; CRUZ, D. K. A; MENDES, M. I; MALTA, D. C. Prática de atividade física em adolescentes brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 2): 3035-3042, 2010.

ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In N. C. Marcellino (Org.), **Lazer e cultura** (pp.31-46). Campinas, SP: Alínea, 2007.

OLIVEIRA, F. A. Os benefícios da atividade física no envelhecimento - uma revisão literária. **Educação Física em Revista. V.5 n.1 jan/fev/mar/abr – 2011.**

OLIVEIRA, P. **Lazer e Inclusão.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Faculdades Integradas Fafibe, Bebedouro-SP. 2005. Material impresso.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Atividade Física - Folha Informativa N° N° 385 - Fevereiro de 2014.** Disponível em: < http://actbr.org.br/uploads/arquivo/957_FactSheetAtividadeFisicaOMS2014_port_REV1.pdf>. Acesso em 27, Mai. 2019

POLISSEN, Maria Lucia de Castro; RIBEIRO, Luiz Cláudio exercício físico como fator de proteção para a saúde em servidores públicos. **Rev Bras Med Esporte – Vol. 20, No 5 – Set/Out, 2014.** Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v20n5/1517-8692-rbme-20-05-00340.pdf>>. Acesso em: 27, Mai. 2019.

SANTOS, Eliandra Lopes de Oliveira. et. al. A atividade física e seus benefícios no processo de emagrecimento. **Revista Fafibe On-Line, Bebedouro SP, 8 (1): 463-472, 2015.** Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/36/30102015191511.pdf>>. Acesso em: 27, Mai. 2019.

SILVA, R. B; MATIAS, T.S; VIANA, M.S; ANDRADE, A. Relação da prática de exercícios físicos e fatores associados às regulações motivacionais de adolescentes brasileiros. **Revista Motricidade. V. 8, n. 2, p. 8-21, 2012.**

**Lazer e turismo em áreas de proteção ambiental e a
participação da comunidade local:
o caso da Ilha do Marajó/Pará – Amazônia**

Mirleide Chaar Bahia

Juliana Azevedo Hamoy

Kassia Suelen da Silva Farias

Thiliane Regina Barbosa Meguis

1. Introdução

A utilização de Áreas de Proteção Ambiental (APA) para práticas de lazer e turismo tem-se mostrado uma tendência global que, a partir do crescimento da consciência socioambiental, em função do alto índice de degradação da natureza e das comunidades locais, pode demonstrar uma forma de respeito e cuidado com o meio natural e com a cultura local, partindo do princípio de que cada comunidade constrói a sua diferenciação, identidade e um conjunto de relações sociais (CARDOSO, 2015).

Essa compatibilização é acompanhada por considerável complexidade: a existência de diferentes atores sociais – grupos sociais, instituições, gestores, pesquisadores – que, direta ou indiretamente, influenciam na gestão de uma APA. A participação é instrumento indispensável para a governança de uma área como essa. Esse estudo refere-se à governança como a condução não-exclusiva do Estado, mas associada a mecanismos de gestão centrados nos agentes envolvidos. No caso de uma APA, são os moradores locais ou do entorno que decidem, juntamente com os gestores

(representantes do Estado), as ações que acontecerão (ou não) em determinado espaço natural.

O objetivo da presente pesquisa foi analisar as condições de participação de comunidades da Área de Proteção Ambiental (APA) Marajó, na Ilha do Marajó/Pará - Brasil, tendo como foco principal o desenvolvimento local por meio das práticas de lazer e turismo.

Trata-se de um recorte de pesquisa mais ampla, que teve cunho qualitativo, com abordagem exploratória e se utilizou da compatibilização entre fontes bibliográficas e pesquisa de campo, com uso de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre julho e dezembro de 2017. Foram entrevistadas 32 pessoas, moradoras de duas Comunidades locais (19 moradores da Comunidade do Céu e 13 moradores da Comunidade do Pesqueiro), utilizando o critério de acessibilidade (VERGARA, 2005). A técnica utilizada para a interpretação dos dados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (2006).

2. Sustentabilidade, Participação Social e Governança: Reflexões necessárias para o planejamento de Políticas Públicas de Lazer e Turismo em áreas de proteção ambiental.

As discussões atuais sobre questões socioambientais, em nível mundial, vêm trazendo debates e reflexões acerca dos interesses de distintos grupos sociais, diferentes visões de mundo e paradigmas formados, além dos conflitos entre atitudes, percepções, valores e conceitos (TUAN, 1980). Nas produções acadêmicas em circulação, existem diversos conceitos sobre questões referentes à sustentabilidade (LEFF, 2002, 2010; BRUSECKE, 1996; SACHS, 1986, 1993), expressando a ideia de desenvolvimento com a perspectiva de compreensão de um contexto mais abrangente, que envolve, necessariamente, os aspectos econômicos, ambientais e socioculturais, considerando uma integração dessas dimensões.

Em estudos, Moura e Castro (2012) consideram que a proposta de debates sobre sustentabilidade permite elencar novas considerações para

os estudos sociológicos, uma vez que por um lado, o modelo é apresentado como uma forma de dar continuidade ao processo produtivo desenvolvimentista com concepções reestruturadas, e, por outro, revela a importância de processos democráticos, como a participação social e a ampliação de canais sociais que reforçam os direitos sociais. Essa proposta compreende, também, o valor da multidisciplinaridade, capaz de considerar o saber das populações locais nos estudos e planejamentos que tenham como força motriz o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, esse debate colaborou para a necessidade de estabelecimento de Unidades de Conservação e seu amparo legal, por meio da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela lei 9.985 de julho de 2000, o qual define as Unidades de Conservação (UC) como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação” (BRASIL, 2000, s/p). Segundo o artigo 7º desta lei, as UC dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Existem cerca de 2.071 UC no Brasil (BRASIL, 2017, s/p), das quais 961 são federais, 864 são estaduais e 246 são municipais.

Nessa pesquisa, o foco de debate está direcionado a uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada Área de Proteção Ambiental (APA), a qual tem como característica a possibilidade de contato direto entre o indivíduo e natureza, buscando compatibilizar a conservação desta ao uso sustentável de uma parte de seus recursos naturais, ou seja, tanto a natureza quanto a população local estão inseridas no modelo de preservação, contribuindo para a possibilidade do desenvolvimento local, por meio de atividades econômicas, como as relacionadas ao desenvolvimento de práticas de lazer e turismo (VILHENA, 2013).

Nas Áreas de Proteção Ambiental que são habitadas por comunidades locais e visitadas por outras pessoas para fins de lazer e turismo, para minimizar os impactos negativos na relação dos indivíduos com o meio ambiente natural (sejam habitantes locais ou visitantes), foram criadas

duas importantes ferramentas: o “Plano de Manejo”, documento técnico que estabelece o zoneamento, as normas de uso e manejo dos recursos naturais, o qual deve considerar os aspectos sociais, culturais e a promoção da integração da área com um enfoque ecossistêmico e detalhamento das ações públicas permitidas (lazer e turismo); e o “Conselho Gestor”, que deve ser composto por organizações governamentais e sociedade civil organizada e que tem por responsabilidade acompanhar a elaboração, a formatação e a implementação do Plano de Manejo.

Considera-se o Conselho Gestor uma importante ferramenta para garantir o envolvimento/participação da sociedade nas ações de tais áreas protegidas, no sentido de poder contribuir com críticas e sugestões que enriqueçam a qualidade de tais ações, colaborando com a governança na gestão da área.

A gestão de uma Área de Proteção Ambiental é marcada por múltiplas demandas, que precisam ser observadas, a fim de que o objetivo de sua criação seja concretizado. Para tanto, existem etapas a serem cumpridas e problemas a serem vencidos, desde a sua instituição legal, a elaboração do Plano de Manejo e a formação do Conselho Gestor, até o seu pleno funcionamento. Nas APA, os moradores devem se adequar às diretrizes do Plano de Manejo, não de forma verticalizada, mas a partir de um processo horizontal, no qual haja o envolvimento e a integração desses moradores com o poder público e o setor privado, consolidando a participação social e a governança como aliadas nesse processo.

A Participação Social em tomadas de decisões políticas tem sido um elemento central para o entendimento das Políticas Públicas no contexto atual. A configuração da participação social, porém, não reflete apenas um único aspecto, mas envolve, necessariamente, a concepção de cidadania, que, para Fleury (1994, p.56), emerge a partir de um “conjunto de direitos atribuídos ao indivíduo frente ao Estado nacional”, sendo instituído a partir da criação de políticas sociais pelo Estado. O exercício da cidadania e da participação em uma sociedade marcada por processos de dominação (político-econômico e sociais) e conflitos sociais, como o Brasil, é um desafio

marcado por um processo de construção, que se estabelece a partir do encorajamento e da busca de afirmação do indivíduo enquanto cidadão.

A organização representativa dos poderes públicos, privados e da sociedade civil organizada deve traduzir os anseios de cada categoria e quando estes poderes são articulados é possível alcançar objetivos diversos, de acordo com os interesses desejados: “é importante estabelecerem-se processos participativos entre as Unidades de Conservação, seus vizinhos e a sociedade em geral”, com o objetivo de alcançarem propósitos comuns que gerem benefícios mútuos (KINKER, 2002, p. 43).

A Governança reside na capacidade de criar canais institucionalizados legítimos que operem no envolvimento, na cooperação entre os agentes sociais e políticos, no processo de elaboração e implementação de políticas, bem como na capacidade operacional que reitere a atuação direta dos atores no processo político (AZEVEDO; ANASTASIA, 2000). Nas Áreas de Proteção Ambiental, as demandas da sociedade local são legítimas, porém existem conflitos e dicotomias no processo participativo e democrático na busca de alternativas viáveis e mais inclusivas (LOUREIRO *et al*, 2008). Quando uma APA é instituída, existe uma transformação no espaço de vivência das comunidades, inserindo uma nova lógica de organização espacial, que inclui a atuação de uma gestão diferenciada, com normas e regras elaboradas a partir da realidade local.

Os responsáveis por estudos, documentos e leis são os que colaboram para a formulação de regras para as práticas dos moradores da APA, que, por vezes, são alheios à realidade local. Esse quadro pode levar à recriminação das ações da comunidade que se sente excluída e acaba por dificultar o processo (COELHO, 2013).

A tradicional centralidade e hierarquia de tomada de decisão “de cima para baixo” está sendo reconstruída, tendo como pressuposto o reconhecimento da importância de diferentes agentes e instituições que “fortalecem o processo de descentralização do poder público por meio da transferência de responsabilidades” (FARIAS; FIGUEIREDO, 2015, p. 580).

No que tange à governança em uma APA, Cozzolino (2005) cita alguns critérios para garantir a orientação e avaliação: Equidade; Legitimidade e voz; Eficácia, eficiência e efetividade. A equidade refere-se à elaboração de normas claras e concisas aplicadas a todo o conjunto, com respeito ao direito das comunidades locais e do entorno e reconhecimento de danos e injustiças, quando ocorrer. A legitimidade e voz fazem alusão à participação ativa dos moradores locais, com representatividade e envolvimento nas reuniões e decisões. Por fim, a eficiência, eficácia e efetividade estão, especialmente, voltadas para os instrumentos de gestão (Plano de Manejo e deliberações internas do Conselho Gestor), prevendo a necessidade de atualização de estudos e ações descritas no referido plano.

A inclusão e a participação dos agentes locais se constituem em palavras-chave na governança, seja em nível nacional, estadual ou municipal. O envolvimento da sociedade em processos de tomada de decisão para a gestão de uma APA se apresenta como importante pré-requisito para a elaboração de Políticas Públicas que considerem seus interesses, principalmente no que tange ao caso de comunidades afetadas pela criação destas áreas (COZZOLINO; IRVING, 2005).

As APA têm se consolidado como espaços de significativos potenciais para a prática de lazer e turismo e, em boa parte, isso acontece pela concentração de atrativos naturais relevantes, como fauna e flora. Para que tais práticas sejam possíveis, são necessários alguns cuidados com o lugar visitado, partindo do princípio que as atividades não se limitam apenas à visita ao lugar, mas também às experiências que essas atividades podem proporcionar aos envolvidos, como: a troca de informações sobre o espaço visitado (valores sociais, naturais e culturais); a expansão das perspectivas da sociedade; e a integração social (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015).

Tais atividades podem possibilitar a colaboração do visitante para a promoção e valorização de espaços naturais e da cultura local e ampliar a sua percepção crítica acerca dos problemas existentes, de modo a contribuir para o fortalecimento do sentido de pertencimento da comunidade local (BAHIA, 2012). A visitação às APA também representa uma

alternativa de geração de renda para os moradores locais e do entorno, com possibilidades para alcançar os objetivos de desenvolvimento e conservação do lugar e a melhoria na qualidade de vida da comunidade (QUARESMA, 2003; TAKAHASHI, 2004).

Essa possibilidade deve estar associada a uma gestão precedida de sensibilização ambiental e social, com perspectiva de desenvolvimento local, tendo os moradores como protagonistas. O desenvolvimento local tem como premissa desenvolver as atividades enquanto prática social, direcionadas para o lugar que recebe os visitantes e para os atores que participam desse processo. O desenvolvimento local propõe:

atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos de posição ocupada pelo sistema produtivo local [...] o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto (BARQUERO, 2001, p. 39).

A perspectiva do desenvolvimento local em relação ao lazer e turismo, em especial em Áreas de Proteção Ambiental, necessita da integração entre a atividade e seus envolvidos: visitante, comunidade receptora, poder público e setor privado, de modo a compatibilizar as condições físicas, ecológicas, econômicas e sociais dessas áreas, com um processo cíclico de planejamento e gestão pública, envolvendo a participação da comunidade local, para que possibilite a instrumentalização dos moradores locais para gerenciar as práticas de lazer e turismo a serem desenvolvidas nessas áreas.

3. Lazer e turismo na APA Marajó: Um olhar sobre a participação de duas comunidades do município de Soure

A ilha do Marajó, situada na região amazônica, dispõe de expressivos recursos naturais e grande diversidade de fauna e flora. É a maior ilha flúvio-marítima do mundo (de um lado, banhada por rio, e de outro lado, banhada por mar), com 104.140km² de área territorial (IBGE, 2018), bem

como a maior Área de Proteção Ambiental (APA) de Uso Sustentável já instituída na costa norte do Brasil (PARÁ, 2017). Está situada no estado do Pará, na foz do rio Amazonas e que juntamente com as ilhas de Caviana, Mexiana e Gurupá constituem o arquipélago do Marajó. A mesorregião do Marajó é formada por dezesseis municípios e composta por três Microrregiões Geográficas (MRG): Arari; Furos de Breves (inseridas integralmente no arquipélago do Marajó); e Portel, que abrange os municípios integrados ao continente (BRASIL, 2007).

A APA Marajó (Figura 01), de instância estadual, foi instituída pelo Governo do Estado do Pará em 1989. O reconhecimento dos recursos ecológicos, paisagísticos e culturais ali encontrados resultou em sua instituição como APA, tendo sua gestão executada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio (PARÁ, 2017), a qual possui como principais objetivos a elaboração e execução do zoneamento ecológico para a conservação da biodiversidade. Ela busca o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da comunidade marajoara, além da preservação de espécies ameaçadas de extinção e de amostras representativas dos ecossistemas e como possibilidade de implementação de projetos de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo (PARÁ, 2017).

Em função de sua complexidade ecossistêmica e diversidade biológica e cultural, os moradores do arquipélago do Marajó desenvolveram, ao longo dos anos, uma relação de uso comum dos recursos naturais, o que Marin *et al.* (2015, p. 16) denominam de ‘territorialidades específicas’ além de conhecimentos sobre preservação e uso desses recursos. Essa relação é percebida em atividades que estão na base do modo de produção das comunidades locais, que se formam a partir de “calendários agroecológicos e formas de organização do mercado que são expressões de práticas culturais” (MARIN *et al.*, 2015, p. 16).

Figura 01- Mapa da Ilha do Marajó-PA



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne, 2017.

Dentre os dezesseis municípios que fazem parte da APA Marajó, o município de Soure (*lôcus* dessa pesquisa) possui 5,94% do seu território incluído nela, com extensão de 3,517,318 km² e população estimada em 24.388 pessoas (IBGE, 2017) e tem a especificidade de ter uma área de Reserva Extrativista Marinha (RESEX), de instância federal, criada em 2001 por meio do decreto s/n de 22 de novembro de 2001, que tem por objetivo “assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2001, s/p).

A RESEX Marinha de Soure abrange uma área com ecossistema diversificado, que se constitui como patrimônio ambiental. A mesma foi instituída como resultado de uma ação política, organizada pela Associação dos Caranguejeiros de Soure – ACS “cujo objetivo era frear os pescadores da Região do Salgado [...] que capturavam o caranguejo através de técnicas

predatórias” (CARDOSO, 2015, p. 139). No interior da RESEX, com 29.578,36 hectares, habitam povos tradicionais de pescadores, com destaque para a Comunidade do Céu e a Comunidade do Pesqueiro.

Essas duas comunidades fazem parte da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS) que autoriza a prática extrativista de peixes, crustáceos, moluscos e extração vegetal de modo sustentável na RESEX e os associados também são beneficiados com acesso a crédito (LOBATO *et al.*, 2014).

As Comunidades do Céu e do Pesqueiro possuem cerca de 45 e 87 famílias, respectivamente. A primeira (do Céu) localiza-se a 20 km do centro de Soure e a segunda (do Pesqueiro), a 7 km e o deslocamento até as duas comunidades é realizado por via rodoviária, pela estrada estadual PA-154. Na comunidade do Céu, também é possível se chegar de canoa, partindo da Comunidade do Pesqueiro.

A localização, à margem da Baía do Marajó, facilita o desenvolvimento da atividade pesqueira e a visitação de turistas. Nas duas Comunidades, existe uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde para primeiros socorros e serviços de energia elétrica. Na Comunidade do Céu, existe banheiro ecológico em algumas casas, uma pousada, um restaurante e a Associação dos Moradores do Povo do Céu (AMPOC). Na Comunidade do Pesqueiro, existe um centro comunitário e duas associações, a Associação de Pescadores do Pesqueiro (ASPESQ) e a Associação das Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), que é responsável, juntamente com alguns comunitários, pelo desenvolvimento de práticas de lazer e turismo.

A partir da pesquisa de campo, os entrevistados ressaltam a importância dessas atividades nas duas Comunidades, destacando aspectos positivos para as mesmas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico local:

O turismo é bom pra nós. Porque o turista traz investimento nos nossos produtos, nos nossos artesanatos, né? Isso aqui tudo eu vendo pra eles, e tudo é eu que faz. Eu e meu marido, né? Mas também coloco coisa dos outros vizinhos

pra vender. A gente precisamos se ajudar, a senhora não acha? [...] e aí ele traz o dinheiro e deixa pra gente. E todo mundo acha tudo isso aqui lindo. E é, né? Olha só essas belezas aqui! Isso aqui é o paraíso mesmo, né? (Entrevistado 01).

Porque às vezes eles trazem renda para a comunidade, né? Aí fica algum dinheiro para a comunidade. Basta a comunidade se alertar pra isso também, né? Porque qualquer uma sementinha, qualquer uma coisa da praia a gente já faz um artesanato, a gente já vende, né? Mas também tem pra quem sabe, né? Fazer artesanato, né? (Entrevistado 02).

As comunidades do Céu e do Pesqueiro identificam o lazer e turismo como atividades capazes de dinamizar a economia local, seja pela geração de emprego e renda a partir da oferta de serviços na praia e nas próprias comunidades ou com a valorização cultural, a exemplo da produção do artesanato, que é capaz de reafirmar a cultura e identidade local. Além de questões econômicas e culturais, os entrevistados enfatizaram a importância da visibilidade que tais práticas podem trazer à comunidade, fazendo com que o lugar seja cada vez mais conhecido:

assim, porque muitas pessoas não conhecem aqui a comunidade, né? Que é uma comunidade pequena, né? E, através do turismo que as pessoas vão conhecendo, né? Através da internet também, né? [...] gravam e jogam na internet (Entrevistado 12).

Apesar dos aspectos positivos citados, alguns moradores entrevistados também expuseram os aspectos negativos que podem ser provocados com o lazer e turismo no local, destacando os relacionados aos impactos socioambientais na área:

O veraneio é o momento que existe uma contaminação muito grande, né? muito grande (Entrevistado 13).

O turista... eu sei, assim...ele traz as coisas que não é benefício pra comunidade. Às vezes tem turista que traz doença, não é verdade? Tem turista que vem só pra poluir, mas todo o morador, toda a comunidade, ela precisa da... precisa do turista, porque é o turista que traz...pra uma comunidade dessa que não tem órgão...não tem é.... não tem emprego. Aqui ou a pessoa é da prefeitura de Soure ou então não tem outro trabalho, então essa comunidade ela precisa que o turismo entre (Entrevistado 14).

De acordo com os entrevistados, há um fluxo regular de visitantes para práticas de lazer e turismo nos períodos de férias e feriados. Nesse sentido, o planejamento dessas atividades necessita de um esforço conjunto entre a comunidade, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), o Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (IDEFLOR-Bio) e as Secretarias Estadual e Municipal de Turismo, uma vez que o fluxo desordenado de visitantes na APA pode provocar danos socioambientais, comprometendo os objetivos da criação dessa área.

Sobre a participação da comunidade no planejamento e ordenamento dessas atividades, percebeu-se que na do Pesqueiro os moradores se mostram mais envolvidos e articulados na tomada de decisões. Entre os entrevistados, a maioria participa ou já participou da Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), principal organização civil da comunidade para articulação de tomada de decisões, com relação à Reserva Extrativista Marinha (RESEX).

Um morador da Comunidade do Pesqueiro, ao ser perguntado se existe integração entre os setores públicos e os moradores, respondeu o seguinte:

Não, a organização aqui é da comunidade. Teve uma gente do SEBRAE, pra fazer uns cursos, mas o envolvimento mesmo é pela Associação de Mulheres, que faz reunião e participa das coisas (Entrevistado 7).

Na fala da atual representante da ASMUPESQ, apenas poucas ações pontuais estão sendo realizadas em integração com a comunidade e o setor público:

A gente tem do Estado aqui, o projeto que eles tão fazendo com a gente aí...do banheiro biológico, né? E tão fazendo... vão fazer capacitações com a gente. Mas aqui no município a gente só participa mesmo do Conselho, mas não tem outro, assim, uma outra atividade, tu tá entendendo? Que envolva a gente direto (*Informação verbal*¹).

¹ Entrevista com a representante da Associação de Mulheres do Pesqueiro, realizada em julho de 2017.

A maioria das ações e o processo de organização da comunidade com relação às práticas de lazer e turismo partem dos próprios moradores. Contudo, nem todos da Comunidade se fazem presentes nessas reuniões, conforme afirma um dos entrevistados, quando perguntado sobre a existência da participação/envolvimento da comunidade nas ações públicas para o lazer e turismo:

a comunidade aqui é unida, só que também tem os que não participam que querem fazer sozinhos. Veio até gente falar do turismo comunitário aqui, mas nem todo mundo aqui participou (Entrevistado 05).

Esta afirmação afina-se à resposta da representante da ASMUPESQ:

Toda reunião que tem a gente chama, agora é muito difícil a gente reunir, assim a comunidade. Quando não há, assim um...quando não há um projeto. Difícil eles participarem, agora se você falar, “olha, é uma inscrição da bolsa verde, é um Inkra, vai dar casa, vai dar isso, vai dar aquilo, vão dar cesta básica”, lota! Ou então dar bolsa família, bolsa verde, o salão lota! Muitas das vezes, a gente informa assim mesmo, convidando, né? Às vezes a gente faz convite pra uma assembleia. Pra todos os moradores! Mas é muito difícil a participação. [...] A gente tem dificuldade com isso (representante da Associação de Mulheres do Pesqueiro).

Apesar de existir a integração e organização entre a maioria dos moradores na Comunidade do Pesqueiro, foi percebido que alguns não se sentem representados e, por isso, não se motivam a participar dos debates e discussões relacionados ao planejamento do lazer e turismo na comunidade, bem como às ações voltadas para a conservação do meio ambiente.

De modo mais amplo, no que se refere à participação, foi perguntado sobre o envolvimento entre os setores públicos para a gestão do lazer e turismo em conjunto com a comunidade, e obteve-se a seguinte resposta:

É fraco em apoio, né? Nós temos apoio mesmo direto, é do ICMBio, de turismo de base comunitário, porque ele já foi muito forte aqui na comunidade, dentro aqui do Marajó a nossa comunidade é piloto daqui. Aí, do poder público, do

pessoal do turismo mesmo a gente tem muito pouco apoio. Muito pouco mesmo. Porque a gente tá tentando reerguer esse turismo de base comunitário que tinha há 6 anos atrás, e por causa da má administração na associação, aí desorganizou, né? Aí...agora nós estamos há dois anos reorganizando novamente tudo isso. Só por conta de nós mesmo (Presidente da ASMUPESQ - Informação verbal).

De acordo com a presidente da ASMUPESQ, percebe-se que o órgão público responsável pelas políticas de lazer e turismo no município se faz muito pouco presente para o desenvolvimento de tais atividades em conjunto com as Comunidades locais. O órgão público considerado como parceiro da comunidade é o ICMBio, responsável pelas políticas de meio ambiente.

Vale ressaltar que, ainda que considerem importante a conservação do meio ambiente, alguns moradores entrevistados manifestaram certo descontentamento em relação às normas e restrições de uso da RESEX. Ao serem perguntados sobre o processo de instituição da RESEX e a presença do ICMBio para a realização de ações de sensibilização sobre o meio ambiente e os cuidados com essa área, as respostas dos moradores das duas Comunidades foram as seguintes:

Eles disseram que iam criar isso. Mas não me perguntaram o que eu acho disso, né? Tem um envolvimento aqui, mas eu não faço parte. Acho absurdo, que têm os interesses, né? Tem até os que denunciam os vizinhos. Então tem muita coisa nessa RESEX que eu não concordo por causa disso. Que abala a gente, entendeu? (Entrevistado 03).

Sim, sim, eles vieram aqui falar com a gente. Mas assim, tem o lado bom de proteger a natureza, né? Mas tem muito lado ruim eu não posso nem limpar meu quintal que já levo multa. Na minha época, as casas eram cobertas com coisa de coco, o assoalho de taboca, hoje é proibido mexer no manguetal. Isso eu concordo. Mas querer mandar na casa da gente, né?! (Entrevistado 04).

Na Comunidade do Céu, a participação dos moradores nos debates e ações para melhorias na área se mostrou menor em relação à Comunidade do Pesqueiro, visto que estes ainda parecem estar desestimulados e

acreditando muito pouco na efetividade da participação. Um dos entrevistados afirmou não participar de reuniões e debates de assuntos voltados para práticas de lazer e turismo na Comunidade:

Eu não participo não. Porque eu acho que nem adianta, porque não muda as coisas [...]. Se esperar pelo governo, a gente fica abandonado mesmo (Entrevistado 4).

Os entrevistados informaram que o poder público (órgãos responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente) não se faz presente na comunidade para desenvolver atividades, exceto em ações pontuais que tratam sobre questões que refletem no cotidiano dos moradores, como: a coleta de lixo, o abastecimento de água potável e os banheiros ecológicos, como relata o morador ao ser questionado sobre a participação em atividades organizadas pelo setor público a respeito de conscientização e/ou educação ambiental:

Eles nunca mais vieram aqui, só naquela época mesmo. Às vezes têm reuniões da RESEX, uma vez por ano, mas só quando tem projeto, essas coisas; fora isso, ele num vem (Entrevistado 2).

De acordo com as informações coletadas, apesar de as demandas dos moradores das Comunidades (mais a do Pesqueiro, que participa efetivamente das reuniões) serem ouvidas pelos órgãos públicos, estas passam por uma “triagem” sobre prioridades, que assume basicamente dois pontos de dificuldade alegados pelos órgãos gestores: o de falta de técnicos para dar conta das demandas e o referente a limites econômicos, relacionados ao orçamento do Plano Orçamentário Anual (POA).

4. Considerações

O que foi possível se verificar na pesquisa é que alguns problemas ainda são visíveis na APA Marajó, especificamente em Soure, na área da RESEX, onde se localizam as Comunidades do Céu e do Pesqueiro. O

desenvolvimento local e as questões referentes à sustentabilidade em Soure se mostraram bastante insipientes ainda, com um processo lento e gradativo de envolvimento e de participação da comunidade, que vem alcançando alguns resultados, mas enfrentando diversos obstáculos.

Percebeu-se que as Secretarias Municipais de Turismo e de Meio Ambiente se mostraram pouco atuantes quanto ao planejamento e gestão pública das atividades nessas localidades, já que não existem documentos direcionados à temática que guiem suas ações. Estas deveriam se fazer mais presentes e estabelecer parcerias entre si e com as Comunidades do Céu e do Pesqueiro, considerando que possuem sede física no município e convivem diariamente com a realidade local, mas isso não vem acontecendo de forma mais clara e efetiva. O ICMBio, órgão federal que atua na área em função da RESEX, parece ser o órgão público que se aproxima mais das Comunidades, com algumas ações pontuais.

O envolvimento das Comunidades nas reuniões do Conselho Gestor de Áreas de Proteção Ambiental, de forma geral (nesse caso específico, na APA Marajó), precisa ser efetivamente incentivado e executado pelo Poder Público, visto que é o lugar de debate coletivo no qual a população local pode expor suas demandas quanto aos anseios para a melhoria do local, tanto no que se refere ao planejamento e gestão do lazer e turismo no local, como também sobre questões ambientais e outras demandas gerais como, por exemplo, o abastecimento de água, a coleta de lixo, o acesso à educação, saúde e saneamento etc., com debates entre todos os atores, podendo se consolidar a governança.

O efeito multiplicador do lazer e turismo executado de forma sustentável em Áreas de Proteção Ambiental pode representar uma alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios (natural e cultural) e dinamizar a economia em suas comunidades, pensando não apenas nos atrativos naturais e culturais, mas em uma combinação de serviços de acesso e infraestrutura urbana, para uso dos moradores e dos visitantes, resguardando-se os princípios da participação e da valorização cultural e

socioambiental das comunidades locais, alicerçadas em princípios de governança.

A organização do poder público em conjunto com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada precisam ter como propósito o desenvolvimento dessas atividades de uma maneira sustentável e comunitária, traçando em conjunto as estratégias condizentes com a realidade, pressupondo não apenas uma visão global, mas direcionando o olhar para as singularidades dos povos e das comunidades locais que vivem nessas áreas, como garantia das suas formas e manutenção da cultura e da vida.

5. Referências

AZEVEDO, S.; ANASTASIA, F. Governança, “*Accountability*” e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1, 85, 2000.

BAHIA, M. C. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei 9.985/2000 SNUC**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto de 22 de novembro de 2001**. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure no Município de Soure, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/Dnn9384.htm>. Acesso em 29.jan.2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_FEV17%20-%20B_Cat.pdf> Atualizada em 07/02/2017. Acesso em: 06. Jun.2017.

- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 01.jan. 2018.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010rpu.asp?o=6&i=P>>. Acesso em: 01. Dez.2017.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**, Brasília 2007.
- BRUSECKE, F. Desestruturação e desenvolvimento. FERREIRA, Leila, VIOLA, Eduardo (Orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.
- CARDOSO, M. do S. da C. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: Práticas Sociais e Ordenamento do Território. In MARIN *et al.* **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- COELHO, E. A. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, p.313-326.
- COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. Rio de Janeiro, 2005. 156 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____, L. F. & IRVING, Marta de Azevedo. Avaliação de Gestão em Unidades de Conservação: Um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da governança. **I SAPIS, Anais**. UFRJ, Rio de Janeiro. 2005.
- FARIAS, K. S. S.; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas e turismo: avaliação da participação e das instâncias de governança em Abaetetuba (Pará, Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 8, n. 3, p. 575-600, set/dez, 2015.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, N. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. IN _____; AZEVEDO, F (ORGs). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: Naea/UFPA, 2015.

FLEURY, S. **Estado e cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas – SP: Papirus, 2002.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOBATO, G. J. M. MARTINS, A. C. C. T. LUCAS, F. C. A. MORALES, G. P. ROCHA, T. T. Reserva Extrativista Marinha de Soure, Pará, Brasil: modo de vida das comunidades e ameaças ambientais. **Revista Biota Amazônia**. Macapá, v. 4, n. 4, p. 66-74, 2014.

LOUREIRO, C. F. CUNHA, C.C. Educação ambiental e Gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. Campinas. **Revista Ambiente & Sociedade**. v.11. n.2, 2008. p. 237 – 253.

MARIN, R. E. A [et. al.]. Quilombolas e ribeirão no Arquipélago do Marajó: deslocamentos da “regularização fundiária” e da “proteção ambiental”. In: **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental / Rosa Elizabeth Acevedo Marin ... [et al.]**. – Rio de Janeiro: CASA 8, 2015.

MOURA, E. A. F.; CASTRO, E. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. **Revista Ambiente & Sociedade** v. XV, n.2, p.23-50, mai.-ago. 2012.

PARÁ. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. **O que é a SEMAS?** 2007. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/institucional/o-que-e-a-sema/>. Acesso em 06. Fev. 2018.

_____, Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. **Área de Proteção Ambiental do Marajó**. Disponível em: <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-marajoo-apa-marajoo/>. Acesso em: 07.Mai.2017.

QUARESMA, H. D. **O desencanto da princesa: Pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambientais de Algodoal/ Maiandeuá.** Belém: NAEA, 2003.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** SP. Vértice, 1986.

TAKAHASHI, L. Uso público em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à natureza. out. 2004.

TUAN, Y. Topofilia: **Um estudo da percepção e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

VERGARA S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Editora Atlas, 2005.

VILHENA, K. de S. **Educação ambiental e gestão de unidades de conservação: um estudo de caso na área de proteção ambiental Algodoal - Maiandeuá.** Dissertação de Mestrado - Núcleo de Meio Ambiente/ Universidade Federal do Pará: 2013.

Parte 3

Lazer, escola, vulnerabilidade e Relações Étnico- Raciais

**Lazer e escola:
análise comparativa entre documentos oficiais nacionais
que tratam da temática lazer e a matriz curricular da
primeira escola de tempo integral em Palmas/TO**

Alysson Carlos Ribeiro Gomes

Jefferson Francisco Cândido

1. Surgimento histórico e a ocorrência histórica do lazer

Para dialogar com a temática lazer e escola buscamos, inicialmente, proporcionar uma reflexão sobre alguns motivos que estão presentes na seguinte dualidade: surgimento histórico e a ocorrência histórica do lazer. A primeira ideia defende a ludicidade do homem (enquanto cultura – civilização ocidental), o qual vivia somente para o trabalho e, posteriormente, com a redução da jornada do trabalho (organização da rotina do dia, sendo: oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de tempo livre), passa dispor de mais tempo livre, fato este que proporciona uma nova orientação para a ludicidade humana (LAFARGUE, 1977).

Enquanto situações presentes nas consequentes alterações dessa análise do lazer, no que diz respeito ao surgimento histórico, segundo Lafargue (1977, p. 27 *apud* MENÓIA, 2000, p. 7) os gregos dos tempos áureos tinham um desprezo pelo trabalho "apenas aos escravos era permitido trabalhar; o homem livre conhecia apenas os exercícios corporais e os jogos da inteligência". Para analisar o presente, é preciso não perder de

vista o passado, retomando sua trajetória, assim, a dialética entre o trabalho e o lazer destaca-se no passado na civilização ocidental.

Algumas dessas influências históricas presentes nessa dialética, são influenciadas por importantes manifestações, destacando a ocorrida no final do século XIV, a qual Bacon, afirma em seu tratado *Instauratio Magna* (sic), a necessidade de se dedicar à filosofia das obras, a aplicação do intelecto às coisas concretas e ao progresso da indústria na melhoria da vida cotidiana. Neste período surgiu também na Inglaterra, em 1844, após a descoberta da máquina à vapor, paralelamente a revolução industrial que

se baseou em três novos elementos intimamente relacionados: diminuição das horas de trabalho e, conseqüentemente, aumento das horas de ócio; elevação do nível salarial em virtude de maior rendimento em um menor tempo de trabalho; e a XX incapacidade de empregar adequadamente o tempo livre (SILVA, 1971, p.10) .

Tendo como análise tais aspectos, tecemos reflexões de como o lazer passa a ser verificado também, segundo essa temática, na busca por uma ocupação do tempo considerado livre, as quais, não partem apenas do princípio de desocupação do tempo denominado de trabalho, porém com uma nova preocupação, que é a busca pela produção intelectual, conforme cita Masi (1993 *apud* MENOIA, 2000, p. 46): "a qualidade física da nossa existência tenderá a melhorar, prolongando não só as horas de vida, mas também as de lucidez mental, destreza do corpo e a capacidade profissional".

Finalizando essa primeira temática a qual aborda o lazer como resgate da memória cultural, passa-se então, a partir de agora, analisar o segundo tema referente às ocorrências históricas do lazer. Destaca-se a construção dos diferentes aspectos históricos que o surgimento do lazer passou. Segundo algumas teorizações, destacamos Gomes (2003) que relata o surgimento do lazer amarrado à origem histórica de palavras relacionadas ao lazer e seus significados (*otium, schole, licere* etc.), fato este que, de certa forma, impede uma análise mais aprofundada sobre o passado do lazer.

Sendo assim, tentamos avançar em relação a discussão em torno do lazer, com ênfase no que retrata alguns teóricos, os quais, segundo Gomes (2004) *apud* Cavichioli (2009, p.03), abordam que o surgimento do lazer é associado a essa época em virtude, principalmente, das transformações decorrentes do processo da Revolução Industrial, destacadamente àquelas que levaram à rígida e nítida delimitação da jornada de trabalho.

Segundo Gomes (2003, p.62):

Essa delimitação da jornada de trabalho acabou distinguindo nitidamente o tempo de trabalho do tempo de não trabalho, ou seja, distinguindo o tempo de trabalho do tempo livre (dentro do qual o tempo de lazer estaria inserido). Nessa linha de raciocínio, a autora não considera que o lazer surgiu nessa época, destacando a importância das transformações que ocorreram nesse período, sendo essas, decisivas para que o lazer, entre outras dimensões da vida, fosse revestido de características próprias, configurando-se da maneira que a conhecemos”.

Portanto, segundo tais citações, certifica-se que não se encontra o momento histórico exato em que o lazer se configura na sociedade ocidental. Em uma linha apenas histórica, a qual segundo Gomes (2004), o debate parte do princípio de alguns pontos abordados no livro *Introdução ao lazer*, dos autores Victor Andrade Melo e Edmundo de Drummond Alves Junior, publicado em 2003, trazendo inicialmente reflexões sobre o surgimento do lazer enquanto fenômeno social na sociedade moderna, a qual busca enfocar por meio dos estudos históricos, os conceitos e definições do tema “lazer”. Verifica-se então, nessa segunda ideia, a defesa das ocorrências históricas, que principalmente para Gomes (2004), *apud* Cavichioli (2009, p.56):

argumentar sobre o precisar cronologicamente o surgimento do lazer é uma tarefa um tanto quanto complexa. Para ela, da mesma forma que as manifestações e práticas culturais que fluíam a seu tempo e modo em períodos antigos da história não podem ser simplesmente igualadas e compreendidas como uma versão clássica do lazer moderno, o lazer não pode ser interpretado como um fato exclusivo da modernidade, com data de nascimento no século XVIII.

Nessa linha de raciocínio, o lazer deve ser analisado frente a essas duas temáticas, sem deixar de desconsiderar nenhuma delas, pois ao mesmo tempo que sofrem influências históricas, também estão presentes as ocorrências históricas do lazer. No entanto, enfatiza-se segundo Melo e Alves Junior (2003, p. 2) que é “somente a partir de determinado momento da história que se começa a utilizar a palavra lazer para definir um fenômeno social; antes, outras palavras denominavam outros fenômenos similares, mas não iguais”. Destaca-se que com o surgimento da indústria, e as influências da Revolução Industrial, faz-se uma rígida divisão do tempo de trabalho, concluindo que era nesse contexto, segundo os autores, que surgia o que hoje conhecemos como lazer.

1.1 Educação

Em relação à educação e lazer Silva *et al.* (2011 p. 25) discorrem que é possível de se estabelecer uma relação entre o lazer e o campo da educação. Nesse sentido, Marcellino (1987) apresenta duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática crítica e criativa das atividades de lazer, é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer com veículo e como objeto de educação.

Com relação ao entendimento do lazer como veículo de educação, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Nesse caso, o lazer pode tanto cumprir objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade. As vivências de lazer podem favorecer, partindo do desenvolvimento pessoal, também o

desenvolvimento social, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao autoaperfeiçoamento, pelas oportunidades e contatos primários e de desenvolvimento de sentimento de solidariedade.

O lazer já foi caracterizado como um antivalor ou antimercadoria, ou seja, tratado como direito e alcançado junto ao conjunto das políticas sociais. Agora este fenômeno se tornou mercadoria, estando em oposição aos seus antigos valores, como: o descanso, a diversão ou o desenvolvimento (DUMAZEDIER, 1976). Por outro lado, para o desenvolvimento de atividades de lazer no tempo disponível, quer no plano da produção, quer no do consumo não conformista e crítico-criativo, é necessário aprendizado. Entretanto, quando a análise é dirigida ao lazer como objeto de educação, implicando a consideração da necessidade de difundir seu significado, esclarecer a importância, incentivar a participação e transmitir informações que tornem possível seu desenvolvimento ou contribuam para aperfeiçoá-lo, entra-se numa área polêmica e marcada por muitas interrogações.

Em seus estudos Marcellino (1987), destaca algumas destas questões, como, por exemplo: educar para o lazer conciliando a transmissão do que é desejável em termos de valores, funções, conteúdos, etc., com suas características de “livre” escolha e expressão? Possivelmente, essa escolha será mais autêntica quanto maior for o grau de conhecimento que permita o exercício da opção entre as diferentes alternativas.

Aproximando a discussão para a educação formal, buscar-se-á fazer uma imersão no que diz respeito à educação e a escola. Para tanto, será feito a análise do período histórico onde a formação familiar possuía relevante função no ato de educar, muitas vezes sendo, os únicos locais/momentos voltados à formação humana. Partindo destes pressupostos, traça-se um marco inicial a esta discussão. Assim, como defendido por Fernandes (2012, p.33), o tempo livre, a liberdade criativa, o que vulgarmente se chama de ócio, neste contexto a *skholé*, acabou por emprestar a escola seu nome, isto do ponto de vista do tempo, ou seja, o tempo livre acabou sendo ocupado pelo tempo dentro da escola. Neste cenário, será então que a *skholé* – tempo livre, liberdade criativa – é a gênese da escola?

Esta pergunta, não objetiva uma resposta pontual, mas sim, talvez, ser o ponto de partida para se pensar o que a escola representou, representa e representará, bem como, se da forma como ela está, é possível existir lazer em seu interior.

No que tange ao lazer, Padilha *apud* Mascarenhas (2003), cita que existem dois tipos de abordagens, sendo elas: funcionalista e marxista. Em relação à funcionalista, o lazer é visto como algo necessariamente bom em oposição ao trabalho visto como necessariamente ruim. Já para a marxista trabalho e lazer são complementares. Não buscando adentrar nestas perspectivas, porém acompanhando o que diz Marcelino (1987), há uma distinção do lazer em duas linhas, as quais são: uma que se fundamenta na variável da atitude e considera lazer como um estilo de vida, e a outra que se opõe a este tempo, como tempo liberado de trabalho de “tempo livre” não só do trabalho, mas de outras obrigações sociais. Assim, analisando o lazer sob a ótica da atitude, o autor em questão discorre que até o trabalho pode ser considerado lazer, para isso, precisa ser gratificante, também sendo uma forma de realização pessoal, no entanto, há que se destacar que esta situação atinge uma minoria social.

Ainda analisando o lazer sob a ótica do tempo livre, Marcellino (1987), reflete sobre a situação, nas relações sociais, do fator tempo. Ele afirma que nenhum tempo é totalmente livre. Ao que se conhece sobre a história da relação entre educação e escola, acredita-se na ideia apontada por Fernandes (2012, p. 34), no qual a educação é mais antiga do que a escola, pois “a educação acontece onde e quando acontece o homem, ou seja: o que está em jogo, na educação, é a auto constituição do homem no seu vigor de seu ser, o perfazer-se e consumir-se do humano em humanidade”.

Em linhas gerais, a existência do homem, neste recorte temporal, permanecia servil à sua necessidade. Desta forma, enquanto este homem vive única e exclusivamente no domínio do útil e do necessário, a dádiva maior do seu ser é a liberdade criativa. Assim sendo, nada é mais necessário do que o desnecessário (FERNANDES, 2012, p. 48). Porém, mesmo que

antes, o ócio em todas as suas concreções, a saber: brincar, jogar, praticar esportes, festejar, estar entre amigos, amar, reforçavam a necessidade do inútil e do desnecessário, hoje, num mundo servil, fascinado pelo espetáculo de suas produções, o ócio foi absorvido pelo negócio (FERNANDES, 2012). Neste sentido, os currículos escolares estão postos de que forma?

Diante deste instigante desafio de compreender, e até mesmo aceitar a importância, no contexto discutido, do inútil e do desnecessário, acaba a indústria cultural enveredando a livre criação.

Avançando em relação à livre criação, desde a criação do relógio busca-se controlar o tempo. No entanto o tempo é quem controla, não só o relógio mas quem o produziu. Neste sentido, estando em comunhão social, a escola já não mais consegue se lembrar da nobreza da *skholé*. Para complicar ainda mais esta situação, percebe-se que se inicia a crença de que a industrialização da cultura, e a “organização” do inútil e desnecessário é significado de progresso. Fato que, estando camuflada por uma suposta melhora e ou avanço, esta dita organização transforma o então inútil, desnecessário e a liberdade criativa, em situações pré ou estruturadas, as quais não condizem com os pressupostos do inútil, desnecessário, e da liberdade criativa. Ainda Fernandes (2012, p. 49) menciona que a maior ameaça é “a de ser sem não-ser, é o esquecimento do nada. Em outras palavras niilismo não é o domínio do nada, mas sim o esquecimento do nada”.

1.2 Escola

Escola é um nome facilmente explicado por qualquer um que seja interpelado sobre o que vem a ser ela. No entanto, como a pouco discutido, escola é posterior à educação, por mais que na escola a educação seja almejada. É importante lembrar que ela, a escola, é parte integrante da sociedade. No início do século XX a escola, no Brasil, ficou limitada a restritos segmentos da sociedade. Após a segunda guerra mundial, o movimento de escolarização transita de uma concepção elitista para uma

escola de massas, e com isso deixa de ser uma escola de certezas e passa ser uma escola de promessas de vida melhor (NEIRA; NUNES, 2009, p. 30).

Para Coêlho (2012) o papel da escola é, em sua função primeira, ensinar. Porém, este ensinar acaba por transcender o ensino, tendo como principal objetivo a difusão cultural. Há que se ressaltar que o espaço público - neste contexto a escola - é uma dimensão a ser considerada, e também compreendida como espaço de deliberação conjunta, destacando que tais deliberações devam passar também pelos indivíduos que usufruem da escola, já que são capazes de ação e opinião, tornando-os também responsáveis pelas questões que se referem ao destino comum (SILVA, 2011). Assim, entrelaçando as ideias de inútil, desnecessário, liberdade criativa, tempos da escola (horários de aulas e intervalo - recreio), emerge a angustiante reflexão sobre o lazer e sua possível existência na escola.

No contexto a pouco citado, e em relação ao recreio escolar, é possível lembrar do ato de brincar, o qual muitas vezes é espontâneo (sem prévias definições - liberdade). Para uma criança, o brincar é coisa séria, do ponto de vista de sentir a necessidade de fazê-la. Fernandes (2012) afirma que pelo brincar o homem - criança - realiza sua humanidade, cultivando sua referência ao mistério da gratuidade do ser como liberdade criativa. Neste sentido, entende-se que além do brincar ser algo importante, ele é primordial e universal, isto pois, é a partir da brincadeira que o homem exerce o poder de inventar-se, antes de tudo.

Ainda Fernandes (2012), por meio do brincar, o humano encontra o prazer e a alegria da diversão, aprende a inventar coisas e com estas invenções inventa-se a si mesmo. Brincando, há a entrega plena ao esquecimento de si mesmo, ou seja, o encontro com o inútil e desnecessário. Este brincar, para além de uma forma de êxtase, é a primeira experiência filosófica, artística e religiosa do humano.

Edmir Perroti (1982, p. 20) afirma que “o lúdico, dentro do mecanismo do sistema, é a sua negação. Em seu lugar, permite-se o lazer, o não trabalho, coisa totalmente diferente do lúdico, que é o jogo, a brincadeira,

a criação contínua, ininterrupta, intrínseca à produção”. O autor afirma ainda que “a racionalidade do sistema produtivo torna o lúdico inviável, pois o tempo do lúdico não é regulável, mensurável, objetivável” (p.20) e que, por isso, “toda tentativa de subordiná-lo ao tempo da produção provoca sua morte” (p.20).

Assim, em linhas gerais a sociedade acompanha, naturalmente, as correntes sociais dominantes. Historicamente sabe-se que elas passaram por muitas mudanças, as quais acompanham diversos acontecimentos. Na segunda metade do século XIX, o capitalismo liberal estende-se para um capitalismo monopolista. O resultado foi a divisão do mundo em vencedores e fracassados.

Em tempo, sob está ótica de disputas entre categorias, traçando um paralelo com algumas ações que comumente são realizadas e ou produzidas pelas escolas, a exemplo, a organização escolar existente, a saber: horários de aulas, projetos, horário de intervalo, momentos antes, e ou depois dos turnos letivos, são dotados de ações previamente estruturadas (aulas), e, também, momentos estruturados - do ponto de vista temporal, o qual diz respeito ao período que os sujeitos permanecem no espaço escolar, aqui como central, então, busca-se refletir sobre o horário do, popularmente conhecido recreio. Este recreio, enquanto momento previsto na rotina escolar, busca garantir, do ponto de vista pedagógico, a possibilidade dos sujeitos estarem “livres”. No entanto, esta suposta liberdade muitas vezes é organizada por meio de recreios dirigidos, ações que pré-estabelecem o que poderá ou não ocorrer nesse período.

1.3 Documentos oficiais que citam o tema: Lazer

Em relação ao lazer, via documentos oficiais (plano nacional de educação, estatuto da criança e do adolescente e sistema nacional de lazer e esporte), evidenciamos como o lazer está posto em relação à necessidade populacional.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER
<p>Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.</p> <p>O decreto define ainda que a ampliação da jornada escolar diária se dará por meio do:</p> <p>“desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades”. (art. 1º, § 2º)</p>	<p>Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.</p>	<p>EIXO 1: ESTRUTURA: ORGANIZAÇÃO, AGENTES E COMPETÊNCIA</p> <p>O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre a União, os Estados e municípios, com ênfase na municipalização, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e da inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, as instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, a descentralização, a intersetorialidade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer.</p> <p>O Sistema Nacional de Esporte e Lazer tem por objetivo consolidar a Política Nacional do Esporte, bem como criar mecanismos que garantam a execução e a (acessibilidade dela em todas as esferas da federação, e definir os papéis das entidades dirigentes do esporte e lazer.</p> <p>O Sistema Nacional de Esporte e Lazer compreende o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de alto rendimento, não excludentes entre si, articulados de forma equânime em uma estrutura aberta, democrática e descentralizada, que envolve os municípios, os Estados e a União, nos âmbitos públicos e privados, primando pela participação de toda a sociedade.</p>

Em relação a organização curricular das escolas públicas da rede municipal de Palmas/TO, foram analisadas as informações referentes à

matriz curricular da primeira escola pública municipal de tempo integral concebida para Palmas no ano de 2007, a qual leva o nome de Escola Municipal de Tempo Integral Padre Josimo Tavares.

O documento supracitado torna possível observar como estão dispostas às disciplinas da base comum, bem como outras, as quais são intituladas oficinas curriculares, nomenclatura que indica que elas fazem parte da rotina de aulas. Assim, atualmente, os alunos, durante o período letivo, a saber das oito horas da manhã até às dezessete horas da tarde, semanalmente, passam, obrigatoriamente, por todas as disciplinas presentes da referida matriz (tanto base comum, quanto oficinas curriculares).

Destaca-se que, a rede pública municipal prevê para a carga horária dos professores de Educação Física, a possibilidade de ter um quantitativo desta carga horária revertida para o que se chama de treinamento/iniciação esportiva. Esta situação é oferecida à todos os(as) alunos(as) que queiram participar, e geralmente acontecem após as dezessete horas. No contexto das escolas de tempo integral em Palmas/TO outras disciplinas, a saber: a dança, a música, o teatro e o xadrez também acabam seguindo a lógica do treinamento.

Desta forma, os alunos têm, para além das modalidades esportivas, outras possibilidades culturais, aqui neste contexto optativas. Em relação a esta situação dos treinamentos, no contexto da escola em questão, os alunos que quiserem devem ficar na escola, após o término da rotina de aulas, a saber: 17h, para participarem de ações popularmente conhecidas como treinamentos. Ressalta-se que esta situação dos treinamentos é opcional aos alunos. Geralmente os que participam de tais treinamentos acabam por participar de competições e eventos correlatos, geralmente em níveis escolares. Abaixo seguem dados, extraídos de documentos oficiais disponibilizados pelo Conselho Municipal de Educação de Palmas/TO.



Diante do que vem sendo exposto neste texto, observa-se que dentro das discussões tratadas, a forma como o lazer vem sendo analisado com o passar dos tempos, tem sofrido inúmeras alterações, destacando questões como as abordagens: funcionalista e marxista. No entanto, sua gênese continua no seio de questões como o tempo e atitude. Em relação à educação e escola, partindo da discussão do seu contexto, ela está, naturalmente, vinculada à sociedade. Sociedade esta que desde o período da Revolução Industrial influencia a relação do tempo com o trabalho, fato este, que proporciona à escola essa dualidade do lazer e o trabalho.

A forma como a escola está organizada, no que tange à organização funcional, acompanha a forma advinda pós revolução industrial, ou seja, raras são as escolas que não são/estão setorizadas ou departamentalizadas. Em se tratando ao que se propôs dialogar neste capítulo, identifica-se que a unidade escolar em questão, segue uma matriz curricular que

direciona o que deve ocorrer durante a rotina de aula, ou seja, as ações são regulamentadas. Assim sendo, com base nas análises bibliográficas feitas, o que se aproxima da possibilidade de escolha, e naturalmente o lazer, concentra-se na questão dos intitulados treinamentos. Há que se ressaltar que ele não é algo muito “claro” nos documentos oficiais, ao menos no que norteia a escola em questão, sendo este o escolhido para análise.

Referências

BRASIL, Resoluções da III Conferência Nacional do Esporte. Propostas aprovadas na Plenária Final: Eixo 1 – Estrutura: organização, agentes, competências. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010c.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Plano Nacional da Educação, Câmara dos Deputados, [Lei Nº 13.005, de 25 DE junho de 2014](#). DOU de 09/01/2001 – PNE. Brasília, DF.

COÊLHO, I. M. **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2012;

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Matriz Curricular Lei Nº 9394/96 Escola Municipal de Tempo Integral Pe. Josimo Moraes Tavares Ensino Fundamental – 6º/5ªsérie ao 9º ano/8ª série.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1976

GOMES, C. L. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

LAFARGUE, P. **O Direito a Preguiça**. Lisboa: Editorial Teorema. 1977.

MARCELINO, N. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade**: uma proposta educativa para a juventude, Goiânia: ED. UFG, 2003.

MENOIA, T. R. M. **Lazer**: história, conceitos e definições 2000.TCC/UNICAMP.

MELO, V.; JUNIOR, E. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e Capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

PERROTTI, E. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina (org.) **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 9-27.

SILVA, D. A. M. da S. **Cadernos interativos** – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo; 4. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

Esporte e lazer na prisão: reflexões do norte do Brasil

André Luiz Augusto da Silva

Wellington Macedo Coutinho

Andrey Viana Gomes

Diego Ebling do Nascimento

Ruhena Kelber Abrão

1. Introdução aos percursos da pesquisa

O cárcere, em geral, é compreendido como ambiente em que predomina a retribuição penal, não obstante o debate humanista e a luta dos chamados Direitos Humanos para estabelecer intramuros um ambiente de maior dignidade humana, o que de fato se registra e que se encorpa no imaginário social é a velha flâmula de que a justiça só ocorre por meio do sofrimento daquele que deu causa ao dano sofrido por alguém, ou mais precisamente pela vítima, para sermos contemporâneos, a justiça virá com o sofrimento de quem comete ato tipificado antijurídico e culpável (SILVA, 2014).

Desse modo, longe é o caminho a ser percorrido pela justiça restaurativa, e mesmo pela proposta em que para se julgar se carece estar límpido de culpa (SILVA, 2014). Vivemos um universo bem classificado por Beccaria (2003) que, ao descrever em seu clássico livro, *Dos Delitos e das Penas*, como são forjadas as leis de seu tempo para nosso período, apreciamos que as coisas só se tornaram mais sofisticadas na articulação

entre uma nefasta axiologia societária e a lógica de controle e dominação das gentes¹.

No presente artigo, tomamos por base alguns dados da pesquisa Diagnóstico dos Serviços Prisionais no Brasil, realizada pelos autores para o Ministério da Justiça (MJ), Secretaria de Assuntos Legislativos da Presidência da República (SAL), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com adaptações para o Ministério do Esporte (ME), hoje Secretária Especial de Esporte. Neste estudo, nos propomos a sopesar o cárcere, especialmente na Região Norte do Brasil, articulando a lógica de que a convivência humanizada por meio do esporte e lazer pode contribuir para um cotidiano carcerário intramuros menos dramático e mais propício ao retorno para a sociedade, possibilitando a mitigação da violência e facilitando as ações da denominada política de reintegração social dos governos estaduais e federal.

Este estudo se efetiva por meio de uma pesquisa bibliográfica como afirma Severino (2007, p. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros. Para além disso, tomamos por base documentos de matriz oficial e dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) do ano de 2014, pois não foram levantados dados mais recentes do que extraímos e aparecessem ao logo do nosso estudo.

Posteriormente a esse levantamento entramos em contato, por meio eletrônico, com todos os gestores das unidades prisionais da Região Norte do país objetivando averiguar as atividades de lazer e esporte das unidades prisionais dos estados elencados e, na medida, que eles achassem possível (seguro) repassassem o questionário aos profissionais responsáveis por estas atividades aos que optarem por contribuir com a pesquisa, na qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - CEPSAP. Porém, infelizmente, foram devolvidos apenas 4 questionários, no qual diversos

¹ Embora tenha que realizar a ressalva do termo “sofisticado” quando remeto o juízo para a casa de leis tupiniquim.

gestores alegaram não repassarem o questionário por questões ligadas à segurança.

2. Perspectivas intramuros

“Você não sabe como é viver na mira de uma ‘HK’, metralhadora alemã ou de Israel estraçalha ladrão que nem papel. Na muralha, em pé, mais um cidadão ‘José’. Servindo o Estado, um ‘PM’ bom. Passa fome, metido a ‘Charles Bronson’. Ele sabe o que eu desejo. Sabe o que eu penso. O dia tá chuvoso. O clima tá tenso...”

A música “Diário de Um Detento”, dos Racionais Mc’s, cantada dentro das prisões do Brasil, no final da década de noventa, e no primeiro quartel dos anos dois mil, demonstra um pouco o cenário que se forja por detrás do simbolismo dos muros das prisões. De fato, um simbolismo, pois que tais muros não separam em quase nada aqueles que dentro estão, do mundo externo, a população carcerária interage significativamente com o universo extramuros, esse é um dos motivos, dentre vários que nos convence de que se falar em reintegração e mesmo em ressocialização é um discurso ou falacioso, o que é mais comum, ou de quem ainda não entende o que discursa o que também não é incomum (SILVA, 2014).

Em uma ignóbil armadilha de controle, associados Estado e Poder Econômico, forjam uma ardilosa armadilha, colocam membros da mesma classe, que são submetidos ao mesmo “chicote” para se autogerirem no caldo dramático do sofrimento, vejamos que o poeta foi capaz de interpretar na letra da citada música a miséria do representante do Estado, e tal letra fora cantada como deboche pela população carcerária, demonstrando que sabia que a suposta “autoridade” representada pelo agente da lei era mera fantasia de momento, que de fato, era mais um explorado pelo sistema.

Esse caldo, associado à revolta, ao tempo e às condições precárias, aos castigos, enfim a toda sorte de carências e evidentemente ao vício e seu preço que sempre é alto, determina um ambiente propício para a barbárie, mais ainda, a insaciável busca pelas benesses produzidas pela

sociabilidade, dentre elas o prazer em suas mais variadas dimensões, forjam uma axiologia explosiva intramuros (SILVA, 2016).

A vida então recebe em seu cotidiano uma aguda ampliação dos valores egoístas, e o individualismo impera em altos níveis, sempre se associando a um coletivismo de interesses, nessa seara tudo é forja de violência e barbárie (BECCARIA, 2003).

Evidentemente os aspectos estruturais de superlotação e rotinas, amplificam a dureza do existir, enfim é um ambiente em que todos os que ali habitam encarcerados, visitantes e funcionários, são, cada qual a seu modo, atingidos pela violência própria do mundo do cárcere, violência que é produzida e reclama seu quinhão de existência, ou seja, que se reproduza naquele e por meio daquele em que ela própria fora produzida (CRAIDY, 2010).

Para tanto, podemos mencionar que o lazer no Sistema Prisional é privado de um espaço adequado para a sua efetivação. Basicamente o lazer não é oferecido pelo Sistema Prisional, tal sistema não dispõe de uma estrutura, tampouco uma preocupação em fornecer meios para que ele seja realizado. Porém, mesmo assim, o Lazer resiste e se desenvolve em diversos espaços adversos a ele, e contribui de forma profícua no espaço prisional (ALMEIDA, 2003).

Em juízos anteriores averiguávamos que no cárcere se urdem mentes flamejantes do capital, verdadeiras expressões do “homem econômicos”, se tal análise possui nexos de realidade, o ambiente intramuros é em vários sentidos impróprios para a convivência de humanos (SILVA, 2014, 2016).

A autoimagem que o cotidiano carcerário forja é realmente algo medonho, a percepção do outro é totalmente limitada uma vez que a expressão também possui seus limites, sejam dados pelo nexo do código carcerário seja pelo sentido das rotinas e comportamentos próprios do sistema penitenciário e suas autoridades intramuros. Nesse norte imaginemos o tipo de julgamento que faríamos de nós mesmos, logo após estarmos ou sob suspeita por sentença judicial transitória ou mesmo por determinação do trânsito em julgado e com nosso nome constando no

livro dos culpados, a autoestima intramuros pode chegar a níveis suicidas, tanto é assim que sobreviver ao cárcere poderá representar a maior rebel- dia (CRAIDY, 2010).

Para Melo (2003), quando se remete aos estudos do Lazer, em geral, as pessoas não têm a ciência de como este tema pode modificar a vida dos sujeitos. O autor ainda faz um contraponto de como as práticas de lazer das classes mais favorecidas economicamente são bem maiores do que a menos favorecidas. Isso acontece porque as camadas menos favorecidas são desprovidas do que ele chama de lazer digno.

O lazer, numa suposta escala hierárquica de necessidades humanas, seria me- nos importante que a educação, a saúde e o saneamento (com certeza tidas essas dimensões humanas são fundamentais, mas por que seria o lazer menos importante? Além disso, existe relação direta entre lazer e saúde, lazer e edu- cação, lazer e qualidade de vida, as quais não podem ser negligenciadas (MELO, p. 35, 2003).

Nesse sentido, em esforço significativo para um ambiente mais digno, e uma aproximação ao que discorre a Constituição Federal de 1988, as leis mais abrangentes que definem conceitos gerais como a Organização Mun- dial de Saúde – OMS ao discorrer sobre a saúde, até a Lei de Execução Penal – LEP, todas atingindo a seu modo à população carcerária, e mesmo assim, se verifica que as atividades como as denominadas de laborterapia se acotovelam intramuros entre aquelas eminentemente de labor e as de terapia ocupacional em intenso esforço por existir.

Nesse meio termo, quase que inexistente se encontram algumas ati- vidades relacionadas também à atividade física, evidentemente com certo sentido recreativo que são mais difundidos como os jogos e entre eles o de futebol, e poucas atividades físicas direcionadas por profissional adequado.

Considerando o dramático cenário de violência e barbárie vivido in- tramuros que recentemente teve seu acirramento alargado, apostar em atividades que diminuem a tensão das relações intramuros e estabelecem vínculos sociais mais próximos com o que se entende de dignidade hu- mana é fundamental para o sistema prisional e sua população carcerária,

uma vez que diminui o que chamamos de “esquizofrenia do cárcere”, que reduz a uma sociedade totalmente distinta daquela extramuros o sujeito, todavia, na suposta intencionalidade de aprimorá-lo para o retorno à sociedade que fora segregado (SILVA, 2014).

3. Cenários abstrusos

A pena, dependendo do nexos que se interprete da mesma, poderá nos levar a cenários diversos, esse é o horizonte aqui já encaminhado, o direito de resistência já fora objeto de análise legítimo para paisagens cruentas², assim se questiona a finalidade da pena, porém é comum a defesa do trabalho, inclusive em modelos como o da Apac (Associação de Proteção e Amparo aos Condenados) como elemento essencial à pena, evidentemente falamos em trabalho explorado, àquele que rende graças ao mercado e fornece a força de trabalho dócil, dificilmente se averigua que a pena deverá ter caráter diferente daquele que enseja o crivo da retribuição, principalmente no Brasil, de fato, em algumas singularidades no mundo, poderemos verificar tratativas penais diferentes, como nos demonstra a prisão de Bastoy e sua incrível taxa de reincidência e custo, seu sucesso nos estimula a outras possibilidades para o sistema prisional brasileiro (SANTOS E SILVA, 2012)..

No entanto o velho desejo de vingança ainda nos impulsiona para as prisões “modelo” medieval, e assim vivemos o caos do sistema prisional brasileiro. Nesse interim esporte e lazer são artigos indesejados na prisão, pelo senso comum, que avalia a prisão a seu *modus* raso, e por oportunistas que fazem fortuna da tragédia coletiva denominada cárcere (SILVA 2014).

O fato é que o esporte e o lazer deveriam ser tratados em sua própria natureza, qual seja direito da população carcerária de terem dignidade

² Embora significativa parte da filosofia se oriente pelo sentido de obediência, insistimos na necessidade de se buscar a tensão societária como elemento de aprimoramento, nesse aspecto, talvez possa concordar com *Nietzsche* em suas reflexões sobre a origem da filosofia no seio do povo grego.

humana, acesso a um serviço que, se analisado de maneira inteligente, demonstra cabalmente sua contribuição para um ambiente menos tenso, evidentemente que o lazer e o esporte propiciam esse contexto (MARCELINO, 2016).

Entretanto, sobre o esporte, Barbanti (2006) entre outros, pondera a perspectiva cultural e o caminho histórico que percorreu para se chegar hodiernamente a um contexto de disputa, individualismo e meritocracia. Como se sabe que no capital tudo se transforma em mercadoria com o advento do mercado³, evidentemente o esporte e o lazer seguiu esse curso, considerando sua fragmentação como elemento cultural e sua estruturação para o consumo e transmissão de uma axiologia voltada ao negócio. “É no bojo da sociedade capitalista, portanto, que se funda o esporte como conhecemos hoje”. (SANTOS E SILVA, 2012, p.179).

No Brasil, a trajetória de uma sociedade marcada pela lógica militar determina ao esporte um sentido próximo do homem forte e de valores positivistas, elementos interessantes à estruturação de uma sociedade em que predomina uma autocracia burguesa cruenta e ávida por manter suas benesses mesmo que uma pátria inteira seja corroída pelo capital transnacional. Para tanto, se veja as análises de Netto (1996) e as configurações do mosaico internacional que segue o curso da sociedade brasileira apoiada pela autocracia burguesa, utilizando-se do militarismo como instrumento nodal a seu intento.

Tendo suas origens marcadas pela influência das instituições militares – contaminadas pelos princípios positivistas e uma das que chamaram para si a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da ordem social, quesito básico à obtenção do almejado Progresso, - a Educação Física no Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implementação

³ “Ó tu, amado regicida; caro divorciador da mútua afeição do filho e do pai; brilhante corruptor dos mais puros Leitões do Himeneu! Valente Marte! Tu, sempre novo, viçoso, amado galanteador, cujo brilho faz derreter a virginal neve do colo de Diana! Tu, deus visível, que tornas os impossíveis fáceis, e fazes com que se beijem! Que em todas as línguas te explicas para todos os fins! Ó tu, pedra-de-toque dos corações! Trata os homens, teus escravos, como rebeldes, e, pela tua virtude, arremessa-os a todos em discórdias devoradoras, a fim de que as feras possam ter o mundo por império” (SHAKESPEARE apud MARX, 2001, p. 168).

do processo de desenvolvimento do país que, saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida. (CASTELLANI FILHO, 2010, p.30)

Sendo esse contexto realidade, as instituições recebem tal traço característico e evidentemente que as instituições penais também receberam e recebem essa orientação, assim o esporte como elemento em que se considera a constituição de práticas características da estruturação do indivíduo “forte”, é observado com certa cautela e mesmo inapropriado para as populações carcerárias.

Se o lazer é mitigado pelo sentido de retribuição contido no bojo da pena, o esporte recebe o mesmo tratamento pela lógica de controle necessário àqueles que estão encarcerados e nesse âmbito quanto mais vulneráveis mais controláveis. Dessa feita, veremos o cenário perdulário que os dados apresentam quando consideramos a população carcerária da Região Norte.

Um primeiro aspecto para nossa ponderação é o quantitativo estimado de pessoa presa, conforme a tabela abaixo:

I. População carcerária da região norte.

Estado	Masculino	Feminino
Amapá	2.539	124
Acre	4.002	242
Amazonas	8.151	717
Tocantins	5.480	292
Roraima	1.432	172
Rondônia	16.715	1.272
Pará	11.245	713
Total	49.564	3.532

Fonte: INFOPEN/Dezembro, 2014.

Veja-se que embora a Região Norte se encontre como a maior extensão territorial do País, sua ocupação populacional apresenta em números concretos apenas 8% conforme dados do IBGE (2010), com um total de 15.864.454 habitantes. Ora desse total, mesmo considerando dados demográficos de 2010, em 2014 sua população carcerária em relação aos dados

demográficos, corresponde nessa proporcionalidade, a aproximadamente 8% da população da Região.

Essa lógica de encarceramento determina evidentemente uma política com cerne de controle e punitivismo em um cenário de óbvia desigualdade social na Região e mais, a evidente contramão em que opera a política criminal brasileira ávida pela lógica do encarceramento.

Ressaltamos esse contexto para afiançarmos que nesses elementos estruturais sequer se aventa uma melhor condição de vida e mesmo a condição de vida digna intramuros, o que evidentemente determina a mitigação do esporte e do lazer nesse espaço. Para compreendermos melhor o espaço que cabe à cultura e seus assemelhados vejamos a tabela abaixo:

Membros da população carcerária envolvidos em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura, etc.).

Estado	Masculino	Feminino
Amapá	-	26
Bahia	94	-
Espirito santo	171	167
Minas Gerais	386	59
Mato Grosso do Sul	-	8
Mato Grosso	6	47
Pará	23	-
Pernambuco	543	-
Paraná	415	74
Rio de Janeiro	-	1
Rio Grande do Sul	10	-
Santa Catarina	173	5

Os Estados que não estão na tabela não possui essas atividades.

Fonte: INFOPEN/Junho, 2014.

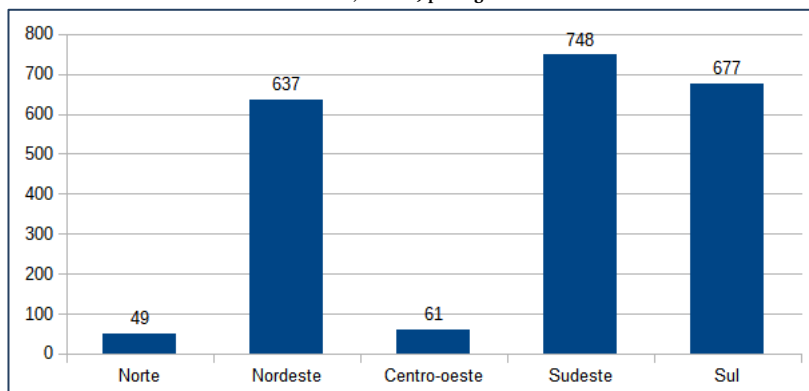
Assim a população carcerária em 2014 foi 53.096, apenas 49 pessoas na Região Norte em atividades que envolvam a cultura e semelhantes, como o lazer e esporte, segundo dados oficiais. Alguns estados, com expressiva população, como, por exemplo, o Amazonas, sequer aparece nessa estatística. Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, e Tocantins são outros estados que ficaram de fora.

Percebemos que nesse cenário nada mais natural que um ambiente de extrema tensão e mesmo violência, o que em certa medida responde ao

ocorrido no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus/AM, no dia primeiro de 2017 com um saldo de 56 mortes. Sopesamos que é possível em unidades menores, com a cautela em ações como o lazer e o esporte que mitigam a tensão, além de um bom serviço de inteligência, que essa realidade do dia primeiro de 2017 fosse bem diferente.

O gráfico a seguir evidencia o atraso que encorpa a Região Norte no quesito cultura e semelhantes:

Gráfico I. Pessoas presas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura) por região.



Fonte: INFOPEN/Junho, 2014.

A Região Norte é a última no Brasil em participação de pessoas presas em atividades de cultura, esporte e lazer, nesse caminho vemos como os dados nos apoiam referentes à disposição dos serviços prisionais:

II. Estados do norte com profissionais de Educação Física⁴.

Estado	Quantidade
Amapá	3
Pará	1
Amazonas	Não informa a quantidade

⁴ AMAPÁ – **Portal da Transparência do Amapá** (DEZEMBRO/2017). Disponível em: <<http://www.transparencia.ap.gov.br>>, Acesso em: 08 de fev de 2019.

PARÁ – SEAD. **Secretaria de Estado de Administração**. Disponível em: <http://www.sead.pa.gov.br/sites/default/files/dem_remun_pessoal_jan_2018_parte_4.pdf>, Acesso em: 08 de fev de 2019.

AMAZONAS – SEAP. **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária 2 anos**. Manaus: SEAP, 2017. p. 111.

Em toda a Região, conseguimos registros de quatro profissionais e nos demais Estados sequer existe esse campo de tabulação, a importância dada para o esporte e o lazer, que deveria ser considerados vitais nesses ambientes, chega a ser algo medonho, o que evidencia a pouca coerência nos discursos de reintegração ou de ressocialização.

Todavia é interessante se perceber que nas atividades de ponta, ou seja, junto aos profissionais que atuam no cotidiano carcerário, é sentido a necessidade do esporte e do lazer. Infelizmente às ações estruturantes para sua existência efetiva, não existem. Vejamos algumas reflexões das entrevistas da pesquisa, assim teremos os seguintes elementos:

Nós temos o que, aquele bandido que é pobre, aquele bandido que é baixa escolaridade e que pra ele é considerado como estigma. Se eu mantiver uma criança foco, mantiver uma criança focada no estudo e no esporte, eu tenho infinitamente mais chances de produzir o que ela tem de melhor, entendeu, ou seja, ela não vai ficar ociosa com que quer, ela vai fazer o que precisa, também na educação podemos combater isso, então acho que essa seria a ideia (Profissional da Educação Física Pará).

De maneira geral o trabalho nosso é vinculado a um grupo multiprofissional, que de maneira sumária está vinculada a reinserção social, aí existe alguns eixos que a gente acaba desenvolvendo, eixo de educação formal, eixo de educação não formal, trabalho e atividades profissionalizantes, ocupação do tempo livre, lazer, tudo voltado ao interno. É um trabalho muito vinculado, pelo menos teoricamente, a finalidade do sistema prisional, que é munir essa pessoa que no momento está privada de liberdade, de ferramentas que possibilitem ela retornar a sociedade, para ele se integrar de maneira mais harmoniosa, desvinculando, a medida do possível, essa pessoa do ambiente criminoso, então normalmente, a lógica do trabalho ela é com a equipe multiprofissional, que desenvolve ações que de alguma maneira, uma hora ou outra mais pontual, uma hora ou outra mais abrangente, consiga trazer esse tipo de demanda para o sistema prisional, que vá além, da mera disciplinarização, da mera custódia, então a proposta de ter um professor de educação física, é compor essa equipe. A contribuição específica do professor de educação física, embora ele tenha um caráter abrangente, ele desenvolve especificamente a atividades de lazer, que envolve esporte, a ocupação do tempo livre, a educação. De maneira ampla, apontando para a reintegração social, contato com a

família, de maneira geral o trabalho é esse (Profissional da Educação Física/Amapá)

Tendo por base os excertos acima, salientamos que um dos objetivos da realização de atividades que envolva esporte e lazer, no interior das unidades prisionais brasileira são, de acordo com o pensamento de Almeida (2003), fomentar a necessidade do controle e da disciplina. Tal fato para o autor supracitado caracteriza o processo de ressocialização perseguido no contexto da prática da privação de liberdade.

Para Melo (2014), a prática de atividade física nas unidades prisionais, além de contribuir na socialização dos detentos, auxilia na disciplina e manutenção da ordem, pois quando o tempo ocioso dos detentos é ocupado com práticas de lazer, tal fato corrobora para a tranquilidade da unidade.

Das atividades de Lazer e esporte elencadas por estes profissionais, destacam-se:

Televisão, há espaços de convívio comum que aparecem esse aparelho, há, também a presença de alguns televisores em celas. Tal aparelho assume uma função de destaque nas unidades prisionais, pois acaba sendo um contato com o mundo externo, e, muitas vezes, para alguns indivíduos o único contato.

Banho de sol, ou hora do pátio, na qual acontecem diversas atividades, como por exemplo musculação com equipamentos improvisados, corrida, jogos de tabuleiro tais como dama e xadrez, ou, simplesmente ficar parado ou conversando. Cabe ressaltar que não há equipamentos específicos de lazer, sendo que os próprios sujeitos ali encarcerados organizam e improvisam estes espaços.

Futebol, geralmente com sua quadra (improvisada) no meio do pátio da unidade prisional, sendo que existe, na maioria das vezes, um tempo determinado para cada grupo ou time treinar, e, algumas vezes, ocorre campeonatos entre os sujeitos privados de liberdade.

Festas, estas ocorrem apenas em momentos especiais, tais como dia das mães, pais, crianças e natal, sendo que a família tem o “direito” de ficar com o familiar o dia inteiro na unidade prisional. Cabe salientar que para estes momentos o profissional que faz essa intermediação é o Assistente Social, pois nos outros momentos quem assume na maioria das vezes a função é o agente penitenciário.

Porém temos avançado no que tange as discussões envolvendo práticas de lazer e esporte nas unidades prisionais, pois em 2013, houve a tentativa que a Lei de Execuções Penais, em seu artigo 126, LEP - Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011), passasse a ter a seguinte redação: “o Condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho, por estudo ou por desporto parte do tempo em execução de pena”.

O objetivo de tal adendo à lei era auxiliar no resgate a dignidade das pessoas privadas de liberdade favorecendo uma política de redução de danos e diminuição do nível de vulnerabilidade desse grupo social, segundo os autores Paulo Teixeira (PT-SP), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Romário (PSB-RJ), no qual se previa a remição de um dia da execução da pena para cada 12 horas de frequência em atividades esportiva. Para tentar justificar a inclusão deste item, os autores justificaram que uma atividade desportiva dentro das unidades prisionais se denota como uma alternativa saudável e eficiente para o cumprimento da sanção penal, incutindo valores e aptidões imprescindíveis à vida em sociedade, dizem os autores.

4. Considerações

O cárcere brasileiro é entoado pela cantiga da retribuição penal, os gestores não entendem a importância em propiciar um ambiente mais digno e harmonioso para o desenvolvimento das relações pessoais intramuros, e se entendem não se dignam em lutar por algo diferente ao que gestam. Fato este que justifica o motivo de muitos gestores não terem desenvolvido os questionários.

De fato, ao fim e ao cabo, o que ocorre é a segregação do indivíduo de um espaço social extramuros que por diversas variáveis determinou seu aprisionamento, para um espaço social intramuros com regras próprias a esse ambiente, um dado “Código Carcerário”. Uma análise séria verificará

dada “esquizofrenia de gestão”, no qual as ações estão inversamente proporcionais aos supostos objetivos elencados nos discursos.

Entendemos por meio deste estudo que o Lazer de pessoas de classes econômicas mais favorecidas possui uma grande diferença. Tal fato pode ser exemplificado por um sujeito que não dispõe de recursos financeiros para a prática de lazer, na qual, muitas vezes, acorda muito cedo e perde horas de deslocamento até seu local de trabalho, ou nas poucas ocasiões que tem de ir à praia, cachoeiras, enfrenta grandes dificuldades de deslocamento por conta do sistema público de transporte, enquanto as pessoas de alto poder aquisitivo podem fazer realizar esses trajetos de forma mais confortável, por exemplo. Agora se esse cenário é transferido para o sistema prisional, percebemos que as pessoas de baixa renda estão negadas ao lazer tanto na situação de liberdade quanto da privação desta.

Cabe destacar que os estudos que envolvem a temática do Lazer, representam atividade de nível complexo, na qual, infelizmente as Políticas Públicas do Sistema Prisional não fazem jus ao seu caráter educativo. Tendo por base a pouca literatura científica existe nesse âmbito, podemos afirmar que o lazer, nestes espaços, acontece apenas de maneira utilitarista, na qual a intenção é o esgotamento das energias dos detentos, muitas vezes, por meio do jogo de futebol, acreditando que, dessa forma, cansados fisicamente estariam menos suscetíveis a rebeliões.

Para não ficarmos nesse sentido e incorreremos em ingenuidade e romantismo teórico, resta à óbvia análise de que o cárcere é instrumento de controle e eliminação de dada franja social e enquanto esse for o tom institucional e em dada mediada, social, resta para aqueles que têm “olhos de ver”, a necessária “guerra de trincheira”, em que cada polegada em que se forja a negatividade ao capital é fundamental para um novo modelo carcerário possível em que exista dignidade e concomitantemente o esporte e o lazer à população carcerária, nos resta, portanto a luta.

5. Referências

- ALMEIDA, M. A. B. Lazer e Reclusão: Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa. 2003. 158 f. Dissertação (Mestrado) - **Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, 2003.
- BARBANTI, V. **O que é esporte?**. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 2, p. 54-58, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/833/840> Acesso em: 16. fev. 2018.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2000. Resultado dos Dados Preliminares do Censo – 2000. www.ibge.gov.br/cidade@.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. -- Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015. 92 p. : il. – (Série Pensando o Direito, 51).
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das Penas**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- CASTELANNI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- CRAIDY, C. M. (Org). **Educação em prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- MARCELINO, N. C. **Estudo do Lazer: uma introdução**. Campinas SP, Autores associados 2016.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon**. Trad. Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.
- MELO, V. A. **Introdução ao Lazer**. Barueri SP: Manole, 2003.
- MELO, V. A. Lazer, esportes e presidiários: algumas reflexões. **Revista Digital Efdesportes**, Buenos Aires, ano 11, n. 106, mar. 2007. Disponível em: <http://www.efdesportes.com/efd106/lazer-esporte-e-presidarios-algumas-reflexoes.htm> Acesso em: 16 MAIO. 2019.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

SANTOS, E.; SILVA, G. **Contribuição sobre megaeventos esportivos: quebrar ilusões para um debate necessário**. Caderno de Debates da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, Feira de Santana, v. 14. p. 176 - 191. julho 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, André Luiz Augusto da. **Retribuição e Historia: Para uma Crítica ao Sistema Penitenciário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SILVA, André Luiz Augusto da. DUARTE, Samuel Correa. **A Questão Penal e o Direito de Resistencia: Controle, Direitos Humanos e Capitalismo**. Curitiba: CRV Editora, 2016.

SOARES, B; SILVA, I. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Lazer e idosos: a realidade da cidade de Miracema do Tocantins-TO

Saulo Martins De Oliveira
Vitor Antonio Cerignoni Coelho

1. Introdução

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o número de pessoas no Brasil acima de 60 anos continua crescendo: de 12,6% da população, em 2012, passou para 13% em 2013. Já são 26,1 milhões de idosos no país, sendo que aumentou a população dos que tem mais de 40 anos: esta faixa registrou na pesquisa 75,7 milhões de pessoas contra as 62,3 milhões de crianças e adolescentes (faixa de 0 a 19 anos). A região com mais idosos é no Sul, no qual chegou a 14,4% do total. O Norte tem menos, com 8,8% de idosos. O que representa que a população está envelhecendo.

Valorizar o envelhecimento é uma forma indispensável para o desenvolvimento da região norte, ressaltando o Estatuto do Idoso em seu Art. 1º. Regula e assegura os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (BRASIL, 2003). Barbosa e Campagna (2006, p.147) apontam que:

O âmbito do lazer, uma dessas esferas de inserção humana e que funciona como catalisador dos processos de aprimoramento pessoal e social mostra-se, então, como campo profissional promissor para a ressignificação de cada uma

das etapas de construção do ser humano - especialmente na velhice -, do papel e da imagem social do idoso.

Partindo dessa afirmação a terceira idade passa a ser um fator importante para o estudo do lazer que passou por séries de transformações e classificações. Para Marcellino (2000), vários aspectos enfatizando o tempo e atitude são fundamentais para conceituar o lazer, o autor enfatiza:

A consideração do aspecto tempo na caracterização do lazer tem provocado uma série de mal-entendidos. Um deles diz respeito ao conceito “livre” adicionado a esse tempo. Considerando do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coações ou normas de conduta social. Talvez, fosse mais correto falar em tempo disponível. Mesmo assim, permanece a questão da consideração do lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas de atividade humana. (MARCELLINO, 2000, p. 11).

Então o lazer não é definido apenas na ação, mas pelo prazer, desejo de fazer algo que desperte o interesse sendo lúdico independente de um tempo determinado. “[A]ssim, qualquer atividade poderia ser considerada lazer, até mesmo o trabalho, desde que atendesse a determinadas características, como escolha individual, e um nível de prazer e satisfação elevados”. (MARCELLINO 2000, p. 11). É nessa perspectiva de compreender o lazer como direito e como expressão de prazer, diversão e descontração, que leva o ser humano não apenas ao entretenimento, mas também ao processo reflexivo de si próprio e da sociedade ao seu entorno. O que reforça a necessidade de observar as atividades de lazer em diferentes grupos sociais e com distintas características culturais e geográficas, como o que se propõe neste estudo a ser realizado com idosos no município de Miracema do Tocantins/TO. Assim surge a problemática qual a realidade dos espaços e equipamentos de lazer para os idosos na cidade de Miracema do Tocantins/TO?

Para encontrar soluções a essa problemática a pesquisa definiu como objetivo geral investigar a realidade do lazer para os idosos da cidade de

Miracema do Tocantins/TO a partir de documentos e fontes bibliográficas, assim como nos objetivos específicos verificar as estruturas e atividades que o poder público disponibiliza para o lazer de idosos e identificar os espaços e equipamentos de lazer para idosos disponíveis na cidade de Miracema do Tocantins/TO.

Miracema do Tocantins/TO é uma cidade interiorana, possui modos e culturas peculiares que despertam a curiosidade, fato que tem chamado atenção das investigações científica, no que tange ao cotidiano e os direitos básicos da população. Desta forma, este estudo pretende identificar e investigar a realidade das atividades de lazer dos idosos neste município do norte do país.

Este assunto é tão importante quanto compreender os problemas causados pelos diferentes tipos de desigualdades sociais que permeiam no país. O lazer é considerado um direito fundamental do homem, sua prática representa o processo de autonomia e reflexão do cotidiano social na sociedade do trabalho. Torna-se necessário diagnosticar quais práticas de lazer são oferecidas pelo poder público e como este direito tem sido garantido para a população acima de 60 anos.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Por volta do ano de 2050, haverá, no Brasil, 73 idosos para cada 100 crianças. O estudo divulgou ainda, que no ano em questão, a população brasileira será de aproximadamente 215 milhões de habitantes. O fator que permite o envelhecimento da população é o aumento na expectativa de vida dos brasileiros, hoje de 72,78 anos. Essa média não irá estabilizar, pois no ano de 2050 a expectativa de vida subirá para 81,29 anos, igualando a países de IDH mais elevado, como Islândia (81,80 anos) e Japão (82,60).

Atualmente a população brasileira, estimada em 207,5 milhões de pessoas, a cada ano observa-se diminuir o número de crianças e aumentar o de idosos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra a tendência de envelhecimento do país. Com isso, esta pesquisa se

propõe a iniciar a investigação do lazer para idosos numa cidade tocantinense, o que poderá contribuir para a construção de novas Políticas Públicas de lazer, visando atender as diferenças e a igualdade de direitos deste grupo que vive em constante crescimento no Brasil.

2. Metodologia

Este estudo é caracterizado como pesquisa exploratória, que de acordo com Severino (2007) é o tipo de pesquisa que busca levantar informações sobre um determinado fenômeno, delimitando e mapeando as condições de manifestações desse fenômeno. Inicialmente foi desenvolvido o método de coleta de documentos científicos (artigos, livros, teses e dissertações) através da estratificação por palavras chave: Lazer, Idoso e Políticas Públicas, esses descritores estão disponíveis no Descritores de Ciências da Saúde (DECS). Posteriormente foram consultadas as bases de dados do Google Acadêmico, do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e o Portal da CAPES o que originou a construção do referencial teórico a respeito dos aspectos históricos, conceituais e desafios do lazer na terceira idade, além de investigações de Políticas Públicas de lazer para os idosos vigentes no país.

Posteriormente foi realizada uma investigação documental a respeito dos espaços e equipamentos de lazer para idosos existentes no município de Miracema do Tocantins. Os documentos utilizados foram cedidos pela Secretaria de Esporte e Lazer do município, bem como noticiais, imagens e outras informações.

Por último com o intuito fim de verificar e identificar os espaços de Lazer disponíveis no município e suas condições foi utilizada uma ficha de observação de espaços e equipamentos de lazer baseada e adaptada do livro “Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana” de Marcellino *et al.* (2007).

3. Perspectivas sobre Políticas Públicas de lazer para idosos

Discutir sobre a importância de Políticas Públicas voltadas ao lazer para idosos é essencial, enfatizando o momento de debates polêmicos, sobre ameaças de direitos garantidos a esses grupos desde as primeiras cartas magnas. Baseado nisso, sobre o inciso § 3º do Art. 217º (BRASIL, 1988) “O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”.

No Brasil, não há políticas públicas de lazer na esfera municipal, estadual ou federal. O que existe, em geral, são projetos e ações isolados, normalmente pensados de forma fragmentada e com forte cunho utilitarista. Identificamos assim traços de políticas públicas que indicam algumas regularidades e ausência nesse campo. Aliás, tais iniciativas geralmente constituem o locus analítico dos (poucos) estudiosos que têm se dedicado às políticas públicas de lazer no Brasil (STAREPRAVO, et al, 2018, p. 125).

Traçar perspectivas de Políticas Públicas para o protagonismo do lazer a partir das afirmações acima se torna uma tarefa de reflexão sobre políticas históricas do país voltadas a esta área, projetando um futuro e preservando o presente. Em sua obra sobre perspectiva para o lazer Marcellino (1992, p. 183) afirma “que a futurologia poderia ser caracterizada como um recurso ideológico “funcionalista”, de modo geral, e também quando o assunto é o lazer. Essa é a visão dominante tanto na ação, como nos estudos referentes ao lazer entre nós”. Assim, desde a década de 90, o autor ensaiava críticas ao incentivo do poder público quanto ao lazer social, sendo uma preocupação para gerações futuras.

Atualmente debatemos sobre o legado amplo e crítico herdado quanto o acontecimento dos megaeventos esportivos no país, colocando o lazer como coadjuvante quando se trata de cobrança de investimentos do poder público. Desde o início do século XXI Marcellino (2000), planejava e apontava desafios às políticas de lazer para terceira idade;

Há muito a ser feito para que a terceira idade se constitua em faixa etária privilegiada para a vivência do lazer. Trata-se de uma situação de justiça social. Para tanto é necessário que os próprios idosos se organizem e reivindiquem seus direitos – que incluem remuneração digna, assistência médica adequada, acesso facilitando aos equipamentos, e uma política de lazer que, juntamente com outras faixas etárias, sejam considerados. O lazer dos idosos não pode ficar na dependência de programas assistenciais. É preciso que a terceira idade se integre às demais “idades”. (MARCELLINO, 2000, p. 45-46.).

A partir de ideias de Marcellino (2000), nota-se a necessidade de envolvimento de toda comunidade com objetivo de cobrar Políticas Públicas voltadas ao protagonismo do lazer, principalmente para os idosos. Investigar e transparecer o ponto de vista dos gestores das esferas federais, estaduais e municipais sobre o lazer, sem esquecer-se de influenciar os idosos a buscarem esses direitos citados. Enfatizando os desafios e compreensão para o profissional de Educação Física em relação ao lazer.

Com um discurso atual, o autor parte para um debate do vasto campo de atuação dos profissionais de lazer que necessita diferenciar as práticas do lazer sem distinção de teoria exclusiva em outras áreas e a prática destinada ao campo da Educação Física, essas interdisciplinaridades na área do lazer são abordadas em ideias desde a década de 1990. Partindo dessas afirmações Marcellino (2000, p.195), por meio de suas pesquisas, valoriza o profissional de Educação Física que conta com várias atribuições ao se tratar do lazer “considerando o estilo de vida gerado na nossa sociedade, o lazer não pode deixar de ser considerado nas discussões que envolvam a Educação Física”.

No campo do entendimento de perspectiva de Políticas Públicas voltadas ao lazer de idosos nas últimas citações, os autores colocam a formação do profissional do lazer em foco valorizando diante das demais áreas, os cursos de Educação Física, recomenda-se aos profissionais que valorizarem o Lazer como áreas futuristas assim;

Percebe-se, então, que os desafios que afetam o animador sociocultural não se circunscrevem ao aspecto tecnicista da operacionalização da atividade, desse modo reduzida como fim em si mesma. Independente do espaço/local onde

atue, compete-lhe, crítica e criativamente, gestar estratégias diferenciadas, que se coadunem com a participação, a autonomia e todos os direitos legais assegurados ao idoso (BARBOSA; CAMPAGNA, 2006, p. 148).

Assim, que estes profissionais denominados como animadores socioculturais sejam influência à esses grupos em busca dos direitos sociais que, às vezes, ficam em segundo plano nos planejamentos e projetos de Políticas Públicas do estado.

Fundamentado em uma pesquisa bibliográfica indagando palavras-chave: lazer; terceira idade; tempo livre, a autora baseia-se na crítica aos fundamentos teóricos e ideológicos do lazer e do “tempo livre” que os fundamentam e de onde emanam as potencialidades no trabalho social com idosos. Teixeira (2007) denota sobre os programas sociais para terceira idade envolvendo lazer e educação emergentes no país, citando empresas filantrópicas como Universidades públicas e o SESC, pioneiras em programas que propiciam ambientes de convívio e atividades participativas para os idosos.

Nas discussões a autora supracitada enfatiza os grupos de convivência organizados pelos SESC desde a década de 60, esses grupos formados com intuito de ocupação do “tempo livre” em forma de recreação e atividades participativas e socializáveis. Nestas atividades incluíam várias dimensões propostas pelo lazer como: artísticas ou culturais, físicas, sociais, educativas e viagens e excursões. Ainda para a autora é externada a expansão destas atividades em setores privados (lucrativos e não lucrativos) e públicos financiados pelo governo federal, conforme estudos até o ano de 2007, pois no país cerca de 100 mil idosos atendidos em programas de lazer sendo; Grupo ou Centro de Convivência de Idosos, Escola Aberta para a Terceira Idade, Trabalho de Pré-Aposentadoria, Programa SESC Gerações, Trabalho Voluntário na Terceira Idade, que objetivam a socialização, a autonomia e a melhoria da autoestima com a reconstrução da própria imagem do idoso (TEIXEIRA 2007).

Aprofundando em conhecimentos teóricos sobre o lazer a autora fundamenta em contribuições do filósofo Francês Joffre Dumazedier, e segue

analisando e interpretando com criticidade às questões de “tempo livre” e lazer nesses programas voltados a terceira idade. Seguindo orientações do filósofo para a autora o “tempo livre” se situa com o tempo de lazer, a partir do momento que as atividades estejam orientadas por uma escolha pessoal.

Nessa perspectiva do filósofo para Teixeira (2007) a liberdade esbarra no sistema capitalista de difícil momento de escolha individual dando ênfase ao controle da coletividade em pró do capital, para os estudiosos dificilmente o “tempo livre” é distinto entre as pessoas, que são alvos da manipulação e do consumismo, pois o capital toma posse do tempo livre destinando uma liberdade ilusória. O resultado, para autora desses programas para a terceira idade, é que não há uma valorização da pessoa idosa por sua experiência de vida, pelo saber acumulado, pela contribuição com a riqueza social produzida, mas há um reforço à indução comportamental, de atitudes ativas, aquelas em que os idosos usam a máscara da juventude de espírito e negam a velhice.

Seguindo essas novas alternativas de escolha para esses idosos, assim conforme as obras de Dumazedier, a autora fundamenta-se em novas potencialidades sendo funções básicas do lazer; a liberação, o prazer, divertimento, recreação, o entretenimento, o desenvolvimento da personalidade (autoimagem) e a transformação do espaço de lazer em expansão e reprodução do capital.

A partir das críticas sobre o lazer e o tempo livre, Teixeira (2007) conclui sobre o peso e a importância ligando as potencialidades do lazer no trabalho social com idosos, gerando autoestima, socialização, formas de convivência, aprendizagem voluntária, mas destaca-se o seu revés, ou seja, pensá-lo como uma atividade autônoma, livre dos condicionamentos sociais, um mundo apartado da vida cotidiana, das relações de produção, como se a alienação e o estranhamento ficassem lá fora, no mundo produtivo e não no mundo reprodutivo, do consumo.

Em busca de uma análise crítica sobre o lazer e o tempo livre este artigo aprofundou em temas necessários para o progresso do trabalho,

pois novamente em outro artigo é citadas obras do filósofo Dumazedier, importante autor na construção do lazer no país. A autora enfatiza e critica a administração do lazer em centros de convivências para idosos e a importância dos estudos históricos desses ambientes. Assim, pode-se afirmar o quanto o lazer é influenciado pelo mercado globalizado desde décadas passadas, fatores como consumismo e manipulação são desafios para realização integral do lazer para idosos.

Este artigo contribui com ideias sobre potencialidades do lazer ligadas com funções importantes como entretenimento, prazer e socialização podem contribuir na argumentação positiva sobre a importância de políticas voltadas ao lazer para terceira idade, mas que sejam atividades livres de condicionantes sociais influenciadas pelo capital, buscando a autonomia e integração total dos idosos quanto às atividades de lazer.

A partir de conhecimentos teóricos de autores do século XXI, compartilhado a partir desses artigos, houve reflexões, debates e surgimento de novos paradigmas sobre o lazer desde sua chegada ao país, no século XX. De tal modo, conclui-se que esse campo está em ascensão, nos últimos anos nota-se a nítida evolução do lazer no cenário nacional. Ainda que haja a necessidade de indagar esse tema com protagonismo em debates nos congressos e encontros sobre o lazer.

Contudo os artigos evidenciaram o lazer como fenômeno substancial a necessidade humana. O intuito desse trabalho elencou as atividades de lazer ligadas à necessidade e entendimento dos idosos, espera-se que haja demanda seguida de cobranças desses grupos ao poder público, assim que o resultado seja próximo da garantia dessas práticas com qualidade, gratuita e compartilhada para toda população idosa.

4. Resultados

Esse estudo coletou informações a respeito do Lazer de Idosos do município de Miracema do Tocantins/TO. Foram consultadas informações cedidas pela Prefeitura, porém não foram encontrados jornais, revistas e

pôsteres sobre o tema. Sendo assim, foi direcionado à navegação do site da Prefeitura Municipal e sites ligados a notícias do Lazer na cidade.

A partir das consultas, de acordo com Miracema (2018), nas áreas de navegação; secretarias, departamentos e conselhos municipais, não foram encontrados nenhum setor ou pasta destinada ao lazer de idosos.

Partindo para as informações das notícias ligadas a Prefeitura Municipal conforme o jornalista Leal Junior (2018), em matéria publicada no dia 16 de Julho de 2018, o Jornalista noticiou o tema “Colônia de Férias alegre idosos, adolescentes e crianças”, projeto que deu continuidade às oficinas e atividades realizadas através do acompanhamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que aconteceu durante todo o mês de julho, juntamente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Idoso, Criança e Adolescente (SFCV). Segundo Leal Junior (2018) o objetivo da colônia de férias era promover o fortalecimento dos vínculos e uma maior interação entre o público intergeracional.

Em matéria publicada em 28 de Julho de 2018, o jornalista, enfatiza eventos ligados ao Lazer e Idosos na Praia Mirassol, “Em ritmo de praia”, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do Idoso (SCFV) de Miracema do Tocantins promoveu, no dia 26 de julho de 2018, um passeio dos idosos que frequentam a unidade à praia Mirassol, onde puderam usufruir do ambiente com a sua estrutura preparada para banhistas (LEAL JUNIOR, 2018). Para Leal Junior (2018) a atividade faz parte da agenda de atividades da Casa dos idosos por se tratar de um local que propicia lazer e contato com a natureza, saindo da rotina e proporcionando momentos de bem-estar. Assim, 28 idosos participaram da atividade que foi acompanhada por servidores da Secretaria de Assistência Social.

Seguindo as informações de lazer ligadas a Prefeitura Municipal em matéria, publicada no dia 27 de junho de 2017, Leal Junior (2017) evidencia o tema “Banhistas solicitam instalação de banheiros em praias miracemenses”. Nesta matéria o jornalista cita a temporada de praia predominante na cidade nessa época do ano citando várias opções de lazer para banhistas de praia de rio doce, Praia Mirassol (dentro da cidade) e

Praias Paredão e Funil (cerca de 30 minutos fora da cidade). O jornalista enfatiza um problema nesses locais de lazer, a falta de banheiros sanitários, ocasionando um mal cheiro insuportável, pois as pessoas são obrigadas a fazerem suas necessidades fisiológicas no mato ou dentro da água.

Em outra matéria, publicada em 19 de julho de 2017, Leal Junior (2017) enfatiza o tema “Com natureza exuberante e de fácil acesso, Praia do Paredão é destino certo de lazer”. Nessa matéria o jornalista comenta sobre a temporada de praia no período das férias, cultura local em diversas cidades do estado do Tocantins.

Nota-se que as matérias ligadas ao Lazer e idosos estão destinadas a uma época do ano denominada “Época férias e de praia”, nesse levantamento documental não foram constatados nenhuma matéria de Lazer fora desse período entre junho e julho nos anos de 2017 e 2018 pesquisados, os demais sites visitados não continham matérias relacionadas ao Idoso e Lazer.

Quanto aos espaços e equipamentos de Lazer do município de Miracema do Tocantins, foi utilizada uma ficha de observação de espaços e equipamentos de lazer adaptada e baseada no livro “Espaços e Equipamentos de Lazer em Região Metropolitana” Marcellino *et al.* (2007).

Os resultados sobre os Equipamentos de lazer seguem na tabela I a seguir. Os dados foram coletados entre os dias 29 e 30 de novembro de 2018, foram observados nove espaços de Lazer em turnos distintos.

TABELA 1: Registro dos equipamentos disponíveis no município de Miracema do Tocantins						
Equipamentos de lazer	Descrição do Espaço	Uso Adaptado. Adaptações já feitas. Adaptações que podem ser feitas	Depredações	Riscos	Profissionais existentes no local. Profissionais que deveriam estar no local	Outras observações
Associação Ação Social Jesus de Nazaré	O espaço localizado na região central em frente à catedral da cidade contém espaço amplo para atividades de integração com todas as faixas etárias, bebedouro, banheiro masculino e feminino.	Nesse espaço acontece o projeto de integração social “Dom João” que contempla 200 pessoas de todas as faixas etárias, os idosos que frequentam são do público feminino.	Não foram constatadas depredações no material e nem em instalações no local.	Não foi constatado riscos neste local.	Todas terças e quintas feiras acontece a atividade de Zumba ministrada por profissional de Educação Física vinculado à Prefeitura, destinada às idosas que frequentam esse local.	Além das práticas de lazer citadas, o espaço é reservado às religiosidades característica do local.
Casa do Idoso Pedro Pires de Castro	Fundado em agosto de 2009 o local está localizado na chácara Dona Jota no setor Mustafá Bucar. Contém espaço amplo e arborizado, dois quartos para descanso, área de jogos, banheiros, cozinha adequada com refeitório e escritório da administração.	Há visitas do Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculo do Idoso (SCFV). Três vezes na semana os profissionais vão ministrar atividades ligadas ao lazer e encontrar com os idosos. Esses profissionais vinculados à prefeitura realizam oficinas, palestras, danças, capoeiras e jogos para os idosos.	Não foram constatadas depredações no material e nem em instalações no local.	Não foi constatado riscos neste local.	Há 15 funcionários incluindo guardas motoristas, orientadora pedagógica, fisioterapeuta, facilitadores, monitores, cozinheira, profissionais de Educação Física e auxiliar de serviços gerais, todos vinculados à Prefeitura Municipal.	O local funciona das 8 horas às 16 horas e está disponível para receber os idosos todas terças, quartas e quintas feiras. A prefeitura disponibiliza um ônibus para buscar e levar os idosos que necessitam de transporte.
Praça Esportiva	Inaugurada em dezembro de 2012, a praça é localizada no setor Universitário, ligada à rodovia	O calçamento e os equipamentos de ginástica e musculação são destinados para pessoas de diversas faixas etárias	Foram encontradas pichações no quiosque destinado à	Alguns riscos encontrados como a falta de iluminação adequada,	Não há profissionais destinados ao lazer de idoso no local. O ideal se tivesse vários	Este local contém vários aspectos positivos para prática de lazer para idosos, principalmente

Adriano Milhomem Pereira	estadual. Contém uma quadra de areia, aparelhos fixos e móveis para ginástica e musculação em dois pontos distintos, parquinho com alguns aparelhos para crianças, calçamento com amplo espaço.	e gênero. As práticas frequentes são a caminhada e a corrida. A quadra de areia é frequentada pelos jovens para realização de práticas esportivas. Há, também, um parquinho para as crianças com balanços e escorregador.	alimentação dos praticantes. Não foram encontrados materiais para a prática do lazer.	alguns buracos nas calçadas tornando acidental para os praticantes de corrida, caminhada, crianças e demais espectadores e transeuntes.	profissionais, animadores socioculturais do lazer, pois o espaço é diversificado entre as faixas etárias e tem o potencial físico para prática de várias atividades de lazer.	no período matutino, pois no período vespertino ocorrem altas temperaturas na cidade e no período noturno não há iluminação adequada. Se faz necessário um profissional adequado para orientar os idosos nas práticas de lazer.
Praça Decrocy Moraes	Localizada na região central da cidade, a praça não contém placa de inauguração. E se apresenta como um ambiente de negócios e informações intelectuais.	Tendas para alimentação, bancas de revistas, vendedores ambulantes, materiais para práticas de lazer intelectual.	Não há placa de inauguração, lixeiras entrançadas e enferrujadas e furadas.	Não há iluminação no local, há lixos expostos em alguns pontos da calçada. No período noturno há riscos para os espectadores e transeuntes devido a falta de iluminação.	Não há profissionais destinados ao lazer de idoso no local. O ideal seria ter profissionais destinados a ministrar palestras e debates sobre assuntos importantes para o idoso como prevenção à saúde, educação, cultura, esporte e política.	Contém 8 quiosques de alimentação; 2 pontos de taxistas, 2 bancas de jornais. É um ambiente arborizado com 20 bancos de cimento espalhados em torno da praça.
Praça Diogo Jardim	Localizada no centro histórico da cidade a praça contém várias árvores e 30 assentos de cimento em vários pontos, além de uma quadra para práticas esportivas.	Adaptações sugeridas para as instalações: Reforma no piso da quadra, nas grades, nas redes do gol e no calçamento. Os assentos estavam sendo pintado.	Depredações nas grades da quadra, no piso das calçadas e na pintura.	Não há iluminação no local, várias irregularidades nas calçadas, o piso da quadra está irregular, as grades da quadra estão depredadas, apresentando risco para os	Não há profissionais de lazer no local. No local poderia conter profissionais para ministrar atividades recreativas, culturais e esportivas na quadra para todas as faixas etárias.	O espaço é pouco frequentado por idosos, devido à falta de incentivo de profissionais ligados ao lazer. A quadra é utilizada por jovens, mas está em situações inadequadas e sem profissionais para ministrar

				jovens praticantes, espectadores e transeuntes.		atividades a esses grupos.
Praça Mãe Dómingos	A praça inaugurada em agosto de 2011, localizada no setor <i>Flamboyant II</i> , contém jardins arborizados, 20 assentos de cimento, 3 quiosques de alimentação, uma quadra de areia e aparelhos fixos para práticas de exercício físico.	Os quiosques contém instalações de tendas em espaços da praça para os consumidores sentarem, conversarem e alimentarem-se. As instalações estavam sendo pintadas. Não foi encontrado nenhum material de lazer.	Não foi registrado nenhuma depredação no local.	Há algumas inadequações nos pisos das calçadas (rachaduras e buracos), colocando em risco praticantes, espectadores e transeuntes. A iluminação está adequada.	Não há profissionais de lazer no local. Como é um lugar destinado à alimentação poderia haver profissionais que organizam uma agenda de eventos culturais sendo: peças teatrais, shows e demais eventos.	A praça é conhecida como o centro de alimentação da cidade, várias pessoas de diferentes faixas etárias se encontram para alimentar-se. No período noturno o local é muito frequentado.
Praça Manduca Teixeira	Localizada no setor Canaã em frente à Avenida Tocantins. Contém 4 jardins arborizados, 18 assentos de cimento, contemplada com a Academia de Saúde, banheiro e água encanada.	Em julho de 2016 foi inaugurada a Academia da Saúde Professor José Carlos Pereira, contendo barras fixas de exercícios físicos, iluminação e espaço para aulas de movimentos da cultura corporal de movimento.	Depredações em instalações assentos de cimento danificados, lâmpadas furtadas, lixo jogado por volta das calçadas.	Não há iluminação no local, há lixos por volta das calçadas assim colocando em risco os praticantes, espectadores e transeuntes do local, principalmente no período noturno.	Há um profissional de Educação Física, que ministra atividades de Ginástica laboral aos idosos no período matutino. Não identificamos o vínculo do profissional com o poder público municipal.	As atividades de lazer são praticadas pela população no período noturno, pois não iluminação no local
Praça Mariano De Holanda Cavalcante	Inaugurada em agosto de 1988 e revitalizada recentemente. Possui espaço amplo com calçadas em estado adequado, iluminações adequadas, jardins	Em agosto de 2016 foi inaugurada a Academia da Saúde, contendo um espaço para aulas de movimentos da cultura corporal de movimento, uma casa para guardar	Não foi registrado nenhuma depredação no local. Material de lazer organizado adequado	Não foi constatado riscos neste local.	Há um profissional de Educação Física que ministra atividades de ginástica laboral aos adultos no período noturno. Não	A praça mantém em estado adequado para a prática de lazer, iluminação adequada, equipamentos e materiais em estado adequado de uso, o local é

	arborizados, pista de <i>skate</i> , lanchonete, quadra de areia, aparelhos fixos para prática de exercícios físicos.	materiais de lazer, banheiros, barras fixas de exercícios físicos. Havia necessidade de adaptação de gols e redes e uma tela para quadra de areia.	para prática.		identificamos o vínculo do profissional com o poder público municipal.	frequentado por várias pessoas de diferentes faixas etárias, há diversos ambientes de lazer.
Praça Pedro Praxedes	Inaugurada em novembro de 1989, a praça é situada no Ponto de Apoio, local às margens do Rio Tocantins, costuma ser frequentada por jovens nos finais de semana no período noturno, passou por revitalização e encontra em estado adequado para prática de atividades ligadas ao lazer.	Ao lado da praça existe um quiosque contendo ambiente para lanchonete com banheiros. Neste local acontecem eventos culturais anualmente.	Não foi registrado nenhuma depredação no local.	Não foi constatado riscos neste local.	Não há profissionais de lazer no local. Na praça poderia conter profissionais para administrar atividades recreativas, culturais para todas as faixas etárias.	A praça mantém em estado adequado para a prática de lazer, iluminação adequada, equipamentos e materiais em estado adequado de uso, o local é frequentado por várias pessoas de diferentes faixas etárias, nos finais de semana costumam ser frequentados por jovens depois de eventos festivos.

Fonte: Adaptada pelo autor.

Na Tabela I demonstramos aspectos importantes que evidenciam a realidade dos espaços e equipamentos de Lazer na cidade de Miracema do Tocantins/TO. A tabela contém nove espaços denominados como Equipamentos de Lazer, sendo sete Praças Públicas e dois Centros de encontro para Idosos (Associação religiosa e Casa do Idoso).

Os resultados referem-se acerca do preenchimento de quesitos contidos na ficha de observação, tais como: adaptação em instalações e materiais de lazer; depredações, riscos aos praticantes, telespectadores e transeuntes, e a existência de profissionais do lazer nesses locais.

Quanto a adaptação em instalações e materiais de lazer, dois locais são beneficiados por atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do Idoso (SCFV), três são ambientes adaptados ao espaço de alimentação, comunicação e informação ligada ao lazer

intelectual, outros dois locais são beneficiados pelas Academias da Saúde e os dois últimos são espaços adaptados ligados às práticas esportivas.

Em síntese, quatro praças públicas são vítimas de vândalos, há lixos nas calçadas e falta de iluminação por mau uso ou furto. Cinco praças públicas oferecem riscos aos praticantes, telespectadores e transeuntes, provenientes das inadequações de calçadas, lixos por volta e falta de iluminação que para os visitantes e praticantes, durante o período noturno os riscos são elevados. Verificou-se que 75% dos equipamentos de lazer da cidade foram identificados com falta de iluminação, calçamento irregular e falta de profissionais adequados nesses espaços e cinco espaços não contam com atividades ministradas por profissionais associados ao Lazer.

5. Considerações do processo

Partindo dos resultados de pesquisa pode-se afirmar que o poder público pouco investe em Lazer de Idosos no país, principalmente no âmbito municipal, enfatizando argumentos citados pelo autor Starepravo *et al.* (2018) que afirma em sua obra a não existência de Políticas Públicas de Lazer em todas as esferas de governo. Seguindo as ideias dos autores o que se vê em convergência com os resultados da cidade de Miracema do Tocantins em relação aos projetos da cidade são ações isoladas, de forma fragmentada sem agendas organizacionais, planejadas e frequentes.

Desta forma, surge a preocupação para as perspectivas de pesquisas de lazer enquanto o não incentivo do lazer pelo poder público em forma de promoção social e de saúde aos idosos citados no inciso § 3º do Art. 217º (BRASIL, 1988).

Em busca de discussões e debates sobre a preocupação com o tema, Marcellino (2000) traçava objetivos e desafios às políticas de lazer para terceira idade, segundo o autor desde o início do século XXI, havia muito a ser feito para que os idosos tornassem uma faixa etária privilegiada, primeiro a busca de reivindicação de seus próprios direitos sociais, e em segundo, os idosos não poderiam ficar na dependência de programas

assistenciais, a proposta sugerida foi uma integração com as demais idades. Partindo desse pressuposto o texto de Alves de Moura e De Souza (2002) faz uma proposição associada a quatro aspectos envolvidos com o processo de envelhecimento, são eles: autoimagem, socialização, tempo livre e lazer, neste texto corroborando com as ideias de Marcellino (2000).

Para Alves de Moura e De Souza (2002) a socialização na velhice, é um desafio por duas razões: primeiro, porque são inevitáveis as mudanças em suas relações sociais ao adentrar a velhice, com consequências por vezes negativas à sua autoimagem e saúde em geral; a segunda diz respeito à forçosa crença de que o idoso se tornará uma pessoa “nova” somente se ingressar em grupos específicos para sua faixa etária, considerados por muitos como a única saída para a velhice com problemas de socialização.

A partir das informações registradas documentalmente, foi evidenciado que a realidade do Lazer para Idosos na cidade de Miracema do Tocantins precisa ser revista, planejada e ampliada. As Políticas Públicas municipais de Lazer são inexistentes e os espaços e equipamentos de Lazer não atendem integralmente a comunidade e principalmente a faixa etária dos idosos, opção feita por este trabalho. Embora exista um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do Idoso (SCFV) específico a faixa etária, poucos espaços de lazer no município se encontram em condições regulares. Sendo assim, são escassas, irregulares e pouco frequentes as práticas de Lazer pelos idosos, necessita-se de ampliação de Projetos e Políticas de Lazer para Idosos na cidade de Miracema do Tocantins.

Referencias

- ALVES DE MOURA, GISELLE; DE SOUZA, Luciana Karine. Autoimagem, socialização, tempo livre e lazer: quatro desafios à velhice. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 1, 2012.
- BARBOSA, Felipe Soligo; CAMPAGNA, Jossett. A animação sociocultural e o segmento idoso: reflexões e sugestões. **Lazer e recreação: repertório de atividades por fases da vida**. Campinas: Papyrus, p. 147-185, 2006.

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de maio 2018.

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 24 de maio 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em: 23 de maio 2018.

LEAL JUNIOR. Site de notícias. Disponível em: <http://www.lealjunior.com.br/Noticias/Miracema/Scfv-do-idoso-realiza-atividade-recreativa-na-praia-mirassol/>. Acesso em: 30 de Novembro de 2018.

_____. Disponível em: <http://www.lealjunior.com.br/Noticias/Miracema/-com-natureza-exuberante-e-de-facil-acesso-praia-do-paredao-e-destino-certo-de-lazer/>. Acesso em: 30 de Novembro de 2018.

_____. Disponível em: <http://www.lealjunior.com.br/Noticias/Miracema/Banhistas-solicitam-instalacao-de-banheiros-em-praias-miracemenses/>. Acesso em: 30 de Novembro de 2018.

_____. Disponível em: <http://www.lealjunior.com.br/Noticias/Miracema/Colonia-de-ferias-alegra-idosos-adolescentes-e-criancas/>. Acesso em: 30 de Novembro de 2018.

MARCELLINO, N. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed., ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, N. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC-Região Metropolitana de Campinas**. 2010.

_____. **Estudos do lazer**. Autores associados, 2ª ed. Campinas, SP, 2007.

_____. **Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia. Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1992.

MIRACEMA, Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins. Disponível em: <http://miracema.to.gov.br/>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

STAREPRAVO, Fernando Augusto et al. Programa Esporte e Lazer da Cidade: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram?. **Lazer e esporte no século XXI: novidades no horizonte?** Curitiba. Intersaberes, p.125.2018.

TEIXEIRA Solange Maria. Lazer e tempo livre na “terceira idade”. **Revista Kairós**. São Paulo, 10(2), p. 169-188. Dez. 2007.

Dasipê - a festa cultural do povo Akwê-Xerente: o olhar dos estudos do lazer

Khellen Cristina Pires Correia Soares

1. Introdução

Este trabalho é um recorte da minha tese de doutorado que provocou a aproximação entre o campo de estudos do lazer e a antropologia, com o desafio de investigar o modo de vida indígena, mais especificamente o modo de vida do povo Akwê-Xerente. O desafio de pensar outras culturas, pensar a diversidade, vai além do reconhecimento do outro. Significa, sobretudo, pensar a relação entre eu e o outro, uma vez que a diversidade, em todas as suas manifestações, é inerente à condição humana: somos atores sociais, históricos e culturais e, por isso, diferentes. Este processo não significa negar as semelhanças, entretanto a existência de pontos comuns entre os diferentes grupos humanos não pode conduzir a uma interpretação da experiência humana como algo invariável.

Adentrei o Território Xerente levando comigo os seguintes questionamentos: Quais as práticas culturais se revelam como modo de vida e de constituição da alteridade Akwê-Xerente? Como vivem? Em que acreditam? Como brincam? O que jogam? Trabalham? Em que tempo isso acontece? Levei comigo para além destas indagações, uma angústia com relação ao quanto as sociedades urbanas se encontram desapossadas de uma das suas dimensões fundamentais: a temporalidade. Baptista (2014, p. 96) reflete sobre essa situação:

Quando em raras ocasiões da vida os indivíduos se veem confrontados com a escassez da sua própria temporalidade, quando momentaneamente se reconhecem como detentores de uma temporalidade limitada, é o todo este modo de organização do seu próprio tempo que lhes surge como problemático e sem sentido. Experiência fugaz esta, a do confronto do sujeito com a própria temporalidade, que o modo de organização econômico e cultural das nossas sociedades procura de imediato velar.

A tarefa de traçar os caminhos metodológicos deste estudo nos reporta para a análise de que como fenômeno moderno, o lazer privilegia abordagens centradas e significadas no contexto urbano. As pesquisas neste campo se concentram em revelar as diversas possibilidades de aprofundamento das relações entre o lazer e a modernidade. Caminhando por outras trilhas e caminhos percorridos por diferentes pessoas e grupos sociais, fomos ao encontro das experiências cotidianas e modos de viver das populações tradicionais. Trazemos uma inspiração antropológica para esta pesquisa, partindo da ideia de Ingold (2015) da possibilidade de investigar constantemente e disciplinadamente as condições e os potenciais da vida humana; compreender o ser humano como produtor de suas vidas e como, nesta produção, estes seres humanos criam história, e se identificam neste processo de habitar o mundo.

Como ponto de partida na busca por identificar trabalhos nas áreas do lazer, da educação física e da antropologia que versam sobre a relação povos indígenas e práticas corporais, corporalidade, esporte, identidade e corpo realizamos uma revisão bibliográfica. Analisamos também publicações que apresentam o que o campo de Estudos do Lazer nomeia como lazer e ainda as produções acerca do povo Akwê-Xerente, buscando conhecer e identificar especificidades deste povo e ainda trabalhos que trouxessem conhecimentos acerca das práticas culturais Akwê-Xerente.

Em uma perspectiva etnográfica foram realizados estudos empíricos. Buscamos identificar, descrever e refletir por meio de um “olhar de perto e de dentro” como proposto por Magnani (2002), o modo de vida das pessoas em seus contextos sociais, revelando como relacionam e significam a

temporalidade e o território da aldeia e suas relações com o trabalho, lazer e cultura.

o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (MAGNANI, 2002, p. 17).

Dentre as 71 aldeias do território indígena Akwẽ-Xerente focamos a aldeia Salto (Kripé) para desenvolver este estudo. A aldeia Salto tem na atualidade 106 famílias, totalizando mais de 400 habitantes, sendo a maior aldeia Akwẽ-Xerente. Nesta aldeia há um esforço por manter as práticas culturais vivas, e uma das estratégias é a realização anual da festa tradicional, chamada Dasipê.

A aldeia Salto é um espaço e um território com um modo de vida específico, com uma organização social, econômica, política e cultural que define o pertencimento deste povo no seu espaço, bem como definem a sua territorialidade. E neste lugar, a conexão entre espaço-tempo é primordial para o entendimento do conceito e da formação do habitar Akwẽ-Xerente, pois mesmo sendo diferentes, tempo e território estão conectados.

Em seus estudos Santos (1996) destaca que a concepção de tempo e espaço coexistem. Entendo que na aldeia Salto tempo e território estão em movimento e acontecem em um processo recíproco e de forma simultânea. Todos os aspectos que envolvem o habitar Akwẽ-Xerente fazem parte de suas territorialidades e temporalidades, quero dizer que a natureza, a cultura, as organizações política, social e econômica constituem esses processos. Na forma de habitar deste povo indígena específico há uma ação do tempo no território e, de forma simultânea, uma ação do território no tempo.

A natureza, a cultura, as organizações política, social e econômica determinam, assim, territorialidades e temporalidades do povo Akwẽ-

Xerente. Pude observar que neste território a conversa flui sem pressa, não há uma urgência em sair daqui para chegar ali no horário marcado ou a sensação de medo do trânsito atrapalhar os horários estabelecidos. A minha observação, a princípio, me permite a sensação de que os minutos neste lugar parecem ser maiores, mas o convívio com o povo Akwê-Xerente me faz afirmar que a forma como habitam o seu território traz um vínculo com a temporalidade que marca suas relações.

2. Práticas Culturais do Povo Akwê-Xerente

A forma de habitar do povo Akwê-Xerente traz possibilidades de aproximação entre o tempo de obrigação e o tempo de lazer, que são muito bem descritas pelo Ancião, quando ele diz que se juntam os parentes para ir fazer um mutirão na roça, e que neste lugar já cortavam a tora de buriti para poder fazer a corrida de tora, que brincavam no caminho de corrida de flecha e que as moças brincavam de pega- pega.

Neste modo de viver há uma carga histórica de relação e comprometimento com o meio em que vivem bem com o lugar o qual residem e de onde tentam retirar recursos naturais de forma inteligente para a manutenção das futuras gerações. Conclui-se que a territorialidade constitui-se na forma como este povo se comunica com as formas de vida que lhe rodeiam e estas relações consolidam a consciência de pertencimento a este lugar, à aldeia Salto, ao Território Indígena Xerente.

Perpassa por esse modo de vida, por essa forma habitar do povo Akwê-Xerente, a noção de sustentabilidade ecológica e cultural, estabelecida por Sachs (1993). Para o autor essa noção considera que sustentabilidade ecológica é a possibilidade de propor novas formas de relacionamento entre o consumo humano e os recursos naturais, sendo que a sustentabilidade cultural é a possibilidade de valorização de formas diversas de relação entre ser humano, natureza e diversidades culturais, mediada pela etnociência. Nos estudos de Bahia e Sampaio (2005) há indicação de aprofundamento neste caminho, de uma necessidade da

atualidade de viver e compreender as relações e do estabelecimento de um novo paradigma sobre as questões do meio ambiente:

A problemática ambiental, mais que uma crise ambiental, é um questionamento do pensamento e do entendimento sobre os valores vividos na atualidade e as relações estabelecidas na sociedade capitalista no que se refere à busca de um desenvolvimento pautado na lógica da dominação da natureza e dos recursos naturais (BAHIA; SAMPAIO, 2005, p. 161).

A sociedade não indígena, por conta das demandas estabelecidas por sua forma de viver, de produzir e consumir estabelece um modo de habitar diferente dos povos indígenas, enquanto para a primeira há uma necessidade humana de dominação da natureza e dos recursos naturais; para a segunda, é necessária uma possibilidade de comunhão e unidade entre homem, natureza e recursos naturais.

A divisão entre o ambiente humano e o contexto dos demais seres que habitam o mundo, estabelecida como a priori da própria antropologia, se desfaz na perspectiva de Ingold. A concepção semiótica da cultura como um sistema simbólico e uma teia de significados, tecida pelos próprios humanos e que os mantém suspensos num espaço imaginário que paira sobre o mundo natural dos objetos e organismos biológicos, perde sua consistência e plausibilidade no horizonte de uma antropologia dos materiais. [...] não se trata de apropriar-se do ambiente pela mediação da cultura, incorporando-o na nossa teia de significados humanos, mas de reconhecer a singularidade das perspectivas dos diversos organismos no seu habitar o mundo [...] Ingold vai postular uma simetria absoluta (STEIL; CARVALHO, 2012, pp. 43-44).

Pensar sobre territorialidade, alteridade e temporalidade permite dizer da relação “invisível” do habitar do povo Akwê-Xerente, que se consolida para além da materialidade que conseguimos tocar, observar ou descrever; consolida-se na cosmologia das histórias sobre a origem, das lembranças do corpo vivido, dos sentimentos e emoções vinculados às paisagens daquele lugar específico. São habitantes que vivem na terra e não sobre ela (INGOLD, 2015). Desta maneira, este estudo diz da

territorialidade, alteridade, temporalidade e sustentabilidade de vínculos materiais e imateriais que a cosmologia Akwẽ-Xerente é capaz de revelar.

A prática cultural é tudo que está relacionado com a nossa cultura. Dentre essas atividades culturais, nós temos as divisões, as fragmentações, posso dizer assim, como a prática cultural de nomeação, de cântico, mas nós temos também a prática de atividade que tá relacionada ao físico, ao bem estar da pessoa. Corrida de tora, corrida de flecha e também corrida livre e corrida de resistência. Temos as brincadeiras no rio, na água, no ribeirão, às vezes a gente brinca até de imitando os animais, um correndo atrás do outro, tentando pegar, então tudo isso a gente conta como atividade de lazer e ao mesmo tempo diversão, não é competição (Cacique Valci Siña).

Ao definir as práticas culturais do povo Akwẽ-Xerente, o cacique instiga-me a refletir acerca da aproximação com o campo de estudos do lazer. Neste sentido, faço um exercício e questiono quais seriam meus primeiros pensamentos acerca do que venha a ser o fenômeno lazer em minha vida, especificamente.

Procuro palavras que possam representar o lazer para mim e logo surgem: liberdade, autonomia, sensações, prazeres, individualidade, natureza, direito, harmonia, interações, diversidade, diversão e tantas outras que poderia aqui elencar que iriam revelar um pouco do meu pensamento acerca do lazer. O meu pensamento que foi construído a partir da minha história com o mundo, dos saberes que foram criados ao longo das minhas relações com a natureza e com as pessoas, com o imaginário e com o real, com a materialidade e com a imaterialidade, com a individualidade e com a coletividade, com os prazeres e desprazeres, com o local e o global, enfim, o meu habitar no mundo.

Em uma sociedade em que o pensamento científico muitas vezes se sobrepõe aos saberes tradicionais e alguns fenômenos e/ou conceitos são determinados a partir de uma única realidade é, no mínimo, interessante trazer experiências de habitar o mundo que não necessariamente necessitam de todo um aparato científico para respirar e sobreviver.

Alguns poderiam questionar, mas como trazer os Estudos do Lazer para o território indígena? Como pensar o fenômeno Lazer para além dos muros delimitados da sociedade urbana e industrial? Indígenas têm Lazer? Ou ainda, outros interpelariam: sendo o lazer um direito garantido na Constituição de 1988, por que não pensar nos indígenas? Os modos de habitar o mundo indígena trazem saberes para o campo de estudos do lazer?

Apresento as práticas culturais do povo Akwẽ-Xerente que entendo ter relação alteritária com o campo dos estudos do lazer, a partir da análise de Levi-Strauss (1962), para o qual se o ponto ideal da diversidade é condição permanente do desenvolvimento da humanidade, podemos estar certos de que dessemelhanças entre sociedades e grupos não desaparecem, senão para se constituir em outros planos. Assim, neste *continuum* de dessemelhanças, as práticas culturais do povo Akwẽ-Xerente provocam semelhanças ao aproximarem-se do entendimento do lazer como prática social complexa e dimensão da cultura e ainda como atitude/experiência subjetiva.

A seguir, utilizando a lente do lazer, indico como se revela a dinâmica da vida cotidiana do Akwẽ-Xerente da aldeia Salto, a partir da organização de seus tempos e práticas culturais de lazer. Apresento a Festa Cultural – Dasipê e a corrida de tora; a Festa de Aniversário da Aldeia e o Futebol; a cidade no circuito de lazer deste povo e, por fim, o uso das tecnologias como práticas de lazer. As práticas culturais do povo Akwẽ-Xerente que se aproximam dos estudos do lazer são chamadas, neste estudo, de práticas culturais de lazer do povo Akwẽ-Xerente.

Dasipê - a festa cultural da aldeia salto e a corrida de tora

É assim, na cultura que junta, primeiro é a união do povo para criar dentro da cultura uma roda de conversa da comunidade e do cacique, e aí já cria como planejar para poder levantar aquela festa. A comunidade mesmo que junta, é os anciãos, para colocar o nome das crianças, dos meninos, das meninas, das mulheres. Os anciãos explicam, trocam ideia com os outros anciãos, dá sua

palavra para ver se dá certo com os outros anciãos, e vai fazer discurso, porque os outros anciãos só conversam assim com discurso, se o que tá discursando, o de lá responde se tá certo ou não, se é pra fazer aquilo ou não. Então, o discurso dos anciãos ajuda a comunidade, não só a comunidade, a mulher, os jovens, as crianças, todo mundo fica ali unido para poder ouvir os anciãos e resolver sobre a festa (Adulta 3).

O povo Akwê-Xerente tem como prática tradicional a realização da festa cultural, um evento que acontece ao longo de vários dias, podendo ser uma semana, quinze dias ou mesmo um mês de festa. A organização deste evento fica a cargo dos anciãos, do cacique e de toda a comunidade, que se envolve desde o planejamento até a execução. Assim, é pensada uma programação diversificada que objetiva proporcionar a vivência das várias práticas culturais de lazer específicas da cultura deste povo.

Todos os indígenas da aldeia se pintam de acordo com o seu clã e, ao longo dos dias de festa, são organizadas: cerimônia de nomeação, corrida de tora, corrida de taquara, corrida de resistência, cabo de força, danças da cultura, momentos dos cantos e dos discursos dos anciãos (warã, que são importantes para a compreensão maior da cultura). Nos dias de festa, a comunidade organiza o berarubu e também assa peixe e come com farinha.

O que é sempre da cultura nossa, nois não deixa né? Nossa cultura é permanente, se a gente deixar a cultura a gente esquece, que é o idioma, é o alimento, que nem todo ano a gente faz a festa dos indígenas, aí vai correr com tora, é assim, todo ano nois tem, nois não esquece da nossa festa, porque põe nome nas crianças, porque todas as crianças que não tem osso repete o nome de novo e é assim. Nois sai cantando, de casa em casa, tem vez que ela dura um mês (Idoso 1).

A aldeia Salto não estava realizando o Dasipê, nome da festa cultural, que significa encontro. Foi então que, ao assumir a direção da escola da aldeia, Valci Siña, hoje o atual cacique, apresentou para o cacique da época, seu Valdir, a ideia de realizar no mês de julho a festa cultural. No ano de recomeço, a festa durou uma semana e, ao longo dos seis anos seguintes,

os indígenas foram aprimorando e aumentando os dias de festa, pois a comunidade da aldeia Salto a considera muito importante. Vale destacar que no ano de 2016 não houve festa, pois houve falecimento de pessoas da aldeia e, de acordo com a cultura Akwê-Xerente, nessas situações não pode haver atividade festiva, comemoração ou jogo, em demonstração de luto.

Todo ano aqui faz a festa de indígena, esse ano que vem, mês de julho, vai ter a festa, corrida, agora vai ter um mês, esse ano que vai passar agora, era para passar um mês, aí uma senhora faleceu, que era nossa prima. Agora ano que vem, se Deus quiser, tem que fazer a festa pelo menos um mês (Idosa).

Fortalece nossa cultura, tem a corrida de tora, tem o batismo de nome das crianças, tem outro também, pintura, a pessoa se pintar, o adulto e a criança (Adulto 2).

É um fortalecimento para o jovem, eles praticam, porque você já viu, ali no pátio, a noite tem história, eu já fiquei até duas horas da madrugada, só pra observar quais são os jovens que estavam lá, porque lá tem o ensinamento dos ancião e lá eles tão se fortalecendo, aprendendo mais, tipo uma aula, pra nós é uma aula, mas é uma aula só oral, aquilo que fica também fortalecendo os jovens e as jovens, né? (Professora 1).

O Dasipê da aldeia Salto acontece há mais de seis anos, com o envolvimento de toda a aldeia e, por vezes, recebe algum pequeno apoio de instituições públicas ou privadas, mas o recebimento ou não deste apoio não determina a realização da festa cultural, visto que a comunidade, de qualquer forma, se organiza para tal realização. Estou destacando esse fato, pois considero relevante este dado, diferente de outras aldeias do território Akwê-Xerente, a aldeia Salto se organiza e realiza anualmente uma festa, garantindo tempos e espaços para que sejam revisitadas e fortalecidas as práticas culturais de lazer específicas da cultura Akwê-Xerente, como diria Sahlins (1997), em um processo de intensificação cultural.

Este momento de vivências das práticas culturais de lazer específicas do povo é esperado por todos os indígenas do território Akwê-Xerente, pois como confirmam as falas mencionadas, o Dasipê traz momentos para a vivência das práticas culturais que são marcadamente deste povo, sendo reconhecido, também, como um movimento de resistência e reafirmação

da cultura. Os indígenas das aldeias vizinhas deslocam-se para a aldeia Salto para viver um pouco destas experiências em um tempo pré-definido, a partir das identidades cosmológicas, como também do calendário deste povo:

O lazer, que permite romper com papéis quotidianos, implica a aprendizagem das horas vagas. Convinha, portanto, prestar atenção à codificação destes usos, aos sinais de distinção, de promoção, ou de simples distração que os ordena, demorar-nos, nomeadamente, no que rege as maneiras de ser simultaneamente espectadores e objetos de espetáculo, no jogo complexo da representação social que constitui o divertimento coletivo (CORBIN, 2001, p. 203).

Analisar esse momento de ludicidade coletiva, de diversão entre os parentes Akwẽ-Xerente, é identificar as práticas culturais de lazer que trazem na sua produção atitudes/experiências subjetivas de uma cultura que se revela na atualidade e se afirma enquanto prática social.

Eles se apresentam, uns chegam assim de outra aldeia e se apresentam, a gente fica assim muito satisfeito, a gente recebe com muito carinho, muito amor. Nas festas a gente inventa uma coisa, faz uma comida, assa um peixe, uma carne moquiada¹, aí nós levamos lá para casa onde eles fazem uma barraca, cada pessoa chega com um cofo² de alguma coisa, um beiju, um berarubu, pra comer, é assim que nós fazemos a festa (Idosa 1).

Eu ia, dançava, pulava, às vezes passava a noite separada e os homens que ficam cantando pra cá, são os homens, depois se chamava mulher pra poder fazer a dança. (Anciã)

Dançar, acho que dançar, a corrida de tora, e outras coisas também que a gente faz na festa tão importante (Estudante 2 - jovem).

Ficam marcadas, a partir deste estudo, as práticas culturais de lazer específicas do povo Akwẽ-Xerente, como a corrida de tora, borduna, arco e flecha, cabo de força, contação de histórias, nomeação das crianças,

¹ Moquear significa secar a carne sobre uma grade para sua melhor conservação; passar a carne pelo fogo. O ato de moquear é muito usado pelos indígenas.

² Cofo é uma bolsa feita de palha de buriti, artesanato típico da cultura Akwẽ-Xerente.

danças, o envolvimento do grupo na organização das comidas tradicionais para o Dasipê e a festa do aniversário da aldeia, comemorado a partir de 2017. E, dentre todas as atividades citadas, a corrida de tora é a que mais marca a identidade do povo Akwê-Xerente.

A corrida é considerada a competição esportiva mais importante para o o Akwê e costuma ser realizada ao final das celebrações, rituais como festa de nomeação e Dasipê. A importância da representação dessa competição é também a formação dos grupos com suas pinturas adequadas e, principalmente, o valor que o povo costuma dar à competição. São corredores de dois partidos (clãs), com suas pinturas e ornamentações. Em volta, toda a comunidade Akwê torcendo do começo ao fim da corrida. Assim como a competição, a preparação para a corrida é igualmente importante, começando dias antes com o corte das toras sob a vigilância dos anciãos. A corrida é uma festa a parte. Enquanto os partidos se reúnem, os anciãos preparam as toras que precisam ficar com o mesmo peso e são preparadas no mato, distante da aldeia [...] Todos esperam no pátio a chegada dos corredores, que correm até 15 km, sendo incentivados e aplaudidos pela comunidade. Cada grupo tem seus torcedores. No final, os partidos reunidos dão as mãos com os velhos, formando um círculo com as duas toras ao meio, e cantam a cantiga da tora grande. (BARROSO, 2009, p. 48-49)

Esta prática cultural de lazer é reconhecida pelo grupo como a que mais lhes representa, revelando um evidente processo de pertencimento e alteridade:

É a corrida de tora principalmente, a corrida de tora é a nossa tradição, da corrida de tora grande, isso se tiver uma festa cultural e se o povo Xerente não fizer naquele dia, naquela festa, a festa não tem sentido e não tem significado, né?! E assim pra gente o que prevalece é isso, essa cultura, dessa cultura que a gente vivencia, que é a permanência, e outra também que eu observo dentro do povo Xerente é quando um mais velho ou um ancião ele morre, eles faz uma homenagem no sétimo dia, isso também é uma coisa que marca o povo Xerente, que é uma tradição riquíssima também, que leva em respeito aquela família que perdeu seu ente querido também (Professor 1).

A corrida de tora, ela tem seu momento histórico também, e acho que quando vem uma pessoa de longe, que seja importante, uma autoridade maior, assim o povo Xerente se organiza, dependendo em que parte ele está, e prepara essa

festa para a pessoa ver que a cultura é viva e a corrida de tora é o que prevalece mais pra gente. E a corrida de tora, que eu estou falando, sem ela não tem sentido a festa hoje para o povo Xerente, tem que ter pra ela validar a festa (Adulto 1).

Acho que a nossa corrida de tora é o marco principal nosso, a corrida de tora é um dos esportes mais conhecidos no Brasil e também nosso, a corrida de tora, principalmente ela (Estudante 1 - jovem).

O habitar do Akwê-Xerente é revelado por meio da ludicidade que a corrida de tora grande traz para todos os envolvidos, desde os corredores até os anciãos e a comunidade, visto que esta prática cultural de lazer é incentivada e vivenciada por crianças, homens e mulheres que desejam correr com a tora ou ainda pela comunidade, que fica como espectadora e torcedora.

A corrida de tora aparece como uma prática cultural de lazer, uma experiência lúdica que tem garantido o princípio cosmológico e contribui para a construção do processo alteritário deste povo. As falas apresentam a corrida de tora como tradição presente na vida do indígena Akwê-Xerente na atualidade, fortalecendo a permanência do ser índio e dando sentido à festa cultural do povo e ao seu modo de habitar.

Homem, mulher, criança, correm corrida de tora (Estudante 2 - jovem).

Cada um tem suas toras, as mulher tem as suas, os mais pequenos tem suas tora, os mais velhos tem. (Estudante 5 - jovem).

Quando tem evento e quando tem a festa cultural que isso aí acontece (Estudante 3 - jovem).

Dentro do clã da gente, quem faz parte da corrida de tora, a gente tem que torcer pra os demais vir e ganhar também, isso é muito rico pra gente (Adulto 1).

Aqui é dividido, tem aquelas toras pequenas e tem as mais grandes, as pequenas reparte assim nos solteiros contra os casados, é sempre nós que ganhamos, nós casados, os solteiros perdem (Estudante 5 - jovem).

A corrida de tora, certamente, configura-se como um elemento do que Vianna (2008) chama de "esportividade ameríndia". Em um estudo sobre o tema, Costa (2016) apresenta a luta corporal alto-xingua, a

relacionando-a a outras práticas nativas de caráter esportivo e classificando-as como “esportividade ameríndia”. As análises destes autores contribuem para este estudo, quando estabelecem que:

A esportividade ameríndia não deve ser nem reduzida de seu caráter competitivo, pois muitas vezes, é exatamente esse caráter que faz com que determinadas práticas assumam tão elevado prestígio, tampouco entendida somente por seu viés gregário. Não partiremos dessa dicotomia, ao contrário, nossa proposta é mostrar a relação estabelecida entre a esportividade ameríndia e as questões lúdicas e competitivas. O caráter lúdico de algumas atividades não deve ser colocado a fórceps em disputas exacerbadas em tensão como a luta, o Jawari, a corrida de toras (COSTA, 2016, p. 198).

Para entender melhor esse processo de construção e transmissão de práticas culturais e saberes em um grupo social específico, a partir do reconhecimento de todo o povo, desde os anciãos aos mais jovens, aproximamo-nos das ideias de Mauss (2003), que defende que a tradição não se resume ao sentido restrito de técnicas ou gestos repassados pelos mais velhos; mesmo que esse sentido esteja implícito, o que valida a tradição é a aprovação, o reconhecimento dos jovens.



Figura 1: A corrida de tora. Foto: Valci Sinã

Hoje você vê quando você vem aqui na aldeia nos momentos de festa, desde as crianças pequenas até os mais velhos, eles correm, os mais velhos na

verdade eles fazem é organizar, a juventude tem que mostrar que são guerreiros e tem que correr mesmo para praticar que isso é a tradição, é a cultura e o costume da gente. Eu agora sou mais testemunha, assistindo e ajudando a respeitar também o meu clã (Professor 1).

Acho que todas as aldeias, não interfere, quando o futebol nas aldeias indígenas é proibido, o jovem obedece aos mais velhos. É assim, primeiro lugar para eles é o futebol, mas na hora da corrida de tora participa, os jovens aqui mesmo participa, as crianças participa, os mais velhos tem que saber também falar pros jovens, “isso é importante pra nós”, o quê que dentro da cultura é importante é a corrida de tora. (Professor 1).

Desta forma, por meio da análise das entrevistas, é evidente o reconhecimento da corrida de tora como prática cultural de lazer do povo Akwê-Xerente; nas falas dos jovens encontramos elementos que nos permitem acreditar que a juventude mantém um compromisso com a perpetuação desta prática cultural. Ao dizer sobre a possível sobreposição da corrida de tora ao futebol, a corrida destaca-se como elemento cultural, cuja participação é democrática e agrega toda a comunidade:

A corrida de tora e o futebol ganham a centralidade do pátio da aldeia, a primeira quando da realização do Dasipê e o segundo, na vida cotidiana. Ambas as práticas têm lugar de destaque na vida da comunidade: a corrida de tora, com toda a carga histórica de tradição e o futebol, como uma manifestação da modernidade no centro da aldeia. Vianna (2008), ao estudar o povo Xavante, fala sobre a relação entre a corrida de tora e o futebol:

Noutras palavras: a passagem de uma a outra pode não ser exclusivamente um assunto de comparação, mas de colocá-las em posições contíguas na ordem do real. Com efeito, ao estabelecerem semelhanças e diferenças entre futebol e corrida, os xavante têm em mente também outras ideias – e não apenas ideias, mas sentimentos, vontades, disposições e práticas (VIANNA, 2008, p. 211).

Melo (2016, p.100) relata também contribuições para estas análises:

Não limitada pelos tópicos mais abrangentes da política e da economia, a reelaboração sociocultural dos fatos e efeitos do contato está presente no dia-a-dia da vida Xerente. Com efeito, os fatos do contato são reproduzidos e reelaborados nos imponderáveis da vida cotidiana do nativo sem se limitarem às decisões da política levadas a termo pelos líderes. Dentre esses imponderáveis, podem ser mencionados os bens de consumo como bicicletas, fogões, panelas e objetos do gênero que têm sustentado a rede de bens e dádivas construída nas ocasiões de cerimônias fúnebres, nominativas e matrimoniais. A construção das casas de alvenaria na aldeia Salto e o modo Xerente de contextualizar o jogo de futebol foram dois fatos engendrados e agenciados no âmbito do contato que tive oportunidade de analisar.

Tomando a ideia de que cada ser habita o mundo e o organiza à sua maneira particular, busquei um maior aprofundamento nas análises das práticas culturais que se revelam na vida cotidiana do povo Akwẽ-Xerente, especificamente neste trabalho da festa cultural, o Dasipê. Esta prática acontece dentro de um *pedaço* do Território Indígena Xerente, esse *pedaço* é nomeado de aldeia Salto e a este lugar aproximamos os estudos do lazer.

Considerações

Entendo que práticas culturais são corporificadas de acordo com a cosmologia deste povo, desde os rituais de nomeação das crianças, rituais fúnebres, o ensinamento do choro Akwẽ, o ensinamento do discurso, o apadrinhamento das meninas quando nascem, o ritual do casamento Akwẽ, a pintura corporal, o artesanato e, ainda, uma prática que considero muito significativa e foi revelada nas respostas das entrevistas, a língua. Quando se buscava dizer das práticas culturais, muitos se remetiam à língua do povo Akwẽ-Xerente, que é determinante na vida cotidiana deste povo.

Estas práticas culturais deixam emergir uma temporalidade humana de lazer, que denota promover um outro nível de “conhecimento, desenvolvimento e de aproximação do homem de si próprio, na escuta do que

lhe é mais íntimo”, constituindo, desta maneira, uma forma específica de habitar o mundo (BAPTISTA, 2014, p. 96).

As observações, entrevistas e análise do caderno de campo remeteram-me a priorizar a descrição de práticas culturais que refletiam o que é de mais prazeroso para os Akwê-Xerente, que lhes favoreciam o encontro com a experiência lúdica e com o envolvimento com a territorialidade e temporalidade específica deste povo. As práticas culturais de lazer analisadas têm uma dimensão social marcante, são referenciadas pelo princípio do prazer lúdico, com a finalidade do bem-estar, são permeadas pela liberdade e desejo e têm como propósito a descontração, a diversão, o desenvolvimento pessoal e as relações entre as pessoas.

A festa cultural Dasipê, como mediadores da experiência do indígena com o seu ambiente. Os dias de planejamento e acontecimento do Dasipê apresentam todo o envolvimento que os indígenas da aldeia Salto têm com a cosmologia Akwê-Xerente. Há toda uma preparação para que se possa garantir o máximo de experiências específicas deste povo. Sendo uma semana, quinze dias ou um mês, é determinada para esse tempo uma imersão nas práticas culturais tradicionais, que são reconhecidas como importantes para o povo e, por isso, devem ser fortalecidas.

A corrida de tora, que acontece no Dasipê, é para os indígenas uma experiência única, que representa a identidade e a alteridade do povo. Sendo a corrida individual ou em grupo, de crianças, jovens ou adultos, os indígenas participantes ou espectadores se divertem, vivenciando todo o processo lúdico desta prática cultural de lazer específica deste povo indígena, um momento de celebração e fortalecimento da cultura.

O Dasipê, com todas as vivências da cultura Akwê-Xerente, é um evento de lazer para os moradores da aldeia Salto e aldeias vizinhas, como, também, para visitantes não indígenas que buscam participar da festa para conhecer um pouco mais a cultura deste povo. A festa apresenta-se, então, como elemento fundamental para o contato interétnico, para as relações multiculturais e para a construção de um processo alteritário nas relações.

Corpo, ambiente e envolvimento revelam o lazer e a vida em processos contínuos. As relações construídas pelas práticas culturais de lazer trazem relações de poder, de convivência, debates e lutas, que envolvem processos identitários. O povo Akwê-Xerente produz as práticas culturais de lazer ao mesmo tempo em que são produzidos por elas. E, neste caminho de peregrinação e produção, o tradicional e o moderno vão sendo afirmados ou negados, de acordo com o movimento de encontro das linhas vitais e entrelaçamento dos nós.

Referências

- BAHIA, M.; SAMPAIO, T. M. V. Na trilha dos sujeitos praticantes do lazer na natureza: um debate conceitual sobre lazer e meio ambiente. **Licere**, Belo Horizonte, v. 8, n.1, p. 79-92, abr. 2005.
- BAPTISTA, M. e VENTURA, A. **Do ócio – debates no contexto cultural contemporâneo**. Coimbra: Lousanense, 2014.
- BARROSO, L. **Âzê Sicutōri para não esquecer**: a oralidade e o conhecimento da escrita. Fortaleza, 2009. Tese (Doutorado). Faculdade Federal do Ceará. Programa de Pós – Graduação em Educação Brasileira – Ceará.
- CORBIN, A. **A história dos tempos livres**: o advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001.
- COSTA, C. A busca da esportividade ameríndia: antropologia das práticas esportivas e sociedades indígenas em debate. In: SPAGGIARI, Enrico (org.). **Entre jogos e copas**: reflexões de uma década esportiva. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2016.
- INGOLD, T. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Trad. De Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LEVI-STRAUSS Le totémisme aujourd’hui, Paris, Presses Universitaires de France, 1962.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49. jun., 2002.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- MELO, V. **O movimento do mundo: Cosmologia, alteração e xamanismo entre os Akwê-Xerente**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2016
- SACHS, I. Estratégias de Transição para do século XXI – **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.
- SANTOS M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção. **Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.
- STEIL, C. & CARVALHO, I. Diferentes aportes no âmbito da antropologia fenomenológica. Diálogos com Tim Ingold. In: _____. (orgs.), **Cultura, percepção e ambiente**. Diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- VIANNA, F. **Boleiros do Cerrado – índios Xavantes e o futebol**. São Paulo: FAPESP/ISA/Annablume, 2008.

Sobre os organizadores e autores

Organizadores

Diego Ebling do Nascimento - Professor do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Miracema. Doutorando em Educação (UNISC) Mestre e graduado em Educação Física pela (UFPEL). Especialista em Dança e Consciência Corporal pela Universidade Gama Filho, em Artes Híbridas pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Tocantinense de Pesquisa (ITOP). Pesquisador do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, Rede CEDES/TO.

Ruhena Kelber Abrão - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente Permanente do Programa de Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS). Coordenador do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, Rede CEDES. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela UFT. Filiado a Associação brasileira de pesquisa e pós graduação em Estudos do Lazer (ANPEL). Graduado em Educação Física (FURG) e Mestre em Educação Física (UFPEL). Doutor em Educação em Ciências e Saúde (UFRGS).

Autores

Alderise Pereira Quixabeira - Graduada em Educação Física e em Pedagogia (UFT). Especialista em Gestão Pública (UFT) Mestranda em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS-UFT)

Alexandra Lima Tavares - Graduada em Educação Física e em Pedagogia (UFT). Especialista em Educação Infantil e Series Inicias do Ensino Fundamental pela Faculdade Suldamerica. Foi bolsista da Rede Cedec entre 2017-2019.

Alysson Carlos Ribeiro Gomes - Graduado em Licenciatura plena em Educação Física (2005) pela Universidade Norte do Paraná. Possui especialização em Educação Física Escolar (FALBE-DF) e Gestão Educacional (UFSM-RS). Professor efetivo na rede pública municipal de Palmas - TO desde 2005, Professor e Coordenador na graduação em Licenciatura em Educação Física na Faculdade de Palmas - FAPAL.

André Luiz Augusto da Silva - Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutor em Serviço Social (UFPE). Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro do Conselho Penitenciário do Tocantins e do Comitê de Educação nas Prisões do Tocantins. Professor permanente da Pós Graduação em Serviço Social da UFT.

Andrey Viana Gomes - Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestrando em Ensino em Ciências e Saúde (UFT)

Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma - Graduação em Enfermagem (CEULP/ULBRA). Mestre em Saúde Coletiva (ULBRA)(2011-2012), Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC. Professor Adjunto DA Universidade Federal do Tocantins e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde da UFT. Pesquisador do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, Rede CEDES/TO.

Gabriele Barbosa de Sousa - Graduada em Educação Física (IFTO). Foi bolsista da Rede Cedes entre 2017-2019.

Jean Carlo Ribeiro - Professor no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Miracema. Graduado em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás (ESEFEGO). Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba/SP (UNIMEP). Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte e Desenvolvimento Motor - GEPEDEM

Jefferson Francisco Cândido - Graduado em Licenciatura plena em Educação Física, pela UFG (2000) Pós-graduação lato sensu em educação física escolar, pela Faculdade Albert Einstein. Professor da rede Estadual e Municipal de Palmas, desde 2003. Professor da Instituição FAPAL, com a disciplina de Recreação, desde 2014.

Juliana Azevedo Hamoy - Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (2012).Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - UFPA (2015). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - NAEA/UFPA. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA)

Kassia Suelen da Silva Farias - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Possui graduação em Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (2013). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, do Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM XXV/NAEA/UFPA)

Lucas Coelho - Graduado em Educação Física (UFT) e Gestão Pública (Unicesumar).

Khellen Cristina Pires Correia Soares - Admiradora dos povos indígenas e por consequência pesquisadora deste universo. Professora de Educação Física. Doutora em Estudos do Lazer (UFMG), Mestre em Ciências da Educação (UCG), especialista em Gestão Pública (UFT). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e articuladora do PELC. Pesquisador do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, Rede CEDES/TO.

Mirleide Chaar Bahia - Doutora, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, Rede CEDES/PA;

Paulo Diego Silva - Graduado em Educação Física (CEULP/ULBRA). Foi bolsista da Rede Cedex entre 2017-2019.

Saulo Martins de Oliveira - Graduado em Educação Física (UFT). Professor da rede pública municipal de Educação.

Thassio Brandão dos Santos - Graduado em Sistemas de Informação (Unicesumar). Técnico Administrativo da Universidade Federal do Tocantins. Foi bolsista da Rede Cedex entre 2017-2019.

Thiliane Regina Barbosa Meguis - Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vitor Antonio Coelho Cerignoni - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em Ciências do Movimento Humano, área de concentração em

Pedagogia do Movimento pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Pesquisador do Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte e Desenvolvimento Motor (GPEPEM - UFT) e do Núcleo de Pesquisa em Movimento Humano (NUPEM - UNIMEP)

Wellington Macedo Coutinho - Mestrando em Serviço Social (UFT) Graduado em Serviço Social (UFT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sócio-jurídica da UFT.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org